



**Rede  
Social  
Lisboa**

# Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020



### **Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020 - Etapas do Processo Metodológico**

1. Aprovação pelo CLAS do conteúdo do Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016 - capítulos temáticos – 20ª Reunião Plenária (09 ABR 2015);
2. Lançamento dos Inquéritos sobre as “Problemáticas e Prioridades Sociais nas Freguesias de Lisboa” JF e CSF (22 respostas recebidas entre 22-06-2015 e 14-12-2015) - Relatório anexo, e Membros do CLAS (82 respostas recebidas entre 30-06-2015 e 14-10-2015) – Relatório em elaboração pelo IGOT-Universidade de Lisboa;
3. Realização de 4 Workshops que envolveram cerca de 160 participantes (entre parceiros institucionais, organizações e peritos), para de debate e participação pública sobre os seguintes temas:
  - I. Infância, Juventude e Família (10-03-2016);
  - II. População Idosa e Envelhecimento Saudável (11-03-2016);
  - III. Desemprego, Qualificação e Empregabilidade Local (14-03-2016);
  - IV. Pobreza e Inclusão Social (15-03-2016);

Realização de Encontros com diferentes públicos-alvo que envolveram cerca de 135 participantes com o objectivo de debater os problemas e dificuldades do quotidiano, as carências de apoio social sentidas pelo próprios, recolher as suas opiniões sobre quais as soluções e as respostas de apoio necessárias:

  - I. Pessoas Sem-abrigo (07 ABR 2016) - cerca de 18 pessoas em condição de sem-abrigo;
  - II. Idosos (08 ABR 2016) - cerca de 24 pessoas idosas;
  - III. Desempregados (03 MAI 2016) - cerca de 20 pessoas desempregadas;
  - IV. Crianças (18, 19 e 24 de MAI e 7 de JUN) - cerca de 70 crianças entre os 7 e os 12 anos em 4 encontros distintos com diferentes agrupamentos de escolas.
4. Aprovação da Sinopse do Diagnóstico Social de Lisboa – 26ª Reunião Plenária (14 JUL 2016) - Relatório anexo, da Matriz de Propostas de Eixos Estratégicos, Finalidades, Objectivos Gerais, Objectivos Específicos do Plano de Desenvolvimento Social de 2017-2020 e da metodologia de participação (Painel Delphi - 2 rondas);
5. Processo participativo por Painel Delphi - Membros do CLAS (29 AGO 2016 a 27 OUT 2016) para validação dos Objectivos Gerais, Objectivos Específicos com exemplos de Medidas, para cada Eixo Estratégico do PDS 2017-2020 (185 participantes de um total de 425 entidades);
6. Grelha-síntese de medidas do Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa 2017-2020, seleccionadas para cada Eixo Estratégico com base nas propostas dos Grupos de Missão do anterior PDS, nos Inquéritos e no Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, nos Workshops, nos Encontros com Públicos e nos resultados do Processo Participativo Delphi, e concertadas pelas três entidades da Comissão Tripartida da Rede Social de Lisboa (22 DEZ 2016), para aprovação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - Vereador Dos Direitos Sociais**

**João Carlos Afonso,**

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA - Administrador Executivo da Acção Social**

**Sérgio Cintra**

**CENTRO DISTRITAL DE SEGURANÇA SOCIAL DE LISBOA**

**Isabel Saldida - Directora**

**COORDENAÇÃO / COMISSÃO EXECUTIVA DA REDE SOCIAL DE LISBOA**

Maria Teresa Craveiro - *Câmara Municipal de Lisboa / EP-PLHDS-Equipa de Projecto do Programa Local de Habitação e Direitos Sociais*  
Ana Bandeira - *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*  
Ana Margarida Gonçalves – *ISS, I.P. - Instituto de Segurança Social, IP – Centro Distrital de Lisboa*

**EQUIPA TÉCNICA**

*Equipa de Projecto do Programa Local de Habitação e Direitos Sociais*  
Jorge Carvalho Mourão, Geógrafo  
Ana Sofia Rocha, Engenheira do Território

**EQUIPA DO II DIAGNÓSTICO SOCIAL 2015-2016**

**NÚCLEO EXECUTIVO DA REDE SOCIAL DE LISBOA**

Fátima Palhas (ISS, I.P. – CdistLisboa)  
Nuno Félix (SCML)  
Dina Manso (CML)

**GRUPOS DE TRABALHO DA REDE SOCIAL DE LISBOA**

Grupo de Trabalho para a Área das Crianças  
Plataforma para a Área do Envelhecimento  
Grupo de Missão para a Violência Doméstica  
Grupo de Missão para a Saúde Mental  
Grupo de Missão para os Comportamentos Aditivos  
Núcleo de Planeamento e Intervenção para a Pessoa Sem-Abrigo  
Grupo de Missão do Referencial Estratégico - EAPN

**COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL**

Prof. João Farinha e Profª Lia Vasconcelos - *Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa – Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente – Dinamização e Sistematização dos resultados dos Workshops Participativos*

Prof. João Bana - *BANA Consulting, Lda – Implementação do Sistema Delphi*

Profª Eduarda Marques da Costa – *Análise dos resultados dos Inquérito aos Parceiros do CLAS*

Janeiro 2017





## Apresentação / Nota de Abertura

**João Carlos Afonso,**

*Vereador dos Direitos Sociais, Câmara Municipal de Lisboa*

**Sérgio Cintra**

*Administradores Executivos da Acção Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*

**Isabel Saldida**

*Directora do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa*



## Índice

<b>Apresentação/ Nota de Abertura</b>	
<b>1- Introdução</b>	<b>9</b>
<b>2- A REDE SOCIAL DE LISBOA – situação actual</b>	<b>13</b>
<b>3- O PDS 2013 – 2015</b>	<b>25</b>
<b>4- PROCESSO METODOLÓGICO DE CONSTRUÇÃO DO PDS 2017-2020</b>	<b>33</b>
<b>5- EIXOS ESTRATÉGICOS 2017-2020</b>	<b>47</b>
<b>5.1.EIXO 1 - REFORÇO E TERRITORIALIZAÇÃO DA REDE SOCIAL DE LISBOA CLAS   CSF</b>	<b>47</b>
<b>5.2.EIXO 2 - INTERVENÇÃO EM PÚBLICOS-ALVO</b> <i>Crianças e Jovens   Idosos</i>	<b>51</b>
<b>5.2.1. Crianças e Jovens</b>	<b>51</b>
<b>5.2.2. Pessoas Idosas</b>	<b>56</b>
<b>5.3.EIXO 3 - INTERVENÇÃO EM DOMÍNIOS/GRUPOS DE MAIOR VULNERABILIDADE</b> <i>Violência Doméstica   Deficiência   Saúde Mental   Comportamentos Aditivos   Sem Abrigo</i>	<b>61</b>
<b>5.3.1. Violência Doméstica</b>	<b>61</b>
<b>5.3.2. Deficiência</b>	<b>65</b>
<b>5.3.3. Saúde Mental</b>	<b>68</b>
<b>5.3.4. Comportamentos Aditivos</b>	<b>72</b>
<b>5.3.5. Sem Abrigo</b>	<b>76</b>
<b>5.4.EIXO 4 - PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE (REDES LOCAIS)</b>	<b>79</b>
<b>6- IMPLEMENTAÇÃO DO PDS</b>	<b>83</b>
<b>7- ANEXOS</b>	<b>85</b>





## 1- Introdução

Através da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro, o Programa Rede Social foi definido como *“um fórum de articulação e congregação de esforços”,* baseando-se *“na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar”,* para que *“sem a criação de novos organismos nem aumento, significativo, de despesas, se fomente a solidariedade social, se optimizem as diferentes capacidades de resposta e se adaptem, com base nessa dupla dinâmica, as novas medidas de política social que se vão tornando necessárias e possíveis”.*

Este modelo de Fórum visava agregar a fragmentação de estruturas locais por diferentes medidas de política, procurando dar coerência estratégica ao conjunto de iniciativas dos parceiros (valorizando as redes informais) e das intervenções do Estado central e local, tendente à coesão social e territorial ao nível concelhio.

Em 2006, a Rede transforma-se numa estrutura orgânica com estatuto definido pelo Decreto-lei Nº 115/2006, de 14 de Junho. O foco da Rede continua a ser o planeamento social local, reforçando as questões da coerência entre este órgão de planeamento e os diversos instrumentos de planeamento de carácter nacional e municipal, salientando-se os Planos Directores Municipais<sup>1</sup>, e a eficácia e a eficiência na alocação de recursos.

Tal como é descrito no Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, a Rede Social de Lisboa foi criada em 2006, *“ tendo a Câmara Municipal de Lisboa, a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (actual ISS, I.P. - Centro Distrital de Lisboa) assinado um Protocolo de Colaboração, visando uma colaboração de carácter regular e permanente para a respectiva coordenação e dinamização.*

*A 11 de Dezembro desse ano, o primeiro Plenário do Conselho Local de Acção Social de Lisboa (CLAS-Lx), órgão máximo da Rede Social, confirmou a adesão de 111 entidades parceiras entre as quais as Juntas de Freguesia, diversas Entidades e Organismos do Sector Público, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Organizações Não Governamentais (ONG) e outras Associações e*

---

<sup>1</sup> Conforme o N.º 2 do artigo 36º do Decreto-lei Nº 115/2006, de 14 de Junho



*Fundações que actuam no território da cidade. Actualmente, a Rede Social de Lisboa integra 425 entidades, sendo a maior Rede Social do país”.*

Aquando da sua constituição, a Rede Social de Lisboa estabeleceu um Plano de Acção para 2008 segundo 3 eixos de actuação, com os seguintes objectivos:

- **Planeamento** - visando a elaboração de um Diagnóstico Social para o subsequente Plano de Desenvolvimento Social, quadro de desenvolvimento de uma política de intervenção social em rede;
- **Estruturação** - para desenvolvimento da estrutura do seu funcionamento com a constituição de Comissões Sociais de Freguesia;
- **Intervenção** - identificando 3 áreas prioritárias de intervenção, que desde logo podiam potenciar o trabalho desenvolvido, integrando-o na metodologia da Rede Social de Lisboa:
  - Sem-Abrigo
  - Envelhecimento
  - Crianças

No que diz respeito ao **planeamento**, em 20 de Abril de 2009, na sessão plenária do Conselho Local de Acção Social (CLAS-Lx), foi aprovado o I Diagnóstico Social de Lisboa, que sistematizou o conhecimento da realidade social da cidade, e constitui-se como instrumento de apoio à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015, apontando as potencialidades, as fragilidades, as dinâmicas, os recursos e, também, as prioridades de intervenção.

O I Plano de Desenvolvimento Social (PDS), incluindo a respectiva Agenda Estratégica para o Triénio 2013-2015, foi aprovado na 14ª sessão do Conselho Local de Acção de Lisboa (CLAS-Lx), em 28 de Junho de 2012.

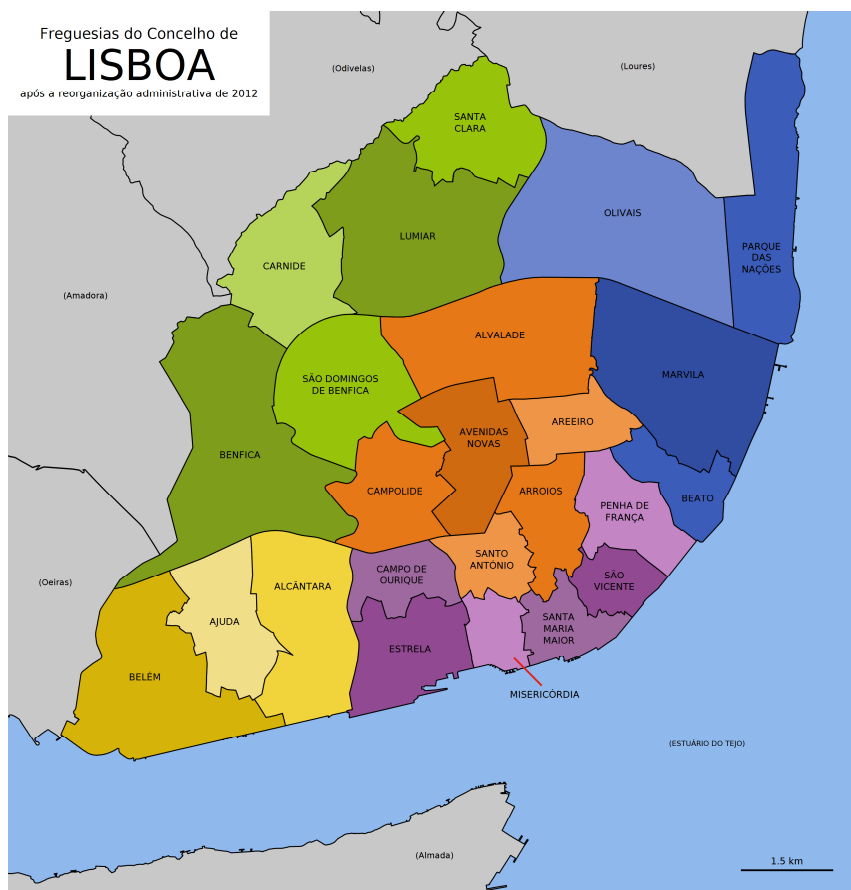
Relativamente à **estruturação**, foi prestado apoio técnico à constituição das Comissões Sociais de Freguesia (CSF), órgãos da Rede Social, integrando representantes da Junta de Freguesia, que preside, e das diversas entidades públicas e privadas, que intervêm na sua área em diferentes domínios, contribuindo para o desenvolvimento social local.

Através desse esforço e após a reforma administrativa<sup>2</sup> da cidade, existem actualmente 18 CSF constituídas nas quais se procura que procedam à dinamização e articulação das parcerias, assim como à apreciação e

---

<sup>2</sup> Decreto-Lei nº 56/2012 de 8 de Novembro, pela qual foi reduzido o número de freguesias de 53 para 24.

análise dos problemas detectados, à discussão das propostas de solução que, em articulação com o CLAS, promovam a equidade territorial, coesão e inclusão social, combatendo as formas de pobreza e exclusão social.



A reorganização administrativa dos territórios das freguesias e a reconfiguração das Comissões Sociais de Freguesia, trouxe um novo desafio ao funcionamento da Rede, designadamente no que diz respeito à implementação das medidas constantes do Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020. (Ver mapa página 14).

Relativamente à **intervenção**, a Rede Social de Lisboa constituiu grupos sectoriais, de carácter transversal à cidade – Plataformas que procuraram responder às áreas identificadas como prioritárias no Diagnóstico Social: Pessoa Sem Abrigo, Envelhecimento e Crianças.

- Relativamente à *Pessoa Sem Abrigo* foi constituído um Grupo de Trabalho que começou por elaborar um Plano de Cidade que, em Janeiro de 2015, veio dar lugar à constituição do Núcleo de Planeamento e Intervenção para a Pessoa Sem Abrigo (NPISA).

- Na área do *Envelhecimento* foi elaborado um Plano de Intervenção para a Área do Envelhecimento, aprovado na 15ª sessão Plenária, a 5 Dezembro de 2012, e teve um período de vigência igual ao do PDS (2013-2015).
- No que se refere à “*Proposta de Estratégia de Cidade para as Crianças em Lisboa*” aprovado em 12 de Março de 2014, na 17ª Sessão Plenária do CLAS, foi também atribuído um mandato de 3 anos, ou seja para o período de Março de 2014 a Março de 2017, o qual irá ter continuidade, uma vez que transitou para o novo PDS 2017-2020 como uma Finalidade do Eixo 2 – Intervenção em Públicos-Alvo – Crianças e Jovens.

No final de 2015 foi concluído o PDS 2013-2015 e aprovado o Relatório Final de Avaliação da Agenda Estratégica 2013-2015 em 9 de Março de 2016 na 25ª Sessão Plenária do Conselho Local de Acção Social (CLAS-Lx). Neste participaram cerca de 182 técnicos de mais de 100 organizações, com um envolvimento progressivo das Comissões Sociais de Freguesia, tendo transitado para o novo PDS 2017-2020 algumas acções/grupos de trabalho, conforme explicitado no capítulo 3.

Em 2015 foi constituído um Grupo de Trabalho para a elaboração do II Diagnóstico Social, indigitado pelas 3 entidades que constituem a Comissão Tripartida da Rede Social de Lisboa a que foi cometida a organização e coordenação dos trabalhos, assim como a preparação das matérias a submeter à aprovação do CLAS-Lx.

A sua metodologia e a proposta de estrutura com a identificação dos temas foram discutidos e finalmente aprovados na 20ª Sessão Plenária do CLAS-Lx em 9 de Abril de 2015.

A actualização do Diagnóstico Social da cidade de Lisboa decorreu em simultâneo com a construção do novo PDS 2017-2020 tendo-se adoptado um processo metodológico amplamente participado, conforme explicitado no capítulo 4.

O PDS 2017-2020 está estruturado de forma a reflectir: a realidade actual do Concelho Local de Acção Social de Lisboa (CLAS-LX); a caracterização dos seus parceiros (CAPITULO II); o balanço do PDS 2013-2015 que determina algumas das escolhas efectuadas no PDS 2017-2020 (CAPITULO III); o processo metodológico de construção do PDS 2017-2020 (CAPITULO IV).



De referir que a construção deste PDS 2017-2020 apoiou-se no II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016 e respectiva Sinopse, e teve a alargada participação e recolha de contributos de um leque muito diversificado de intervenientes, entre Grupos de Missão/Trabalho, Núcleo Executivo e numerosos técnicos e representantes das instituições que compõem a Comissão Tripartida (CML;SCML;ISS/CDistLisboa), para além de um vasto número de parceiros, peritos e cidadãos<sup>3</sup>, como será explicitado no capítulo do processo metodológico. Procurou o Grupo de Trabalho designado para a elaboração deste documento (Comissão Executiva do PDS 2013-2015) congregar e reflectir essa diversidade de olhares e contributos, visando uma cidade mais inclusiva, nas suas múltiplas dimensões, assente na escolha de prioridades de intervenção (os Eixos).

Pretende-se que este instrumento e as medidas agora propostas, sejam implementadas nos territórios das freguesias, salientando aqui a relevância das Comissões Sociais no desenvolvimento de Planos de Acção a executar em rede.

## **2- A Rede Social de Lisboa – situação actual**

### **I – Caracterização dos parceiros do Conselho Local de Acção Social de Lisboa (CLAS-Lx)**

O Conselho Local de Acção Social de Lisboa (CLAS-Lx) foi constituído a 11 de Dezembro de 2006, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, sendo a sua coordenação assegurada por uma Comissão Tripartida (CT) composta pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e Centro Distrital de Lisboa do ISS. IP.

A caracterização apresentada corresponde a um trabalho de síntese elaborada pelo Núcleo Executivo da Rede Social de Lisboa e baseou-se na informação disponibilizada pelos Núcleos Executivos das CSF, pelos parceiros em reuniões realizadas para o efeito entre Julho e Setembro e na consulta de sites e outras fontes de informação sobre a intervenção desenvolvida pelas diferentes entidades. Foi ainda consultado o Dossier Técnico<sup>4</sup> e efectuado o respectivo cruzamento com as respostas formais.

---

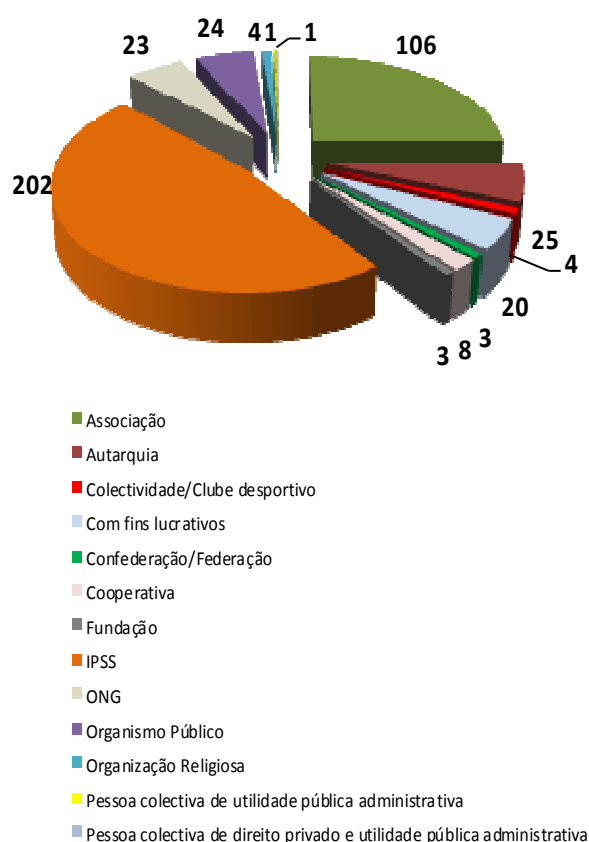
<sup>3</sup> Inquérito às JF e CSF (22 respostas recebidas); Inquérito Membros do CLAS (82 respostas recebidas); 4 Workshops que envolveram cerca de 160 participantes; Encontros com diferentes públicos-alvo que envolveram cerca de 135 participantes; Painel Delphi 185 participantes;

<sup>4</sup> Produto do Grupo de Missão do PDS 2013-15 "Organização de um Dossier Técnico com propostas e recomendações sobre tipologias *standard*"

Toda a informação consta de uma base de dados, gerida pelo Núcleo Executivo do CLAS-Lx, que se encontra em permanente actualização mediante o conhecimento e aprofundamento da intervenção /respostas desenvolvidas pelos diferentes parceiros do CLAS-LX.

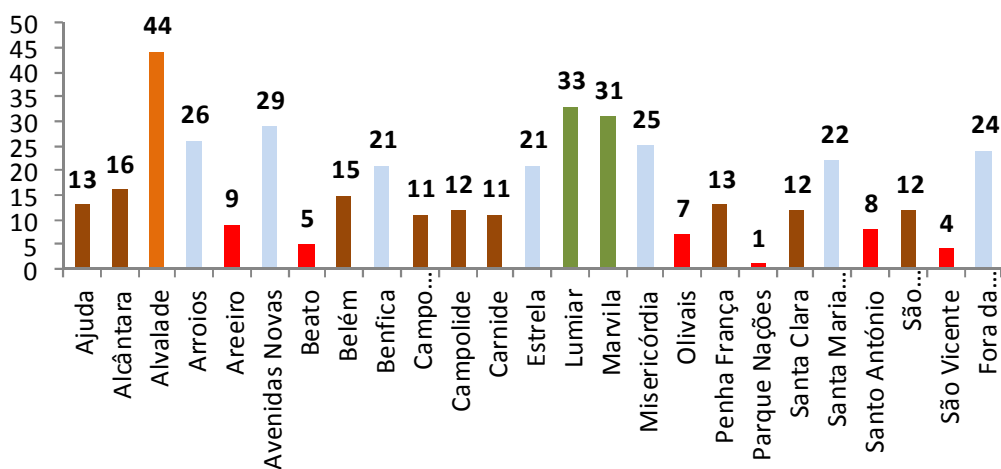
O CLAS-Lx é actualmente constituído por **425** parceiros, verificando-se a seguinte caracterização:

## 1. Natureza jurídica



Salienta-se, que cerca de metade (47%) dos parceiros do CLAS-Lx são Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou equiparadas e que 25 % correspondem a Associações, onde se identificam 11 Associações de Moradores/Residentes, 4 Associações de Pais e 2 Associações de Estudantes.

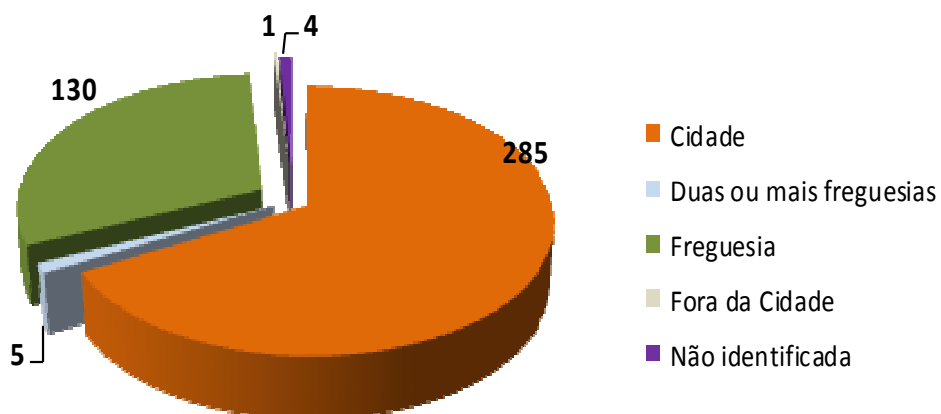
## 2. Localização da Sede dos Parceiros



Da análise do gráfico, verifica-se que as freguesias onde existe um maior número de entidades sedeadas são Alvalade (44), Lumiar (33) e Marvila (31). Contrariamente, com menor número de instituições sedeadas por freguesia apresenta-se o Parque das Nações (1), São Vicente (4) e Beato (5).

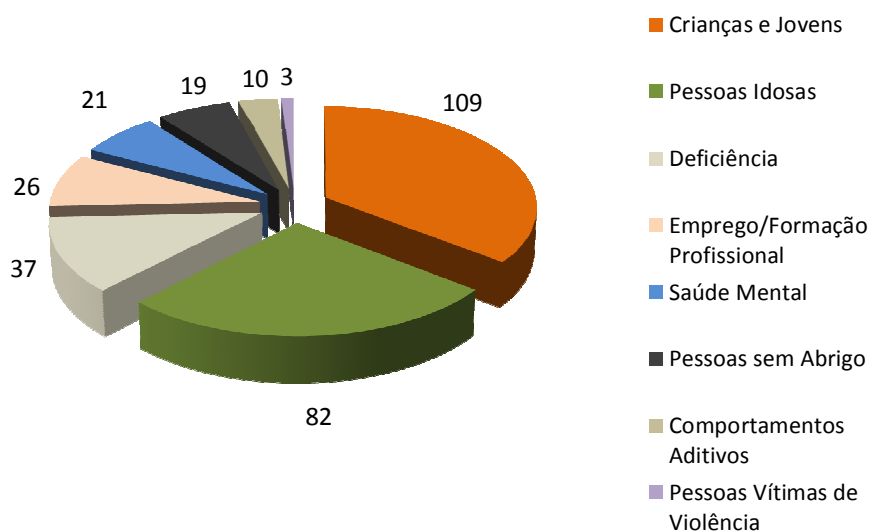
## 3. Área geográfica de atuação

Relativamente, à área geográfica de actuação dos parceiros do CLAS-Lx esta é maioritariamente à escala da cidade (285). Todavia, sobressaem, ainda, 131 entidades cuja actuação se situa, preferencialmente, ao nível de uma freguesia.



#### 4. Área de Intervenção

No que concerne à área de intervenção das Entidades que integram o CLAS-Lx, optou-se pela sua disposição de acordo com os Eixos Estruturantes do PDS 2016/2019, conforme se apresenta no gráfico abaixo.

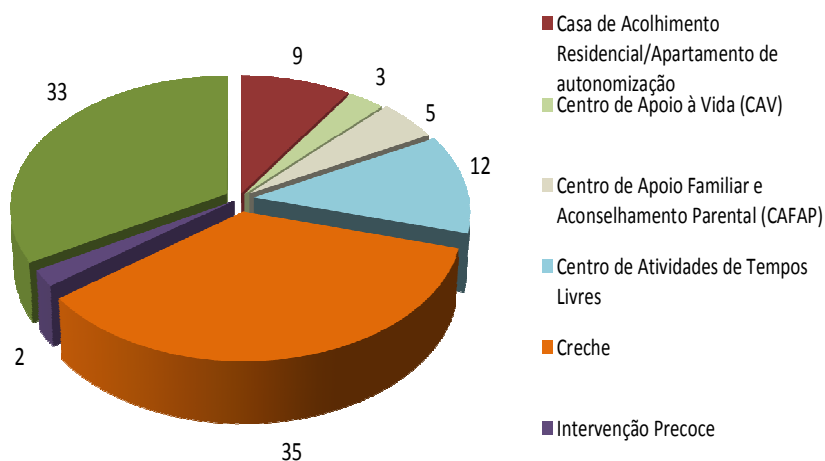


Verifica-se que a maioria dos parceiros desenvolve a sua intervenção no Eixo 2 do PDS: Intervenção em Públicos-Alvo: Crianças e Jovens (109) | Idosos (82).

Para uma leitura mais detalhada destas grandes áreas/públicos-alvo analisou-se o tipo de respostas por entidade, tendo como principal fonte a informação contida no *Dossier Técnico* (produto final do Grupo de Missão do PDS 2013/2015). Foram incluídas duas entidades com respostas na valência de creche, desenvolvidas sem acordo de cooperação com a Segurança Social e 33 Entidades que dão resposta ao nível do ensino pré-escolar.



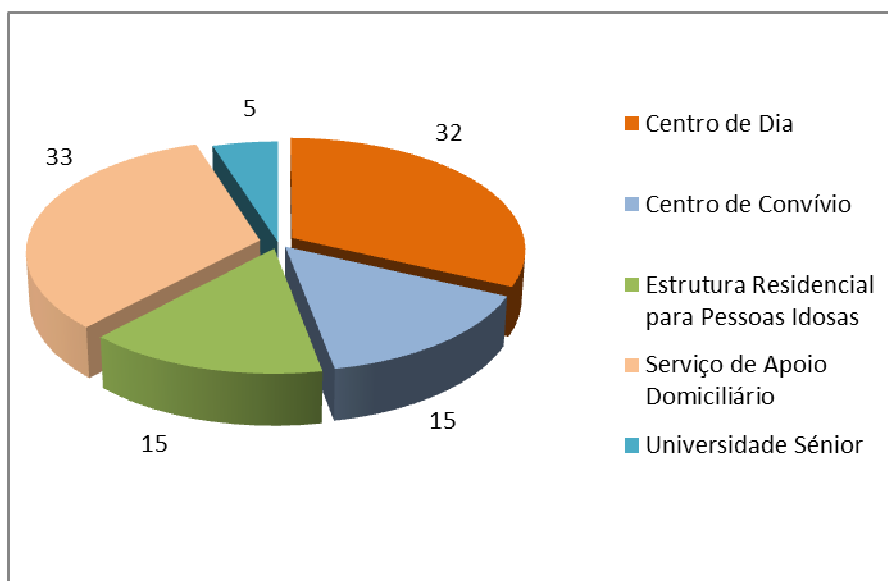
#### 4.1. Respostas Crianças e Jovens



Existem 35 parceiros que desenvolvem a valência creche, 33 a valência pré-escolar e 12 a resposta de Centro de Actividades de Tempos Livres. Salienta-se que a mesma entidade pode desenvolver vários tipos de repostas. Pode-se, assim, inferir que a intervenção da maioria destes Parceiros é direcionada para a faixa etária das crianças.

De referir que, embora em menor número, existem Parceiros que desenvolvem respostas de outra natureza tais como, projetos no âmbito do Programa Escolhas, promovidos pelo Alto Comissariado para as Migrações, ou no âmbito dos Bairros de Intervenção Prioritária/Zonas de Intervenção Prioritária - BIP/ZIP - promovidos pela Câmara Municipal de Lisboa. Estes são, essencialmente, direcionados para a faixa etária dos jovens (especificamente no caso do Programa Escolhas) sendo a sua abordagem focalizada na capacitação e promoção de competências pessoais e sociais.

## 4.2. Respostas Idosos

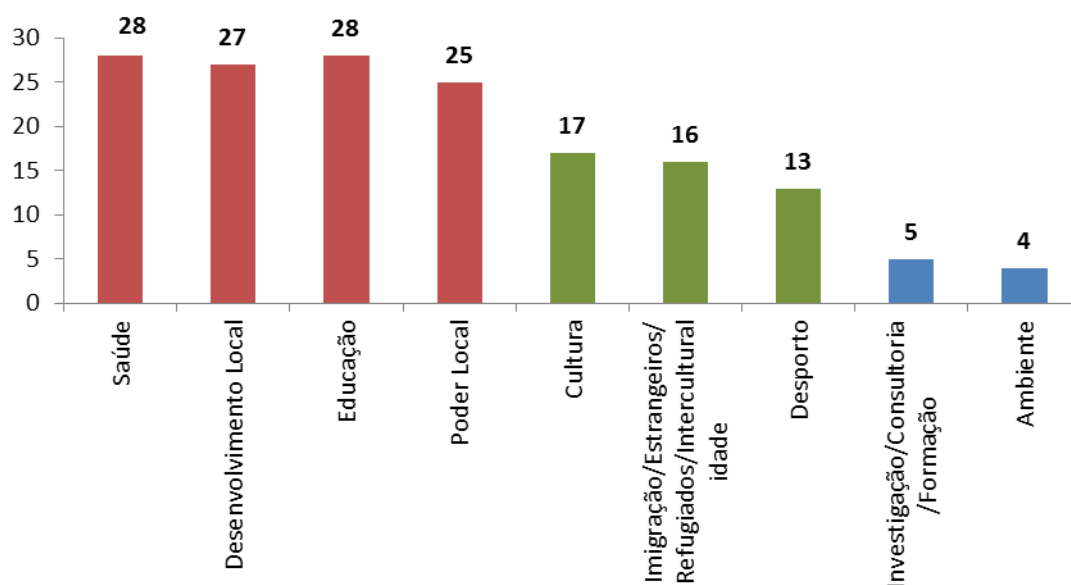


Conclui-se que, no universo dos parceiros do CLAS-Lx, predominam as respostas tipificadas para as pessoas idosas, maioritariamente nas valências de serviço de apoio domiciliário e centro de dia. Contudo, têm vindo a sobressair parceiros com uma abordagem diferente, que ensaiam outras metodologias de trabalho mais adaptadas aos diversos perfis de pessoas mais velhas.

São de realçar os parceiros, que no âmbito das respostas tipificadas, optam por uma organização flexível que vá de encontro às necessidades específicas dos seus públicos (horários alargados de funcionamento, por exemplo) e os parceiros que desenvolvem respostas que vão para além das tradicionais, como universidades sénior, transporte solidário, reparações no domicílio, dinâmicas intergeracionais, repúblicas sénior, voluntariado e outras, que importa identificar como boas práticas e apoiar na sua divulgação e eventual disseminação.

## 5. Outras áreas de intervenção

Procedeu-se a uma análise complementar à feita anteriormente de modo a especificar outros tipos de área de intervenção relevantes, para além das mencionadas anteriormente:

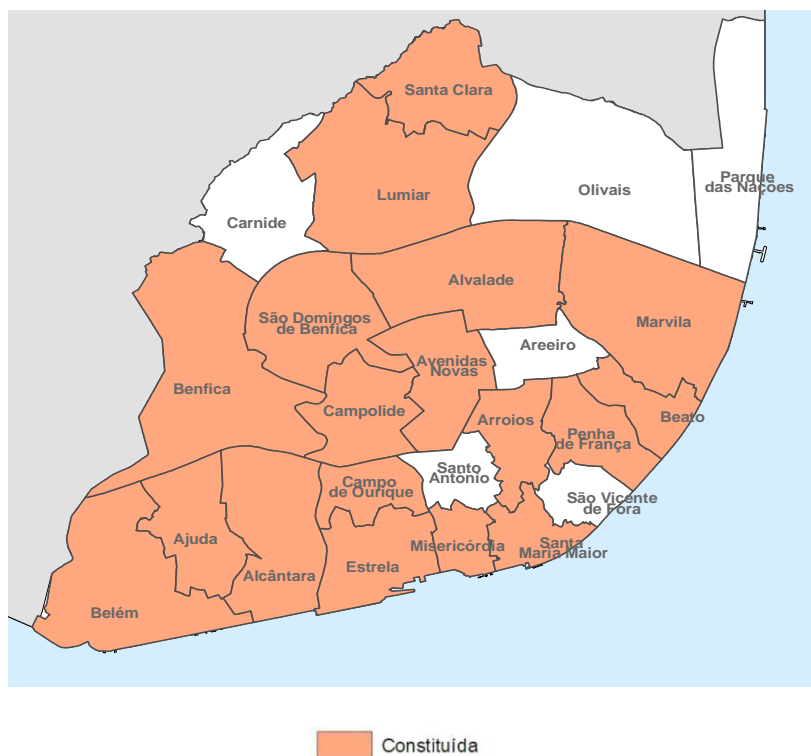


O total do número de parceiros das áreas referidas ultrapassa os 425 membros do CLAS-Lx, visto que vários parceiros têm intervenção em diversos domínios. Verifica-se uma dupla caracterização dos parceiros, pois foram feitas duas análises diferentes, mas complementares.

Tendo em conta a abrangência da sua intervenção, não foram caracterizadas as respostas dos seguintes parceiros: Administração Regional de Saúde e Vale do Tejo (ARS-Lvt), CDistLisboa, CML, Comando Metropolitano da PSP de Lisboa, Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), SCML, Juntas de Freguesia, que no entanto essa caracterização consta do documento completo do II Diagnóstico Social de Lisboa.

## II – Caracterização dos Parceiros das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) em Lisboa

Na actualidade existem 24 freguesias na cidade de Lisboa, das quais 18 constituíram CSF, subsistindo 6 freguesias, ainda, sem CSF constituída.



O número de parceiros em cada CSF traduz-se no seguinte quadro, cujos dados foram fornecidos pelas diferentes CSF e refletem as adesões formais às mesmas. No entanto, não significa que todos os parceiros estejam envolvidos ativamente ou que não existam parceiros não formais que colaborem com as CSF.

Comissão Social Freguesia	N.º Parceiros
Comissão Social de Freguesia Ajuda	18
Comissão Social de Freguesia Alcântara	65
Comissão Social de Freguesia Alvalade	91
Comissão Social de Freguesia Arroios	84
Comissão Social de Freguesia Avenidas Novas	21
Comissão Social de Freguesia Beato	32
Comissão Social de Freguesia Belém	85
Comissão Social de Freguesia Benfica	43
Comissão Social de Freguesia Campo Ourique	23
Comissão Social de Freguesia Campolide	25
Comissão Social de Freguesia Estrela	58
Comissão Social de Freguesia Lumiar	33
Comissão Social de Freguesia Marvila	32
Comissão Social de Freguesia Misericórdia	35
Comissão Social de Freguesia Penha França	22
Comissão Social de Freguesia Santa Clara	25
Comissão Social de Freguesia Santa Maria Maior	55
Comissão Social de Freguesia São Domingos Benfica	24

Salienta-se que, apesar do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho, prever que só podem ser membros das CSF as entidades que tenham, previamente, aderido ao CLAS-Lx, na Rede Social de Lisboa este processo é muitas vezes invertido e existem vários parceiros de CSF que não fazem, ainda, parte do CLAS-Lx.

De realçar que, as Entidades com mais que uma representação na mesma CSF foram identificadas como um único parceiro, caso da CML (diferentes departamentos), SCML (diversos serviços), ARS Lvt (várias unidades de saúde ou centros hospitalares), DGEstE (diferentes escolas e agrupamentos de escolas) e Comando Metropolitano da PSP de Lisboa (distintas esquadras).

De referir que o Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, à semelhança da SCML e CML, encontra-se representado em todas as CSF.

No que diz respeito à DGEstE e à ARS, considerou-se importante caracterizar a sua representatividade por CSF, conforme os quadros seguintes.

CSF	Agrupamentos / Escolas	
<b>Ajuda</b>	Agrupamento de Escolas Francisco Arruda	
<b>Alcântara</b>	Agrupamento de Escolas Francisco Arruda	Escola Secundária Fonseca Benevides
	Agrupamento Escolas Rainha Dona Leonor	Escola Secundária Marquês de Pombal
		Escola Secundária Rainha Dona Amélia
<b>Alvalade</b>	Agrupamento de Escolas de Alvalade	Escola Secundária Padre António Vieira
	Agrupamento de Escolas Rainha D. Leonor	
	Agrupamento de Escolas Vergílio Ferreira	Escola Básica Dom Luís da Cunha
<b>Arroios</b>	Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves	Escola Básica nº 1 de Lisboa
		Escola Básica Sampaio Garrido
	Agrupamento Escolas Luís Camões	Escola Básica O Leão de Arroios
		Escola Secundária Luís de Camões
<b>Avenidas Novas</b>	Agrupamento de Escolas Marquesa de Alorna	
<b>Beato</b>	Agrupamento de Escolas das Olaias	Escola EB 2,3 das Olaias
	Agrupamento de Escolas Luís António Verney	Escola EB 2,3 Luís António Verney
<b>Benfica</b>	Agrupamento de Escolas de Pedro de Santarém	
	Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos	
<b>Belém</b>	Agrupamento de Escolas Restelo	Escola Secundária do Restelo EB 2,3 de Paula Vicente
	Agrupamento de Escolas Rainha Dona Leonor	Escola Secundária Marquês de Pombal
<b>Campo Ourique</b>	Agrupamento de Escolas Manuel da Maia	
	Escola Secundária Pedro Nunes	
<b>Campolide</b>	Agrupamento de Escolas Marquesa de Alorna	
<b>Estrela</b>	Agrupamento de Escolas Manuel da Maia	
	Agrupamento de Escolas P. Bartolomeu Gusmão	
<b>Lumiar</b>	Sem representação	
<b>Marvila</b>	Sem representação	
<b>Misericórdia</b>	Agrupamento Escolas Baixa-Chiado	Escola Básica e Secundária Passos Manuel
<b>Penha França</b>	Agrupamento de Escolas Patrício Prazeres	
	Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves	

	Agrupamento de Escolas das Olaias	
	Escola Secundária Artística António Arroio	
Santa Clara	Agrupamento de Escolas Pintor Almada Negreiros	Escola Básica da Alta de Lisboa
		Escola Básica Pintor Almada Negreiros
	Agrupamento de Escolas Lindley Cintra	Escola Básica Eurico Gonçalves
	Agrupamento de Escolas do Alto do Lumiar	Escola Básica Maria da Luz Deus Ramos
		Escola Básica das Galinheiras
Santa Maria Maior	Agrupamento de Escolas Gil Vicente	
São Domingos de Benfica	Agrupamento de Escolas das Laranjeiras	

Assim, constata-se que a DGEstE se encontra representada em quase todas as CSF da cidade, exceto Marvila e Lumiar e, nalguns casos, por mais do que um Agrupamento de Escolas, dada a organização geográfica do Ministério de Educação não coincidir com a reorganização administrativa da cidade.

CSF	ARS Lvt
Ajuda	ACES Lisboa Ocidental e Oeiras
Alcântara	ACES Lisboa Ocidental e Oeiras
	Centro Hospitalar Lisboa Central
Alvalade	Centro Hospitalar Lisboa Norte
	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa
Arroios	ACES Lisboa Central
Avenidas Novas	ACES Lisboa Norte
Beato	ACES Lisboa Central
Belém	ACES Lisboa Ocidental e Oeiras
	Centro Hospitalar Lisboa Ocidental
Benfica	ACES Lisboa Norte
Campo de Ourique	ACES Lisboa Central
Campolide	ACES Lisboa Central
Estrela	ACES Lisboa Central
Lumiar	ACES Lisboa Norte
Marvila	ACES Lisboa Central
Misericórdia	Sem representação
Penha de França	ACES Lisboa Central
Santa Clara	ACES Lisboa Norte
Santa Maria Maior	Sem representação
São Domingos Benfica	ACES Lisboa Norte

Relativamente à participação da ARS-Lvt nas Comissões Sociais de freguesia, apenas duas CSF não têm essa representação: Misericórdia e Santa Maria Maior.

No que diz respeito ao IEF, apenas as Comissões Sociais de Freguesia da Penha de França e Santa Maria Maior contam com a sua representação. No entanto, embora sem representação nas CSF existe uma participação ativa do IEF em redes de parceira locais para o Emprego (Redes para a Empregabilidade), nomeadamente em Alcântara, Campolide, Campo de Ourique e Estrela (Rede Emprega do Vale de Alcântara).



### III – Grupos de Trabalho das Comissões Sociais de Freguesia (CSF)

Para o funcionamento das CSF foram criados grupos de trabalhos temáticos que procuram responder às problemáticas predominantes identificadas em cada território.

Em 2015, existiam diversas temáticas objecto da actuação dos Grupos de Trabalho<sup>5</sup>, não sendo no entanto rígidas a identificação e a caracterização dos temas, assim como a dinâmica de intervenção também varia ao longo do tempo, em função da avaliação que vai sendo feita da acção desenvolvida.

A diversidade reflecte as percepções dos parceiros em determinados territórios, as diferentes realidades socioeconómicas e culturais presentes, assim como a natureza dos parceiros envolvidos na definição das possibilidades de intervenção, nem sempre articulados com o PDS 2013-2015.

As temáticas predominantes abordadas pelos grupos de trabalho são:

- 17 grupos de trabalho ligados directa ou indirectamente ao envelhecimento e população idosa;
- 15 grupos de trabalho ligados à infância, família, jovens, parentalidade e escolaridade;
- 5 grupos de trabalho ligados à empregabilidade/qualificação;
- 4 grupos de trabalho ligados à saúde mental.

Apesar das dificuldades, inerentes à consolidação das relações institucionais e de parceria, o trabalho das CSF tem representado um dos meios mais importantes para o conhecimento do território, dos meios e recursos, dos constrangimentos e necessidades de intervenção, constituindo um desafio a obtenção de resultados através da melhoria da eficiência e eficácia da sua actuação bem como a partilha de projectos de boas práticas.

---

<sup>5</sup> Ver quadro global de caracterização dos Grupos de Trabalho das Comissões Sociais de Freguesia constante do Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, páginas 424-426.







### **3- O PDS 2013 – 2015**

O primeiro Plano de Desenvolvimento Social (PDS), como referido no Capítulo 1, foi aprovado na 14ª sessão plenária do CLAS-Lx, realizada a 28 Junho de 2012, determinando a sua vigência de 1 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2015.

Ainda na 14ª sessão plenária foi assinada a Carta de Compromisso que formalizou a adesão e o compromisso de 9 Entidades Chave: Câmara Municipal de Lisboa (CML), Centro Distrital de Segurança Social/ISS-IP (CDist/ISS-IP), Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), Rede Europeia Anti Pobreza (EAPN), Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública (Cometlis), Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT), Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos (SICAD), Alto Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural (ACIDI) e Escola Nacional de Saúde Pública, na concretização das acções identificadas na Agenda Estratégica do PDS 2013-2015 da Rede Social de Lisboa.

Em Lisboa, a opção foi de construir um documento (PDS) flexível e anualmente actualizável, através da agenda estratégica, assente numa lógica de planeamento contínuo (enquanto processo), contribuindo para a actualização das prioridades e opções de futuro, como resultado da integração das dinâmicas de 3 pólos de planeamento:

1. Planeamento prospectivo - Visão e Agenda estratégica
2. Planeamento Estratégico – Planos Sectoriais (Idosos, Crianças e Sem Abrigo)
3. Planeamento Territorial – Comissões Sociais de Freguesia (CSF)



Fonte: PDS 2013-2015

A Agenda Estratégica enquanto dimensão operativa da Visão foi constituída por um conjunto de 25 acções, directamente orientadas para a concretização da Visão - “Lisboa cidade da coesão social”, onde se privilegiava a estruturação de um modelo de governação e organizadas por 5 Desafios Estratégicos:

1. Lisboa Cidade da Cidadania Organizacional
2. Lisboa Cidade Inclusiva
3. Lisboa Cidade Saudável
4. Lisboa Cidade do Empreendedorismo Social
5. Lisboa Cidade das Redes de Inovação Social

A metodologia de implementação de algumas acções (17), associadas aos desafios, concretizou-se pela constituição de Grupos de Missão com mandatos claros de elaboração de propostas e recomendações.

Cada Grupo de Missão, de acordo com a Carta de Compromisso, coordenado por uma entidade que, conjuntamente com instituições parceiras identificadas pelo próprio ou em conjunto com a Comissão Executiva do PDS, foram convidados para constituir o Grupo de Missão e desenvolver o trabalho definido no referencial da acção inscrito em PDS.



Das 25 acções que constituíram a Agenda Estratégica, 17 foram desenvolvidas por Grupos de Missão, 4 acções da responsabilidade de Planos Sectoriais/Plataformas (referidas no Capítulo I) e 4 sob a responsabilidade de Comissões Sociais de Freguesia (CSF).

Na implementação deste primeiro Plano de Desenvolvimento Social da Cidade de Lisboa, estiveram envolvidas 102 organizações das quais 31 públicas, 1 organização privada de utilidade pública administrativa, 8 Escolas Superiores de Educação/Centros de Investigação (6 públicas/ 2 privadas), 62 Organizações da Sociedade Civil e 13 participantes individuais/peritos, e um total de 182 técnicos.

Este PDS privilegiou a estruturação de parcerias entre entidades públicas e privadas, com o objectivo de construção conjunta de modelos de articulação, que visassem gerar eficiência e eficácia na intervenção.

A constituição dos Grupos de Missão, assim como o respectivo percurso de desenvolvimento foram heterogéneos, tendo inclusivamente 6 dos 17 Grupos de Missão que integraram a Agenda Estratégica, apenas sido constituídos em 2014. Para além deste aspecto, ao longo dos três anos, resultante das avaliações semestrais e anuais, algumas acções foram reformuladas, outras concluídas e ainda integradas em Planos Municipais.

Pretendeu-se desenvolver uma acção estruturadora, através de modelos de governança em Rede, que contribuísse para a promoção do desenvolvimento social de Lisboa. De carácter transversal aos vários temas tratados, foi constatada a necessidade de realizar retractos de situação que permitiu um maior conhecimento da expressão dos problemas e respostas existentes na cidade, ponderado como ponto de partida necessário e essencial à elaboração de propostas.

Desta forma, alguns dos Grupos de Missão cooperaram com a disponibilização de informação pertinente para a actualização do Diagnóstico Social de Lisboa e também para a identificação de necessidades de intervenção na cidade que, não tendo sido passíveis de implementar durante a vigência do PDS 2013-2015, se propuseram dar continuidade no âmbito do PDS 2017-2020.

**Ações / Grupos de Trabalho a continuar no PDS 2017-2020**

- Violência Doméstica
- Saúde Mental
- Comportamentos Aditivos
- Carta Social Georreferenciada / Dossier Técnico
- Referencial Estratégico
- Voluntariado

No 25º Plenário do CLAS (9 de Março de 2016) foram apresentadas as conclusões do PDS 2013-2015, tendo sido aprovadas um conjunto de propostas e identificadas as acções já concluídas e as que se propõe dar continuidade no próximo PDS.

ACÇÕES CONCLUÍDAS	ACÇÕES/GRUPOS DE TRABALHO QUE SE PROPÕE CONTINUIDADE PÓS PDS 2013 2015
<b>LISBOA TERRITÓRIO DA CIDADANIA ORGANIZACIONAL</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento do modelo de intervenção integrado para a Pessoa Sem-Abrigo - NPISA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição do modelo de intervenção integrada para a área da violência</li> <li>Elaboração da Carta Estratégica para a promoção dos direitos das Crianças</li> <li>Construção de um Modelo de articulação do voluntariado na cidade</li> </ul>
<b>LISBOA CIDADE INCLUSIVA</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração da proposta de reorganização progressiva dos diferentes serviços, de acordo com o novo mapa administrativo da cidade - coincidência de áreas de intervenção</li> <li>Modelo de articulação das organizações que intervêm com populações migrantes</li> <li>Elaboração de uma Carta de Acessibilidade Universal aos equipamentos sociais da cidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir a existência da Carta Social para Lisboa georreferenciada e actualizada, enquanto instrumento de gestão política e de concertação</li> <li>Desenvolvimento da proposta de reorganização de respostas para PSA (a desenvolver pela CML e NPISA)</li> <li>Organização de um dossier técnico com propostas e recomendações sobre tipologias standard</li> </ul>
<b>LISBOA CIDADE SAUDÁVEL</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de Modelo descentralizado para rentabilização da Rede de infra estruturas de equipamentos sociais, saúde, desporto e outros</li> <li>Avaliar a componente de saúde nos projectos de intervenção comunitária</li> <li>Dinamizar a Implementação da Rede de Cuidados Continuados</li> <li>Promover e divulgar medidas conducentes à prevenção de hábitos alimentares de risco, incentivando estilos de vida saudáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição do modelo de atendimento, acompanhamento e encaminhamento das situações de saúde mental</li> <li>Plano de acção articulado para os comportamentos aditivos</li> </ul>
<b>LISBOA CIDADE DAS REDES DE INOVAÇÃO SOCIAL</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Formalização de redes institucionais e investigação e intervenção para desenvolvimento de soluções de inovação social para a área do PSA</li> <li>Elaboração de Planos de Formação para diferentes agentes: Envelhecimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração do Referencial Estratégico para Monitorização do Desenvolvimento Social de Lisboa de suporte à visão do PDS</li> <li>Elaboração de Planos de Formação para diferentes agentes: PSA e Crianças</li> </ul>

Considera-se que a Agenda Estratégica 2013-2015 permitiu obter um conhecimento mais fiel das respostas sociais convencionais e não convencionais existentes na cidade, nos vários sectores de actividade, possibilitando a maximização dos recursos existentes, bem como realizar propostas de modelos de trabalho em rede que concedam eficiência e eficácia à intervenção social na cidade de Lisboa.



O produto do PDS 2013-2015 – “Núcleo de Planeamento e Intervenção para a Pessoa Sem Abrigo (NPISA)”, concretizado em Janeiro de 2015, constitui um bom exemplo de materialização dos objectivos da Rede Social, nomeadamente a promoção da cooperação estreita entre o Estado e as organizações da sociedade civil, a promoção do princípio da subsidiariedade e a organização do trabalho em parceria entre as entidades que atuam na cidade com esta população, concertando a intervenção, potenciando sinergias, permitindo assim a optimização de recursos.

Para o funcionamento desta estrutura a CML disponibilizou um edifício no Cais do Gás (Cais do Sodré), tendo a SCML assumido os encargos com as obras de reabilitação e instalação, tendo transferido para aquele local a Unidade de Atendimento de Emergência.

A instalação do NPISA neste espaço, destinado a agregar todos os parceiros para atendimento da PSA num único edifício, permitiu ampliar os mecanismos de intervenção e adoptar um Modelo Organizativo de funcionamento e articulação, utilizando um Sistema de Informação/Base de dados Informática comum para os diversos actores que intervêm com a população sem-abrigo, com atribuição de Gestor de Caso e poder efectuar propostas de Apoios Sociais/Prestações; otimizar a gestão das vagas de alojamento e reorganizar a gestão das equipas de rua e de distribuição alimentar.

De referir que o modelo de intervenção contratualizado pelo NPISA, além de contribuir para o nível de planeamento operativo de intervenção (*delivery*), cumpre também o objectivo de constituir um fórum de planeamento prospectivo (conselho de parceiros do NPISA), que permite contribuir para o desenvolvimento e planeamento de políticas sociais (*policy*).

Relativamente às sinergias e potencialidades criadas através da articulação entre o PDS e outros, programas ou planos e instrumentos de gestão territorial, aos níveis local e nacional, em que a Rede se deve constituir como um instrumento potenciador da coesão socio-territorial, podemos afirmar que o objectivo foi parcialmente conseguido.

São exemplos dessa articulação, a ligação aos diversos Planos e Programas Municipais: o Grupo de Missão da Violência Doméstica assumiu duas medidas do I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género; o Grupo de Missão da área da imigração, integrou o grupo restrito de acompanhamento do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes em Lisboa (PMIIL), o Programa



Municipal para a Integração das Pessoas Sem Abrigo, que permitirá executar algumas acções estruturantes do NPISA.

Foi ainda possível iniciar a operacionalização da ligação entre os Grupos de Missão Saúde Mental e Comportamentos Aditivos e Dependências com o Plano de Desenvolvimento de Saúde e Qualidade de Vida de Lisboa (PDSQVL).

Relativamente a outras concertações a melhorar, destacam-se a articulação com a Rede DLBC, Projectos BIP-ZIP e entre as Comissões Alargadas das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e os grupos de Infância e Juventude das Comissões Sociais de Freguesia.

O facto de os Grupos de Missão terem iniciado o trabalho pela concertação institucional ao nível da cidade, no seu todo, levou a que não tivesse sido possível avançar para desenvolvimento de experiências piloto no território, que implicaria um maior envolvimento das Comissões Sociais de Freguesia.

No que diz respeito às acções do PDS da responsabilidade das Comissões Sociais de Freguesia- Desafios Inclusivos, Marketing Social, Transporte Solidário, "Dê para Troca" Livros Escolares – considera-se que houve uma fraca apropriação das mesmas na liderança e condução do trabalho a que se propuseram, pelo que não foram desenvolvidas. Tal constatação, poderá ser atribuída ao facto, de em 2014, ter-se efectuado a reorganização administrativa da cidade e a implementação dum modelo descentralizado, constituindo um ano de mudança, com a consequente readaptação das dinâmicas territoriais.

Pode afirmar-se que a implementação do primeiro PDS da cidade de Lisboa, veio contribuir para a criação de novos modelos de governança, assentes numa parceria efectiva e dinâmica entre a Comissão Tripartida e as entidades que atuam na cidade, com consensualização de objectivos e definição de mecanismos de concertação e articulação entre os atores, bem como na complementaridade entre o trabalho realizado pelos diferentes Grupos de Trabalho (Grupos de Missão e Grupos Sectoriais), potenciando uma intervenção integrada de que o PDS 2017-2020 constitui uma 2.ª geração de planeamento de intervenção social na cidade de Lisboa, com medidas que se pretendem operacionalizadas em projectos territorializados com as Comissões Sociais de Freguesia.



Assim, o Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020, deverá desenvolver novas metodologias e formatos de participação das Comissões Sociais de Freguesia, em articulação com os Grupos de Missão que vierem a ser constituídos, assumindo uma abordagem territorializada, com recurso a eventuais operações-piloto.

Emerge assim a necessidade de incrementar mecanismos mais eficazes e consistentes de integração da governação em Rede, ou seja, entre o Plano de Desenvolvimento Social e os Planos de Acção das CSF, o que está devidamente espelhado no primeiro Eixo Estratégico, que assume a designação de “Reforço e Territorialização a Rede Social de Lisboa”.

Na implementação do Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020, preconiza-se a necessidade de:

- Repensar as metodologias e formatos de participação das Comissões Sociais de Freguesia, conciliando os dois níveis de planeamento da cidade (*bottom-up* e *top-down*);
- Potenciar sinergias e potencialidades através da articulação entre o PDS e outras parcerias, programas ou planos, e instrumentos de gestão territorial aos níveis local e nacional, potenciadores da coesão socio-territorial;
- Promover uma visão de desenvolvimento social integrado que inclua, para além da área social, outras áreas de intervenção, nomeadamente as que se relacionam com as políticas territoriais, de ambiente, habitação, cultura, emprego, mobilidade e acessibilidades;
- Garantir mecanismos de participação das populações, capacitando-as para um maior envolvimento nos processos de planeamento e nas atividades da rede, levando a uma maior focalização das intervenções da Rede nos destinatários finais, ou seja, nas populações (*client-oriented*);
- Promover a identidade e visibilidade da Rede, associada à imagem, comunicação e divulgação de iniciativas públicas de todos os projectos.

Fonte: Conclusões do PDS 2013-2015 – 25ª sessão plenária – 9 de Março de 2016





## 4- Processo Metodológico de Construção do PDS 2017-2020

No processo de construção metodológica do PDS 2017-2020 foram seguidas as seguintes etapas:

1. Aprovação pelo CLAS do conteúdo do II Diagnostico Social de Lisboa 2015-2016 – definição dos capítulos temáticos – 20ª Reunião Plenária (09 ABR 2015);
2. Lançamento dos Inquéritos sobre as “*Problemáticas e Prioridades Sociais nas Freguesias de Lisboa*” – JF, CSF e Membros do CLAS;
3. Realização de 4 Workshops que envolveram cerca de 160 participantes (entre parceiros institucionais, organizações e peritos), para de debate e participação pública sobre os seguintes temas:

- I. *Infância, Juventude e Família* (10-03-2016);
- II. *População Idosa e Envelhecimento Saudável* (11-03-2016);
- III. *Desemprego, Qualificação e Empregabilidade Local* (14-03-2016);
- IV. *Pobreza e Inclusão Social* (15-03-2016);

Realização de Encontros com diferentes públicos-alvo, que envolveram cerca de 135 participantes com o objectivo de debater os problemas e dificuldades do quotidiano, as carências de apoio social sentidas pelo próprios, recolher as suas opiniões sobre quais as soluções e as respostas de apoio necessárias:

- I. *Pessoas Sem-abrigo* (07 ABR 2016);
- II. *Idosos* (08 ABR 2016);
- III. *Desempregados* (03 MAI 2016);
- IV. *Crianças* (18, 19 e 24 de MAI e 7 de JUN).

4. Aprovação da Sinopse do Diagnostico Social de Lisboa – 26ª Reunião Plenária (14 JUL 2016) e da Matriz de Propostas de Eixos Estratégicos, Finalidades, Objectivos Gerais, Objectivos Especificos do Plano de Desenvolvimento Social de 2017-2020 e da metodologia de participação (Painel Delphi - 2 rondas);
5. Aplicação de um processo participativo por Painel Delphi - Membros do CLAS (29 AGO 2016 a 27 OUT 2016), para validação dos Objectivos Gerais, Objectivos Especificos com exemplos de Medidas, para cada Eixo Estratégico do PDS 2017-2020 (185 participantes de um total de 425 entidades);
6. Grelha-síntese de medidas do Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa 2017-2020, seleccionadas para cada Eixo Estratégico com base nas propostas dos Grupos de Missão do anterior PDS, nos Inquéritos e no Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, nos Workshops, nos Encontros com Públicos e nos resultados do Painel Delphi, e concertadas pelas três entidades da Comissão Tripartida da Rede Social de Lisboa, para aprovação (22 DEZ 2016).



O PDS 2017-2020 é um Plano Estratégico para a cidade enquadrando-se no conceito mais lato de coesão social e territorial<sup>6</sup> numa perspectiva de equidade e de qualidade de vida dos cidadãos, promovendo a indispensável articulação entre as organizações da administração central e local com as da economia social, sobretudo as de base local.

Este instrumento recorreu ao estabelecimento de diversos “pontos de contacto” das diversas estruturas numa abordagem transversal das instituições e do Município na óptica de um modelo conceptual que se enquadra no “urbanismo organizacional”<sup>7</sup>, ou seja, o conceito do urbanismo aplicado às estruturas organizacionais no sentido da conexão das componentes e integração das diversas práticas e políticas, da coesão social na cidade de Lisboa. (ver página 12 da Sinopse: II Diagnóstico Social de Lisboa).

Na construção deste Plano foram incorporadas (como referido no Capítulo anterior) um conjunto de propostas para a cidade, decorrentes do trabalho desenvolvido pelos Grupos de Missão do PDS 2013-2015.

Também, contrariando a lógica anterior de ter Planos Sectoriais (Pessoas Sem Abrigo, Pessoas Idosas e Crianças) autónomos do PDS, embora com acções que concorreram para o PDS 2013-2015, foi assumido que o PDS 2017-2020, deveria aglutinar e congregar todas as propostas para a cidade, passando a existir apenas um instrumento de Planeamento do CLAS-Lx.

O processo metodológico de transição entre o PDS 2013-2015 e o actual PDS 2017-2020 envolveu a actualização do Diagnóstico Social de Lisboa e a realização de um conjunto de etapas sequenciais.

O conteúdo do Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016 e os respectivos temas foram aprovados pelo CLAS na 20ª Reunião Plenária realizada a 9 de Abril de 2015.

---

<sup>6</sup> BOURDIN, Alain, “O Urbanismo depois da Crise”, livros Horizonte, 2011

<sup>7</sup> NEVES, Arminda (2010); Governação Pública em Rede: Uma Aplicação a Portugal, Edições Sílabo, Lda.

## DIAGNÓSTICO SOCIAL DE LISBOA

*Temas Aprovados na 20ª Sessão Plenária do CLAS em 9 de Abril de 2015*

1. Enquadramento
  - População
  - Habitação
2. Natalidade
3. Infância e Juventude
  - Educação
4. População Activa Formação e Emprego
5. População Idosa e Envelhecimento
6. Família
7. Vulnerabilidade Social
  - Comportamentos aditivos
  - Novas formas de pobreza
  - Desemprego
  - Sem abrigo
  - Insegurança urbana e apoios de proximidade
  - Violência doméstica
  - Deficiência e reabilitação
8. Imigração e Interculturalidade
9. Inovação e empreendedorismo social
10. Saúde
  - 11. Qualidade de Vida
  - 12. Equipamentos e Respostas Sociais
  - 13. Dinâmicas de proximidade

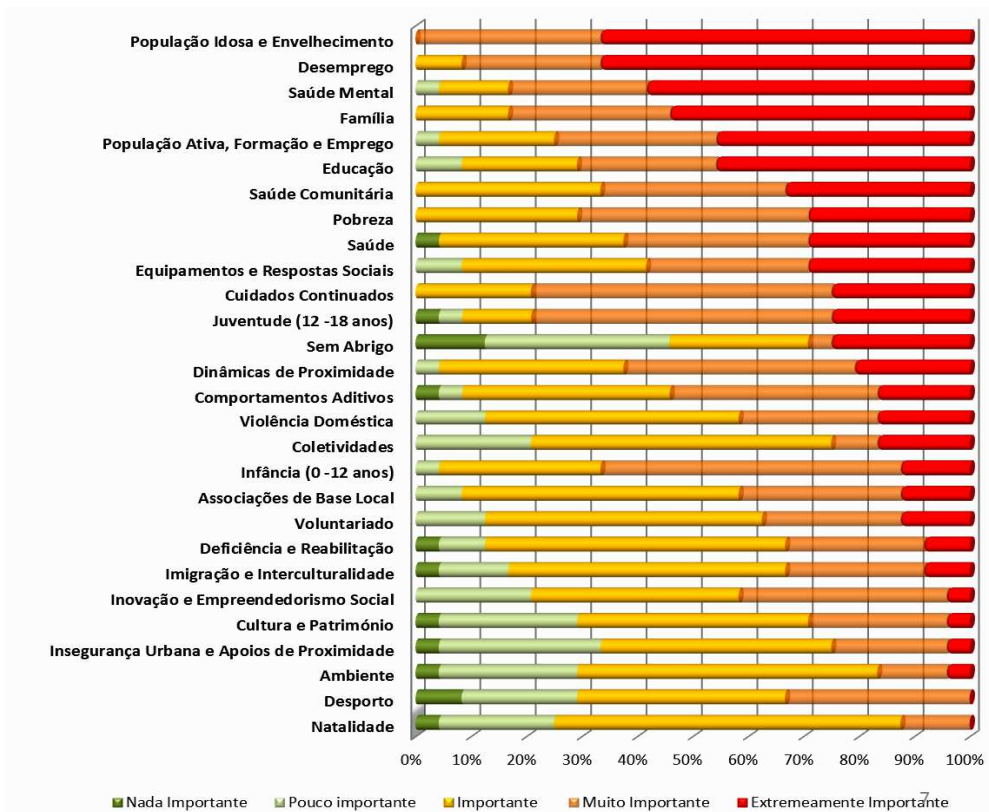
Foi realizado um inquérito às Juntas de Freguesia, às Comissões Sociais de Freguesia e aos membros do CLAS-Lx que permitiu identificar as problemáticas sociais e as prioridades de intervenção<sup>8</sup>, assim como recolher propostas de medidas para o PDS 2017-2020.

A análise das respostas permitiu uma hierarquização da representatividade das problemáticas sociais predominantes e dos principais domínios de intervenção onde existem maiores insuficiências de respostas sociais, no conjunto das freguesias analisadas.

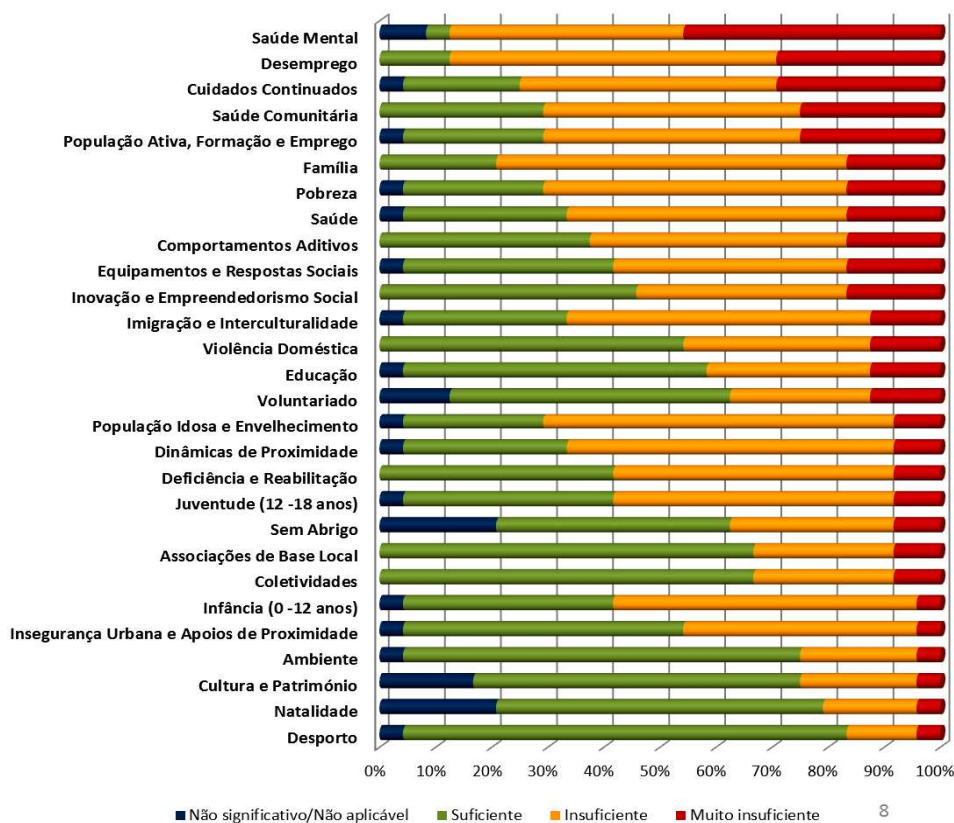
---

<sup>8</sup> Inquérito "Problemáticas e Prioridades Sociais nas Freguesias de Lisboa" Juntas de Freguesia e Comissões Sociais de Freguesia - Ver relatório em anexo

### Representatividade das problemáticas sociais predominantes nas freguesias



### Insuficiência de Respostas Sociais nas Freguesias



Quanto à análise de conteúdo das perguntas abertas para recolha de sugestões e medidas para o PDS 2017-2020, essa informação foi organizada em fichas por freguesia, conforme consta abaixo para a freguesia da Ajuda (como exemplo).

**AJUDA**

Problemáticas/carências sociais

1. IDOSOS - São crescentes as situações de isolamento social e solidão nos idosos
2. JOVENS - Falta de acompanhamento psico-social e de actividades para jovens alunos com problemas de indisciplina e absentismo escolar
3. JOVENS - Faltam técnicos qualificados na CPCJ para intervenção no âmbito da disciplina em contexto de sala de aula e fora dela - apoio nos recreios das escolas da freguesia.
4. SAÚDE MENTAL - Insuficiência de apoios ao nível da ocupação e treino de competências para jovens, adultos e idosos com problemas do foro psiquiátrico e outras limitações
5. FAMÍLIAS - Agravamento das situações de carência económica das famílias e a dificuldade de obtenção de livros e material escolar

Prioridades

1. CRIANÇAS - Criar bancos de livros e material escolar
2. CRIANÇAS E JOVENS - Organizar actividades de OTL ligadas às expressões plástica, dramática e musical.
3. IDOSOS - Reforçar da sensibilização e dinamização dos diversos agentes da comunidade na detecção e referenciação de idosos isolados em situação de risco.
4. IDOSOS - Sensibilizar a população sénior para o voluntariado e estimular a promoção de projectos de voluntariado construídos com os idosos e organizações locais
5. SAÚDE MENTAL - Formar técnicos que possam intervir na Comunidade de modo a que a Arte seja um veículo de Inclusão Social.

Parceiros

- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
- Fundação LIGA
- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Ajuda
- Associação Actividades Sociais Bairro 2 Maio
- Gebalis

Seguidamente foram realizados Workshops participativos que envolveram cerca de 160 participantes entre um conjunto de profissionais, representantes de diversas instituições e também especialistas nas diferentes áreas temáticas, que tiveram como objectivos promover o debate e participação pública sobre os seguintes temas:

- 1) Infância, juventude e família;**
- 2) População idosa e envelhecimento saudável**
- 3) Pobreza e inclusão social**
- 4) Desemprego, qualificação e empregabilidade local**

Os objectivos destes workshops foram:

- Reflectir sobre os problemas e sobre as soluções, colocando pistas de reflexão-acção;
- Identificar o que é necessário fazer para que se consigam respostas sociais mais robustas de actuação no terreno;
- Identificar parceiros para articulação de projectos futuros para o Plano de Desenvolvimento Social (PDS 2017-2020);
- Identificar exemplos de boas práticas.

A metodologia adoptada foi a seguinte:

- Actividade Inicial - Percepção das Dinâmicas Existentes- Evolução dos Problemas e das Respostas
- Enquadramento do Tema e Questões de Reflexão-Acção para votação e debate em grupos focais
- Sessão em Grupos Focais / Questões em Debate - O que Precisamos de fazer Sem Demora? – Identificação, agregação e votação de propostas de cada grupo focal;
- Sessão Plenária Final – apresentação dos resultados das mesas temáticas e das perspectivas futuras com a possibilidade de constituição de grupos de trabalho temáticos.

### ***Infância, juventude e família***

*Questões de reflexão-acção*

1. Como garantir mecanismos de detecção e protecção das crianças em tempo útil?
2. Como reforçar as competências parentais na família?
3. Como combater o abandono e insucesso escolar das crianças e jovens?
4. Como actuar junto dos jovens desocupados, não inseridos no sistema de ensino nem no mercado de trabalho ou de formação?
5. Como prevenir comportamentos de risco nas crianças e jovens?

### ***População idosa e envelhecimento saudável***

*Questões de reflexão-acção*

1. Como Colmatar as Insuficiências e Reconfigurar as Respostas para os Problemas dos Idosos?
2. Como Garantir a Qualidade e Dignidade nas Respostas para os Idosos em Situação de Doença e/ou Dependência?
3. Como Criar Respostas Sociais Ajustadas aos Diversos Perfis dos “Novos Idosos”, Garantindo a Sua Participação?
4. Como Incentivar as Redes Formais e Informais de Apoio aos Idosos na Prevenção do Isolamento Social?
5. Como Desconstruir os Mitos e Preconceitos Associados ao Envelhecimento?

### ***Desemprego, qualificação e empregabilidade local***

*Questões de reflexão-acção*

1. Como reforçar as competências pessoais e sociais facilitadoras da inserção no mercado de trabalho?
2. Como promover o regresso ao mercado de trabalho após os 45 anos de idade?
3. Como fomentar e replicar as redes locais de empregabilidade e de vizinhança, reforçando os canais de comunicação e recrutamento entre a oferta e a procura de emprego?
4. Como promover a requalificação e a flexibilização da aprendizagem ao longo da vida, em função das actuais necessidades do mercado de trabalho?
5. Como aumentar a procura activa de emprego e diminuir o sentimento de desistência do mercado de trabalho?

### ***Pobreza e inclusão social***

*Questões de reflexão-acção*

1. Como Actuar de Forma Rápida e Eficaz no Combate à Pobreza nas Diferentes Fases do Ciclo de Vida?
2. Como Intervir nas Famílias e no Indivíduo de Forma mais Próxima e Integrada no Desenvolvimento de Soluções Multi-Dimensionais, com Resultados de Sucesso e de Inclusão?
3. Como Capacitar as Crianças e Jovens para Serem Agentes de Mudança Progressiva no Quotidiano das Famílias Pobres?
4. Como Desenvolver Soluções e Estratégias de Actuação Dirigidas aos Novos Perfis de Pobreza Emergentes?
5. Como Desenvolver Soluções e Estratégias de Actuação Dirigidas aos Grupos Particularmente Vulneráveis: Crianças; Famílias Monoparentais; Idosos; Mulheres; Trabalhadores Precários; Sem-Abrigo, Minorias Étnicas?
6. Como Melhorar a Educação Especial e o Apoio na Deficiência?

Para cada um destes workshops foi elaborado um Relatório<sup>9</sup> (ver anexos) de sistematização dos resultados, com destaque nas propostas e pistas de acção concretas para o PDS 2017-2020.

Por forma a complementar a perspectiva dos técnicos e especialistas dentro de cada tema, foram realizados Encontros com diferentes Públicos-Alvo<sup>10</sup> que envolveram cerca de 135 participantes com o objectivo de auscultar as diferentes visões dos problemas e as dificuldades do quotidiano, sentidas pelos próprios, e recolher as propostas de soluções e respostas necessárias para a cidade, que poderiam contribuir para mudar ou melhorar a sua qualidade de vida e bem-estar.

<sup>9</sup> Elaborado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa – Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente – CIVITAS 21 – Comunidades Sustentáveis.

<sup>10</sup> Relatórios de sistematização dos resultados em anexo

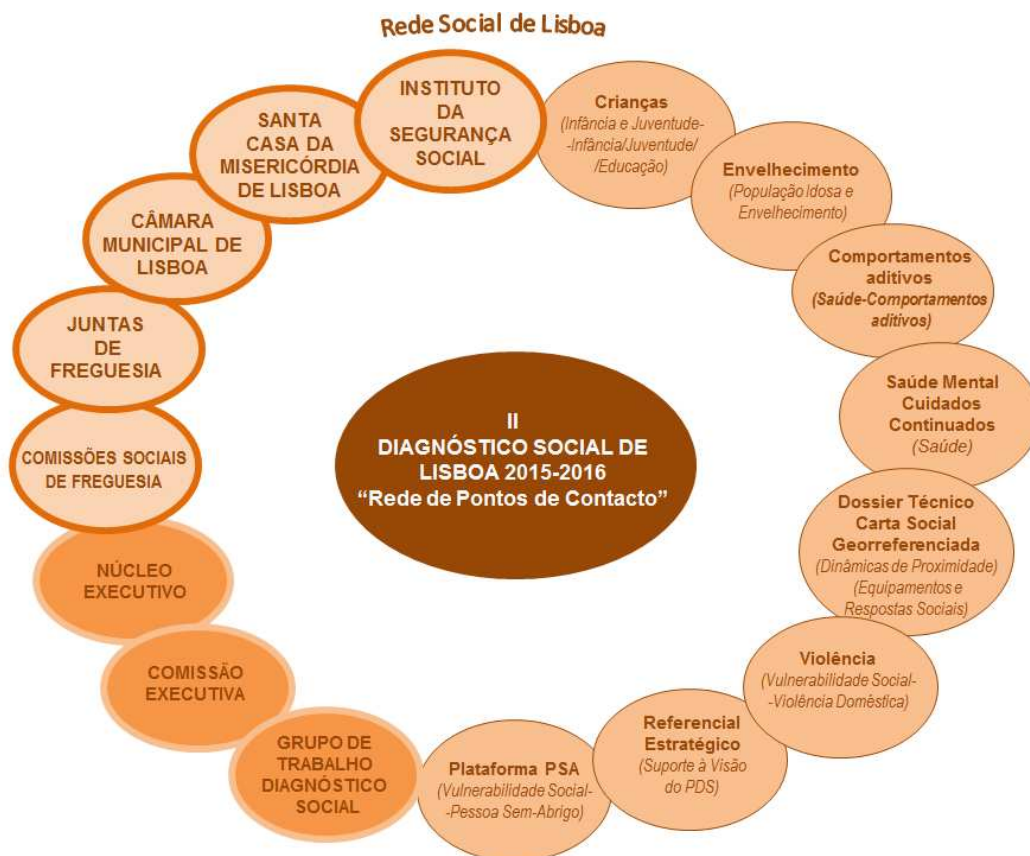


**PROCESSO METODOLÓGICO PDS 2017-2020**



Dada a dimensão do trabalho de actualização do Diagnóstico Social da Cidade, foi sentida ainda a necessidade de, até Julho de 2016, enquanto este trabalho se aprofundava, efectuar uma síntese das principais problemáticas entretanto identificadas na elaboração da Sinopse, na óptica de um processo incrementalista, o que implicou uma intensa partilha de informação qualitativa e simultaneamente o tratamento quantitativo de informação dispersa em diferentes unidades orgânicas do Município, Empresa Municipal (GEBALIS), serviços da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Instituto da Segurança Social, Ministério da Educação, Ministério da Administração Interna, Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Instituto de Emprego e Formação Profissional e Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.





Na 26.ª Sessão Plenária a 14 de Julho de 2016 foi aprovada a Sinopse do II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, assim como os Eixos Estratégicos e Finalidades que emergiram como fundamentais no processo de construção do PDS 2017-2020, numa perspectiva de plano-processo, tendo igualmente sido aprovada a adopção do sistema Delphi para validação dos objectivos gerais e específicos.

<b>1. EIXO ESTRATÉGICO</b>
<b>REFORÇO E TERRITORIALIZAÇÃO DA REDE SOCIAL DE LISBOA</b> REDE SOCIAL   CLAS   CSF
<b>2. EIXO ESTRATÉGICO</b>
<b>INTERVENÇÃO EM PÚBLICOS-ALVO</b> CRIANÇAS E JOVENS   IDOSOS
<b>3. EIXO ESTRATÉGICO</b>
<b>INTERVENÇÃO EM DOMÍNIOS/GRUPOS DE MAIOR VULNERABILIDADE</b> VIOLÊNCIA DOMÉSTICA   DEFICIÊNCIA   SAÚDE MENTAL   COMPORTAMENTOS ADITIVOS   SEM ABRIGO
<b>4. EIXO ESTRATÉGICO</b>
<b>PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE</b> REDES LOCAIS

Na elaboração do PDS 2017-2020, foram tidas em conta as orientações dos seguintes Planos Nacionais:

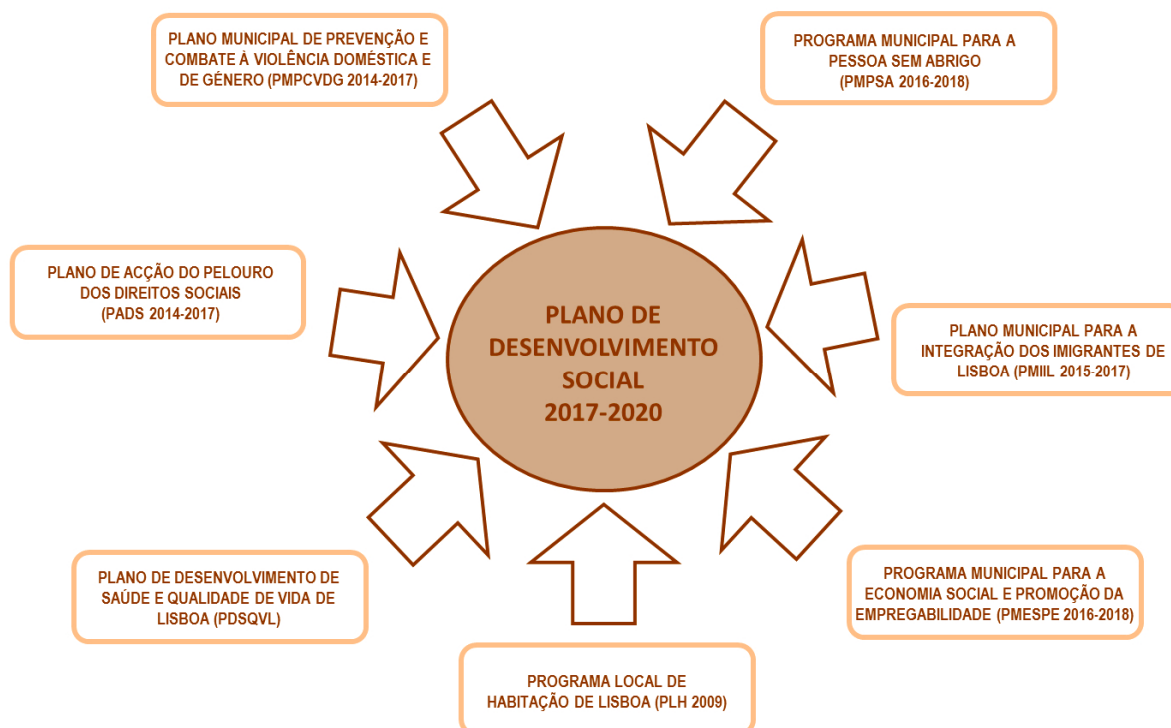
- V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017)
- Plano Nacional para a Saúde Mental 2007-2016;
- Plano Estratégico SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências- 2013-2016);
- Estratégia Nacional para a Deficiência (ENDEF 2011-2013) e Relatório de Avaliação Final; INR, I.P.;
- Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa Sem Abrigo (ENIPSA 2009-2015).

No que respeita a instrumentos municipais<sup>11</sup>, foram consideradas as suas respectivas orientações estratégicas e as políticas subjacentes, assegurando a coerência, articulação e concertação de acções, salientando-se os seguintes:

- Plano de Acção do Pelouro dos Direitos Sociais 2014-2017 (PADS);
- Plano “Cidade para a Pessoa Sem Abrigo - Lisboa 2009”;
- Programa Municipal para a Pessoa Sem Abrigo 2016-2018 (PMPSA);
- Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes de Lisboa (PMIIL);
- Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa 2014-2017;
- Plano de Desenvolvimento de Saúde e Qualidade de Vida de Lisboa (PDSQVL), I Volume;
- Programa Municipal para a Economia Social e Promoção da Empregabilidade (PMESPE).
- Programa Local de Habitação (PLH)

---

<sup>11</sup> Para mais informação consultar [http:// lisboasolidaria.cm-lisboa.pt](http://lisboasolidaria.cm-lisboa.pt) e [http:// http:// habitacao.cm-lisboa.pt](http:// habitacao.cm-lisboa.pt)



No que diz respeito à problemática da Imigração, assumiu-se que as acções a desenvolver na cidade, ocorreriam através da implementação do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes de Lisboa (PMIIL), razão pela qual esta problemática não consta do actual PDS 2017-2020.

Realça-se que, dada a importância do PDSQVL, no âmbito da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, a área da saúde no PDS 2017-2020 contém apenas as áreas temáticas da Saúde Mental e dos Comportamentos Aditivos e Dependências, no Eixo Estratégico 3 - Intervenção em Domínios/Grupos de maior vulnerabilidade.

Relativamente à problemática da Habitação, a elaboração e implementação do PDS 2017-2020 vem contribuir para dois dos objectivos do Programa Local de Habitação: *Objectivo 1B) – Melhorar a Qualidade da Vida Urbana e a Coesão Territorial* e o *Objectivo 1C) – Promover a Coesão Social*.

A partir das realidades retratadas no II Diagnóstico Social de Lisboa e das orientações estratégicas constantes nos Planos e Programas Municipais e de outros da Rede Social de Lisboa (Plano Cidade para a Pessoa Sem Abrigo em Lisboa 2009; Plano de Intervenção para a Área do Envelhecimento 2013-2015; Proposta de Estratégia de Cidade para as Crianças de Lisboa 2014-2017), e ainda das problemáticas, prioridades e propostas identificadas nos Inquéritos, nos Workshops, nos Encontros Públicos-alvo, e também tendo em conta as acções do PDS 2013-15 que irão ter continuidade no PDS em elaboração, foram

elaboradas Matrizes de Sistematização por forma a incluir todas as propostas de medidas sobre as seguintes temáticas:

- ***Crianças, jovens e famílias;***
- ***População idosa e envelhecimento;***
- ***Violência doméstica;***
- ***Deficiência;***
- ***Saúde mental;***
- ***Comportamentos aditivos***
- ***Pessoa sem abrigo;***
- ***Desemprego, qualificação e empregabilidade local.***

Assim, tendo como ponto de partida as referidas propostas, foi possível a definição dos eixos estratégicos e finalidades estruturantes da matriz do PDS 2017-2020, tendo-se definido igualmente os objectivos gerais e específicos em cada um deles.

Após a definição e estruturação das finalidades, dos objectivos gerais, objectivos específicos e medidas, considerou-se necessário validar e concertar com os membros do CLAS Lx os objectivos gerais e específicos através da aplicação de um sistema Delphi<sup>12</sup> (constituição de um painel para submeter à validação cada objectivo segundo uma escala qualitativa de tipo Likert). Foram realizados dois processos Delphi, um para os objectivos gerais e outro para os específicos, para validar, respectivamente, cada um deles ao longo de duas rondas.

Os dois processos Delphi permitiram aos parceiros do CLAS validar os objectivos de uma forma iterativa e interactiva, com a recolha e partilha anónima das opiniões e propostas de cada parceiro, relativamente a cada um dos objectivos, bem como propor novas medidas.

Foram convidados a participar no primeiro processo os 425 membros do CLAS Lx, contudo, por se tratar de um processo sequencial por rondas, só foram convidados a participar no segundo processo, os 185 participantes que completaram o processo inicial. Através deste questionário, foi possível validar todos os Objectivos Gerais e a grande maioria dos objectivos específicos, com taxas de aprovação superiores a 90%.

---

<sup>12</sup> Ver relatório em anexo: Implementação de um sistema Delphi para validação dos Objectivos do PDS 2017-2020, BANA Consulting Lda, Novembro 2016



Podemos afirmar que, na construção do PDS 2017-2020, que se pretende de intervenção sócio-territorial, a adopção de diferentes metodologias de “*participação propositiva*”, veio reforçar o seu carácter estratégico, contribuindo para os desafios de coesão social e territorial inscritos na Carta Europeia do Urbanismo - Uma visão das cidades e das regiões da Europa do Século XXI, Barcelona 2013.

A grelha-síntese das medidas do Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa 2017-2020, definidas para cada Eixo Estratégico, com base nas propostas dos Grupos de Missão do anterior PDS e dos grupos de trabalho sectoriais; nos Inquéritos e no II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, nos Workshops Participativos, nos Encontros com Públicos e nos resultados do Painel Delphi, foi concertada pelas três entidades da Comissão Tripartida da Rede Social de Lisboa, e posteriormente apresentada, em reunião do dia 5 de Janeiro de 2017, aos Presidentes das Juntas de Freguesia, com o objectivo de estabelecer as necessárias parcerias para a territorialização.

Para cada Eixo Estratégico, foram identificados potenciais parceiros, fruto do trabalho realizado por anteriores Grupos de Trabalho (Sectoriais, de Missão e de Comissões Sociais de Freguesia) e da manifestação de interesse em trabalhar em determinados temas, nos inquéritos sobre Problemáticas e Prioridades Sociais e nos Workshops. De referir ainda que, na fase de operacionalização das Medidas e construção de Projectos, proceder-se-á à devida contratualização, aberta à participação de outros parceiros, porventura ainda não identificados.





## 5. Os Eixos Estratégicos do PDS 2017-2020

O PDS 2017-2020 baseia-se em Eixos Estratégicos de intervenção cujas designações reflectem as prioridades identificadas durante o processo de elaboração do II Diagnóstico Social 2015-2016 e as respectivas temáticas aprovadas pelo CLAS.

### 5.1. Eixo 1 - Reforço e Territorialização da Rede Social de Lisboa (CLAS | CSF)

Considerando que o Programa Rede Social tem o seu foco fundamental no planeamento integrado e na articulação da intervenção dos atores de diferentes naturezas e áreas de actuação em rede, o que está em causa é a organização em torno da multiplicidade de atores e dos instrumentos por eles concebidos e, por outro lado, na tradução dessas configurações institucionais sobre as práticas de intervenção nos territórios que se procura operacionalizar.

A Rede Social de Lisboa tem vindo a contribuir para melhorar a capacidade de concretizar processos de intervenção coordenados, com a participação de diferentes entidades. Factores como o maior conhecimento, não apenas das necessidades mas também das redes institucionais de intervenção e o próprio conhecimento mútuo e informal entre diferentes actores, têm favorecido uma maior capacidade de concretização de acções em conjunto.

Decorridos 10 anos, desde a constituição do Conselho Local de Acção Social de Lisboa (2006) muitas conquistas foram efectuadas com a sua implementação na cidade, mas subsistem fragilidades no seu funcionamento, nomeadamente na aplicação do princípio da subsidiariedade à escala local, entre os níveis de intervenção e as articulações entre o sub-municipal, o municipal e o supramunicipal.

A necessidade de reforçar e organizar territorialmente a intervenção e o funcionamento integrado da Rede Social de Lisboa, surgiu desde logo como uma forte prioridade apontada, quer pela Comissão Executiva e Núcleo Executivo, quer também pelos parceiros e instituições envolvidas no processo participativo.

Os aspectos lacunares e as propostas para os colmatar resultam duma reflexão aprofundada, nomeadamente através das respostas a um questionário realizado em 2013, sobre o funcionamento da



Rede Social de Lisboa, ao qual responderam 99 parceiros; de um encontro com as Comissões Sociais de Freguesia, realizado em Fevereiro de 2016; assim como nos contributos de todas as etapas metodológicas descritas no capítulo anterior.

As críticas apontadas indiciam alguma dispersão, ineficiência e até insuficiências ao nível da intervenção, convergiram para a necessidade premente de reforçar a actuação em rede de uma forma mais pragmática, mais organizada e mais próxima dos territórios e das pessoas em situação de maior vulnerabilidade, encontrando soluções e respostas de intervenção social mais articuladas, mais directas e sobretudo mais eficazes e com melhores e mais visíveis resultados.

Neste segundo Plano de Desenvolvimento Social – PDS 2017-2020 (2ª geração), em face de um amadurecimento e consolidação da Rede Social de Lisboa, pode dizer-se que estamos perante um instrumento de planeamento social<sup>13</sup> que se focaliza no território e nas pessoas, através da implementação de medidas e acções territorializadas e com um forte envolvimento dos parceiros.

É neste sentido que surge o primeiro Eixo Estratégico, fundamentado e plenamente assumido como prioritário, com a designação de **“Reforço e territorialização da Rede Social de Lisboa”**. Este eixo visa potenciar e reforçar o trabalho das Comissões Sociais de Freguesia como entidades de proximidade nos diferentes territórios da cidade e capazes de melhor identificar os problemas sociais nos territórios das freguesias e intervir de forma mais eficaz, articulada e rápida.

Assim, no que diz respeito ao conhecimento da realidade, é fundamental o papel das Comissões Sociais de Freguesia na caracterização social da freguesia e a elaboração do respectivo diagnóstico, com identificação das carências, das prioridades e dos recursos, para o planeamento da acção no seu território de intervenção e que contribua para o planeamento do desenvolvimento social da cidade, no seu todo.

A insuficiência de mecanismos regulares de partilha de experiências, orientados para a aprendizagem e inovação no trabalho em rede realizado na cidade, a insuficiente produção de informação e a fraca orientação das estruturas de parceria para a medição dos resultados da sua actividade, concorrem para a ausência de mecanismos de monitorização e avaliação da actividade da Rede Social de Lisboa.

---

<sup>13</sup> GÜEL, José Manuel Fernandez, Planificación Estratégica de Ciudades – Novos Instrumentos e Processos, Editorial Reverté, Barcelona, 2006



De forma a melhorar a partilha de responsabilidades e esforço colectivo de todos os parceiros do CLAS-Lx e reforçar o funcionamento em rede entre os parceiros, é fundamental a qualificação das organizações, nomeadamente dotando-as de mais competências para planear, gerir e dinamizar redes de parceria.

Por outro lado, uma vez que lidamos com problemas sociais complexos<sup>14</sup>, importa também qualificar os agentes da intervenção, nas diferentes áreas temáticas, de forma a permitir encontrar respostas mais integradas, eficazes e adaptadas aos seus destinatários.

De facto, existe uma necessidade de investir na monitorização dos problemas sociais e da globalidade das respostas existentes, de forma a poder medir a eficiência e a eficácia das intervenções desenvolvidas, de contribuindo para um melhor planeamento social na cidade pelo conjunto dos seus interventores.

Assim, constata-se a necessidade de melhorar: a comunicação e partilha de experiências e conhecimento entre parceiros; a adopção de práticas e instrumentos de monitorização e avaliação; a identificação das boas práticas e criação de condições para a sua replicação; a qualificação dos profissionais para a operacionalização dos princípios da Rede Social e os mecanismos e práticas de articulação e integração da intervenção entre o nível micro (a freguesia), Meso (a cidade) e Macro (políticas nacionais).

Abaixo, apresentam-se as Medidas deste PDS 2017-2020 para este Eixo 1- Reforço e territorialização da Rede Social de Lisboa

<b>EIXO 1 - REFORÇO E TERRITORIALIZAÇÃO DA REDE SOCIAL DE LISBOA</b>				
<b>Finalidade</b>	<b>Objectivo Geral</b>	<b>Objectivo Específico</b>	<b>Medidas</b>	<b>Parceiros Identificados</b>
<b>Dinamizar e potenciar o funcionamento da Rede Social</b>	Qualificar a Rede Social	Capacitar nas áreas de metodologia de projecto, gestão e dinamização de parcerias	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Formar técnicos nas áreas de Planeamento, Gestão e Dinamização de Parcerias</li> </ul>	ISS-Coordenação nacional do Programa Rede Social; Universidades e Centros de Investigação (U. Católica; ISCTE e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; CESIS); organizações com experiência na capacitação de atores nestas áreas (Fundação Aga Khan, EAPN); Departamentos de Formação da SCML e CML

<sup>14</sup> MARQUES, Rui (Coord.); Problemas Complexos e Governação Integrada, Govint – Fórum para a Governação Integrada, 2014

			<ul style="list-style-type: none"> <li>•Realizar acções de formação/qualificação de acordo com as áreas de intervenção do PDS</li> </ul>	Universidades e Centros de Investigação; Serviços de formação da SCML, CML, ARS-LVT, IEFP,
	Monitorizar a Coesão Social	Promover a monitorização e avaliação transversal a todos os eixos do PDS 2017-20	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Constituir Plataforma Interinstitucional para a manutenção de informação actualizada sobre a realidade social, na cidade de Lisboa</li> </ul>	CML, SCML, CdistLisboa/ISS-IP, IEFP, ARS-LVT, DGESTE, EAPN
			<ul style="list-style-type: none"> <li>•Adoptar o Referencial Estratégico como instrumento de monitorização da coesão social da cidade</li> </ul>	
			<ul style="list-style-type: none"> <li>•Implementar sistema de monitorização e avaliação da execução de medidas, acções e projectos do PDS</li> </ul>	
Valorizar e replicar as boas práticas de funcionamento da Rede Social	Promover a inovação nas respostas sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Criar um “Selo Boa Prática Rede Social” e divulgação no CLAS, por forma a favorecer a replicação dessas práticas;</li> </ul>	CML, SCML, CdistLisboa/ISS-IP, IEFP, ARS-LVT, DGESTE,	
		<ul style="list-style-type: none"> <li>•Implementar a Carta Social Georreferenciada enquanto instrumento de apoio à gestão</li> </ul>	CML, SCML, CdistLisboa/ISS-IP	
Dinamizar e potenciar o funcionamento do CLAS	Qualificar o CLAS	Actualizar e disponibilizar informação sobre os parceiros do CLAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Criar uma ficha on line de actualização de dados</li> </ul>	Parceiros do CLAS (responsabilidade do Núcleo Executivo da Rede Social de Lisboa)
			<ul style="list-style-type: none"> <li>•Criar uma base de dados de atualização permanente</li> </ul>	Parceiros do CLAS (responsabilidade do Núcleo Executivo da Rede Social de Lisboa)
		Promover a colaboração institucional dos parceiros do CLAS de Lisboa	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Criar o Portal da Rede Social</li> </ul>	Parceiros do CLAS e coordenação da Comissão Tripartida (CML, SCML, CdistLisboa/ISS-IP)
			<ul style="list-style-type: none"> <li>•Desenvolver projectos com parceiros do CLAS por áreas temáticas, em articulação com as Comissões Sociais de Freguesia,</li> </ul>	Grupos de Missão/Eixos do PDS e parceiros das CSF
Dinamizar e potenciar o funcionamento das CSF	Territorializar a Intervenção	Criar e Implementar Programas de Acção Concertados com as CSF	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Seleccionar os territórios com públicos/problemáticas de intervenção prioritária</li> </ul>	CML, SCML, CdistLisboa/ISS-IP, IEFP, ARS-LVT, DGESTE e Juntas de Freguesia/CSF
			<ul style="list-style-type: none"> <li>•Concertar com as CSF os Planos de Acção que respondam às problemáticas identificadas,</li> </ul>	Comissões Sociais de Freguesia



## 5.2.Eixo 2 - Intervenção em Públicos-Alvo

### *Crianças e Jovens | Idosos*

Relativamente ao segundo eixo estratégico, optou-se por focalizar a intervenção de forma mais dirigida a três públicos-alvo específicos da população de Lisboa - crianças, jovens e idosos - cujas problemáticas identificadas no Diagnóstico Social de Lisboa são mais agravadas e carecem de intervenções mais articuladas e robustas.

#### 5.2.1 Crianças e Jovens

Decorre do II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, e do trabalho efectuado pelas instituições, que na cidade de Lisboa existe um elevado número de crianças sinalizadas por problemáticas de elevada gravidade relacionadas com maus tratos, risco continuado, perigo, stress crónico, carência alimentar, violência doméstica, entre outras.

A “Proposta de Estratégia de Cidade para as Crianças em Lisboa”, bem como a constituição dum Grupo de Trabalho para a Área das Crianças (GTAC) para este instrumento, foi aprovada na 17ª Sessão do Plenário do Conselho Local de Acção Social de Lisboa, realizada em 12 de Março de 2014, com o período de vigência de Março de 2014 a Março de 2017.

Integraram o GTAC as seguintes organizações: Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares (coordenador do Plano); Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Instituto de Apoio à Criança; Associação de Mulheres Contra a Violência; Associação de Jardins - Escolas João de Deus - Organização Mundial de Educação Pré-Escolar Comité Português; Câmara Municipal de Lisboa; Escola Superior de Educação de Lisboa; Casa Pia de Lisboa; ISS-CDistLisboa; Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e Polícia de Segurança Pública.

Esta Proposta de Estratégia inclui uma dimensão instrumental e operativa, de forma a produzir propostas a partir da realidade(s) do(s) território(s). Para o efeito, foram definidas Medidas que se orientam para questões específicas e para a utilização dos recursos existentes, de modo a melhorar a intervenção sobre as realidades da cidade em torno das crianças.

O trabalho desenvolvido com os Agrupamentos de Escolas e com os parceiros dos Grupos de Trabalho das Comissões Sociais de Freguesia sobre crianças, e pelos diferentes subgrupos do GTAC (organizados em função das medidas operacionais), permitiu a apresentação de propostas concretas de acção, sustentadas na realidade local sobre esta temática.

Relativamente ao Subgrupo “Competências Parentais” foi possível identificar as entidades relevantes com intervenção nesta área e iniciar a sua caracterização numa matriz única que permitirá, no futuro, maximizar os recursos existentes, bem como a apresentação de novas propostas de modelos de trabalho em rede que contribuam para a promoção das competências parentais das famílias. Pretende-se que as intervenções desenvolvidas se tornem mais visíveis, que sejam reforçadas as acções com maior impacto.

No que diz respeito ao Subgrupo “Mediação Escolar”, revelou-se fundamental a identificação e caracterização da acção das estruturas de apoio ao aluno e à família promovidas pelos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas do Concelho de Lisboa, identificando os profissionais envolvidos e as metodologias utilizadas, assim como o papel dos parceiros nas acções por eles desenvolvidas e ainda as necessidades de formação nestas matérias para professores e assistentes operacionais.

Este trabalho de proximidade com os Agrupamentos de Escolas da cidade contribuiu para o reforço do conhecimento e da capacidade de articulação entre as instituições e permitiu uma reflexão conjunta sobre os constrangimentos e propostas de acção. Acresce ainda a reflexão realizada com os grupos de trabalho na área das crianças das Comissões Sociais de Freguesia.

Foram assim consideradas as seguintes áreas fundamentais:

- Promoção de uma maior proximidade com as 4 Comissões de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ); melhoria e articulação da intervenção com as famílias;
- Organização das intervenções efectuadas por múltiplos atores no desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e jovens;
- Qualificação dos profissionais, particularmente na gestão de conflitos e actuação em situações de indisciplina e sobre o funcionamento do sistema de promoção e protecção de crianças e jovens;
- Diversificação e inovação das intervenções, apostando nas abordagens não-formais e informais, em contexto escolar e comunitário.
- Criação e utilização do espaço público pelas crianças
- Identificação de espaços para jovens
- Criação de mecanismos que favoreçam a participação das crianças



A CML, assinou a 19 de Outubro de 2016, o Protocolo “Cidade Amiga das Crianças”, iniciativa lançada pela UNICEF em 1996, que tem como objectivo: melhorar a qualidade de vida das crianças, reconhecendo e realizando os seus direitos, contribuindo assim para o progresso das comunidades.

Assim, optou-se por integrar as seguintes acções/medidas da “Proposta de Estratégia de Cidade para as Crianças em Lisboa” no de acção do Programa “Cidade Amiga das Crianças”:

- “Os direitos das crianças e dos jovens sentidos por eles próprios”;
- “Plano de Sensibilização dos Direitos das Crianças”;
- “Direito a Brincar”;
- “Escola Espaço Aberto”
- “Plataforma digital para partilha de conhecimento sobre os direitos das crianças e dos jovens, na cidade de Lisboa”

Para o PDS 2017-2020 surge assim como finalidade a “Carta Estratégica para as Crianças na Cidade de Lisboa”, a qual deverá ser um documento orientador para a definição e implementação de políticas na área das crianças e jovens, consubstanciado num guião institucional que procure vincular as instituições da cidade, em prol da efectivação dos direitos da criança contendo propostas efectivas, baseadas na realidade local.

No decorrer da elaboração do presente PDS e da metodologia explicitada anteriormente, para além das propostas do GTAC, foram contempladas as propostas de acção: dos Grupos de Trabalho das CSF; de 4 Encontros com crianças; dos Inquéritos sobre problemáticas e prioridades sociais; e dos Workshops sobre Infância, Juventude e Família e Pobreza e Exclusão Social.

Para a sua execução, propõe-se a manutenção da estrutura de parceria criada no anterior Plano, convidando outros parceiros, que manterá a coordenação da implementação das acções deste EIXO, assegurará o funcionamento dos subgrupos de trabalho, criados e a criar, e acompanhará a sua concretização nos territórios/Comissões Sociais de Freguesia.

Assim, propõe-se que esta estrutura de parceria seja constituída pelas seguintes organizações: Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares (coordenador do Eixo); Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Instituto de Apoio à Criança; Associação de Mulheres Contra a Violência; Associação de Jardins -Escolas João de Deus- Organização Mundial de Educação Pré-Escolar Comité Português; Câmara Municipal de Lisboa; Escola Superior de Educação de Lisboa; Casa Pia de Lisboa; ISS- CDistLisboa; Administração Regional

de Saúde Lisboa e Vale do Tejo e Polícia de Segurança Pública (parceiros do anterior Plano); Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco; Tribunal de Família e Menores; Observatório das Famílias e das Políticas de Família; Instituto Português do Desporto e Juventude e coordenação regional do Programa Escolhas (a serem convidados). Abaixo, apresentam-se as Medidas deste PDS para este Eixo 2- Intervenção em públicos-alvo- Crianças e Jovens.

Abaixo, apresentam-se as Medidas deste PDS para este Eixo 2 - Intervenção em públicos-alvo - Crianças e Jovens.

<b>EIXO 2 - INTERVENÇÃO EM PÚBLICOS-ALVO - CRIANÇAS E JOVENS</b>				
<b>Finalidade</b>	<b>Objectivo Geral</b>	<b>Objectivo Especifico</b>	<b>Medidas</b>	<b>Parceiros Identificados</b>
<b>Carta Estratégica para as crianças da cidade de Lisboa, através da articulação das políticas direccionadas para infância e juventude</b>	Consolidar uma intervenção integrada	Promover a implementação local de sistemas de intervenção com famílias que garantam uma maior protecção das crianças/jovens em cada território	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adoptar procedimentos comuns de referenciação e acompanhamento de crianças e jovens em risco;</li> <li>• Realizar acções de qualificação dos agentes/respostas /serviços de primeira linha do Sistema Promoção e Protecção</li> <li>• Potenciar e replicar Grupos de Trabalho técnicos interinstitucionais de acompanhamento de famílias com crianças e jovens.</li> </ul>	Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco e SCML, 4 Comissões de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens; ARS-LVT; DGESTE (Escolas e Centros de Formação das Associações de Escolas da Cidade de Lisboa), ESE João de Deus; ESE Lisboa- Universidade de Lx; Centro de Formação da CML; CSFs Penha de França; St. Clara, Marvila, Av. Novas e Alvalade
		Melhorar e alargar a intervenção na área das competências parentais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluir e manter actualizado o guia de recursos na área das competências parentais;</li> <li>• Implementar um programa integrado de desenvolvimento de competências parentais;</li> <li>• Optimizar/reforçar as respostas já existentes, identificadas como de boas práticas.</li> </ul>	SCML; CDistLisboa/ISS-IP; Observatório das Famílias e das Políticas de Família; Associação Passo a Passo; Banco do Bebê; Centro Dr. João dos Santos – Casa da Praia; Ponto de Apoio à Vida; Linadem; Associação Humanidades; Raízes Entrelaçados; Ajuda de Mãe; Associação Casa Estrela do Mar; Centro Social e Paroquial do Campo Grande; O Companheiro; Movimento Defesa da Vida; A PAR; Aventura Social; Associação para o Planeamento da Família; CSFs Campolide, Penha de França, São Domingos de Benfica e Marvila
		Reforçar e ampliar programas e projectos de desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e jovens	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mapear as Entidades/Projectos, existentes na cidade e localmente, com acções de prevenção dirigidas a crianças e jovens</li> <li>• Implementar localmente Planos interinstitucionais de prevenção de comportamentos de risco junto de crianças e jovens</li> <li>• Desenvolver Projectos de prevenção da violência e combate ao bullying;</li> </ul>	DGESTE e SCML IAC, AMCV, Casa Pia, ARS-Lvt (Centos de Saúde e DICAD); Faculdade de Motricidade Humana – Universidade de Lisboa; Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), CPCJ ; Projectos Escolhas e CSFs Ajuda, Belém, Misericórdia, Penha de França, St Maria Maior; S. Domingos de Benfica e Campo de Ourique.
	Promover a salvaguarda dos Direitos	Promover a adopção, pelas organizações da	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar cursos de formação certificados pelas Escolas Superiores de Educação, para professores e assistentes operacionais, nas</li> </ul>	ESE João de Deus e ESE Lisboa- Universidade de Lx ; DGESTE (Escolas e Centros de Formação das

	das Crianças	cidade, de práticas promotoras da efectivação dos direitos das crianças	áreas de gestão de conflitos, actuação nas situações de indisciplina e sistema de promoção e protecção de crianças e jovens.	Associações de Escolas da Cidade de Lisboa), Centro de Formação da CML, Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco
		Melhorar as condições de segurança para as crianças, nos territórios envolventes às escolas e nos bairros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articular com o "Plano Lisboa Cidade Amiga das Crianças", no âmbito da candidatura municipal ao Programa "Cidades Amigas das Crianças" apresentada à UNICEF;</li> </ul>	GTAC
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar acções que reforcem a participação das autoridades (agentes da PSP e Municipais) na efectivação dos direitos da criança e do jovem</li> <li>• Desenvolver projectos locais e interinstitucionais de melhoria das condições de segurança, nos bairros.</li> </ul>	PSP; Policia Municipal, Escolas, Associações de Pais, CSFs Lumiar e St. Clara
	Incrementar e valorizar as respostas em contextos não formais e de lazer	Aprofundar o conhecimento sobre as intervenções desenvolvidas em contextos não formais e de lazer	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar uma Carta de Espaços, formais e não formais, para crianças e jovens;</li> </ul>	CML ; SCML, Casa Pia, IPSS, Associações de Base Local, Projectos Escolhas; Juntas de Freguesia; CSFs Alcântara, Av. Novas, Campolide, St. Clara, St. Maria Maior e Ajuda
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamizar uma rede de partilha de experiências/ facilitação de contactos.</li> </ul>	
		Diversificar abordagens e metodologias, através da participação de crianças, jovens e famílias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar e divulgar boas práticas</li> <li>• Realizar projectos locais no terreno que privilegiem: <ul style="list-style-type: none"> <li>- A participação de dinamizadores comunitários no terreno</li> <li>- Abordagens intergeracionais;</li> <li>- Desenvolvimento de projectos e acções de voluntariado com a participação de jovens</li> </ul> </li> </ul>	GTAC e CSFs
		CML ,SCML, ,DGESTE, IPDJ, Observatório Permanente da Juventude - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa Centro Social da Musgueira, Projectos BIP-ZIP , Associações de Pais dos Agrupamentos de Escolas, Associações de imigrantes; Orquestra Geração – Conservatório Nacional, CSFs		

## 5.2.2. Pessoas Idosas

O envelhecimento da sociedade constitui um grande desafio para a coesão e governação integrada<sup>15</sup> das cidades, numa lógica positiva de criação de políticas para a longevidade que vão ao encontro das necessidades específicas dos idosos, e que valorizem a diversidade, as competências e os saberes das pessoas idosas, as quais devem ser encaradas como cidadãos e cidadãs de pleno direito.

A realidade do envelhecimento na cidade de Lisboa revela um aumento contínuo da população com 65 e mais anos desde 1960, com um aumento acentuado, ente 1981 e 2001, e uma ligeira diminuição entre 2001 e 2011.

De acordo com o II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, a população com 65 anos e mais anos a residir na cidade de Lisboa em 2011 era de 130 960 habitantes, correspondendo a cerca de 24% do total de indivíduos residentes.

Por outro lado a proporção de indivíduos muito idosos (75 ou mais anos) no total da população era em 2001 de 10,3%, tendo passado para cerca de 13% em 2011, valores que confirmam a acentuada tendência de envelhecimento através do crescimento da proporção dos indivíduos muito idosos. O aumento da população muito idosa, ocorreu sobretudo nas mulheres entre os 80 e os 89 anos, o que traduz também a tendência de feminização do envelhecimento na cidade (27,3% das mulheres tinham 65 ou mais anos em 2011).

O isolamento social dos idosos de Lisboa é também traduzido pelo facto de, em 2011, 42,8% das famílias unipessoais eram constituídas por pessoas com mais de 65 anos a viverem sós, as quais revelam uma reduzido grau de apropriação e vivência do espaço do espaço público da rua, sendo que o homem mais facilmente se apropria da rua e do espaço público enquanto as mulheres idosas, sobretudo das gerações actuais, permanecem mais confinadas ao espaço da casa.

No Centro Histórico da cidade, onde predomina o edificado mais antigo anterior a 1945, com 2 ou mais pisos sem elevador, e também nas áreas consolidadas com edificado mais recente, embora também sem elevador, a dificuldade em andar e subir degraus condiciona a mobilidade dos idosos, confinando-os muito frequentemente ao espaço da habitação, o que agrava o isolamento social, impossibilitando-os de sair à rua, de conviver e assegurar a sua autonomia por exemplo no abastecimento diário.

---

<sup>15</sup> MARQUES, Rui (Coord.); Problemas Complexos e Governação Integrada, Govint – Fórum para a Governação Integrada, 2014





Na prestação de cuidados continuados integrados no domicílio, as equipas multidisciplinares, da responsabilidade dos Centros de Saúde / Unidades de Saúde Familiar, e também das entidades de apoio social, prestam algum apoio às pessoas idosas em situação de dependência funcional, que não requerem internamento, mas que não se podem deslocar do domicílio.

Estas realidades requerem que os apoios sociais sejam personalizados e flexibilizados de modo a responderem às diversidades de situações<sup>16</sup>, uma vez que estão directamente associados ao envelhecimento problemas de saúde crónicos e também incapacidades condicionadoras de algumas das actividades diárias e da própria mobilidade pedonal dos idosos.

A Plataforma para a Área do Envelhecimento (PAE) da Rede Social de Lisboa foi formalmente constituída em 2013, para levar a cabo a implementação do seu Plano de Intervenção para a Área do Envelhecimento (PIAE), tendo promovido um amplo debate público sobre as problemáticas associadas ao envelhecimento, a concertação de soluções, o trabalho em rede, e a minimização de impactos negativos. Foram assim identificadas pela PAE as seguintes problemáticas associadas à população idosa:

- Isolamento Social;
- Precaridade económica / Pobreza
- Dificuldades e constrangimentos relativos à acessibilidade, transportes, mobilidade, barreiras arquitectónicas;
- Dificuldade de acesso a serviços de saúde na comunidade;
- Desarticulação entre as respostas existentes e as necessárias;
- Inadequação de respostas face aos novos perfis das pessoas mais velhas;
- Violência doméstica e maus tratos;
- Deficientes condições habitacionais,
- Doenças mentais (Depressão, Alzheimer)
- Demência.

Os Grupos de Trabalho directa ou indirectamente relacionados com a área do envelhecimento, constituídos pelas Comissões Sociais de Freguesia, realizaram igualmente uma identificação concreta para cada

---

<sup>16</sup> EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza “A Cidade Incerta – Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Cadernos EAPN, vol. 17, Coord. Alexandra Castro”, 2012.

território dos Objectivos e Propostas de Acções, as quais foram compiladas pelo Núcleo Executivo e devidamente contempladas na construção do PDS 2017-2020.

Realça-se aqui a importância de futuramente avaliar o potencial das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e das instituições no território com respostas sociais relacionadas com a saúde mental da população idosa (Demências/Alzheimer), de forma a enquadrar e desenvolver de forma realista, eficaz e eficiente o modelo de respostas especializadas neste domínio, que apresenta ainda muitas insuficiências e lacunas.

O Grupo de Missão para a Definição de um Modelo de Acompanhamento e Encaminhamento das Situações de Saúde Mental, identificou as necessidades na área da saúde mental na zona de influência dos ACES no que respeita a envelhecimento/demências, e formulou diferentes propostas, nomeadamente no que diz respeito às respostas para as situações de demência, apoio domiciliário especializado e criação de unidades específicas para reabilitação de doentes com demência.

Ao nível municipal, o Plano de Acção do Pelouro dos Direitos Sociais 2014-2017 da CML, estabeleceu o Envelhecimento Activo como umas das suas Áreas de Intervenção, com os seguintes objectivos:

1. Promover a autonomia das pessoas idosas

Missão 1: Apoiar a mobilidade e prevenir a solidão

Missão 2: Desenvolver estratégias para combater situações de risco social nas pessoas idosas

2. Potenciar as condições para a participação política, cultural e social das pessoas idosas

Missão 1: Promover a participação nos processos de tomada de decisão

Missão 2: Valorizar a aprendizagem ao longo da vida e estimular o voluntariado

Um outro instrumento municipal também directamente relacionado com a intervenção junto das pessoas idosas é o Plano de Desenvolvimento de Saúde e Qualidade de Vida de Lisboa (PDSQVL), o qual define um Eixo Estratégico designado Cidade em Envelhecimento, que contempla os seguintes objectivos estratégicos:

- Promover o envelhecimento activo e saudável;
- Combater o isolamento e a solidão dos idosos;
- Minimizar os efeitos das limitações das capacidades funcionais dos idosos;
- Promover a saúde do idoso;
- Apoiar os cuidadores informais.

Os resultados do inquérito realizado às Juntas de Freguesia e às Comissões Sociais de Freguesia sobre as Problemáticas e Prioridades Sociais nas Freguesias de Lisboa permitiram também, não só identificar de forma mais completa as problemáticas associadas ao quotidiano das pessoas idosas, como também recolher importantes contributos de como melhorar a intervenção e estabelecer prioridades para o PDS 2017-2020.

Ainda como parte do processo participativo do PDS 2017-2020, o Workshop sobre População Idosa e Envelhecimento Saudável foi um importante momento de recolha de um conjunto muito diversificado de contributos e Pistas de Acção Concretas, para intervir de forma mais eficaz e integrada, melhorando e ampliando as respostas existentes e desenvolver novas respostas mais apelativas e adaptadas às realidades dos idosos, qualificando os profissionais para a intervenção e contribuindo para a melhoria da autonomia, da qualidade de vida e da auto-estima das pessoas idosas.

Seguidamente, o Encontro com os Idosos realizado em 08 de Abril de 2016 veio permitir a incorporação das perspectivas dos próprios idosos sobre as suas dificuldades no quotidiano e também sobre as suas estórias de vida e exemplos de longevidade e envelhecimento activo e saudável.

Com base na reflexão e no trabalho realizado anteriormente pela PAE, pelas Comissões Sociais de Freguesia, pelo Grupo de Missão da Saúde Mental, assim como nas orientações estratégicas dos instrumentos municipais e nos contributos recolhidos nos diferentes momentos de participação alargada sobre a temática da população idosa e envelhecimento saudável, foi estruturado o Eixo Estratégico 2 – Intervenção em Públicos Alvo – Idosos, e definidas as respectivas finalidades, objectivos gerais, objectivos específicos e medidas.

Abaixo, apresentam-se as Medidas do PDS 2017-2020 para este Eixo 2 - Intervenção em públicos-alvo - Idosos

<b>EIXO 2 - INTERVENÇÃO EM PÚBLICOS-ALVO - PESSOAS IDOSAS</b>				
<b>Finalidade</b>	<b>Objectivo Geral</b>	<b>Objectivo Especifico</b>	<b>Medidas</b>	<b>Parceiros Identificados</b>
<b>Promover a qualidade de vida e a autonomia das pessoas idosas</b>	Prevenir e combater o isolamento social	Promover a autonomia e a inclusão social das pessoas idosas nas comunidades	•Reforçar e alargar os mecanismos de sinalização, avaliação, encaminhamento e acompanhamento de idosos em situação de vulnerabilidade e isolamento;	PSP CM Lisboa – NISAC SCML
			•Criar procedimentos de sinalização de situações dos idosos desconhecidos dos serviços, em locais de atendimento público frequentadas por idosos (Farmácias, Centros de Saúde, JF);	SCML Associação Nacional das Farmácias; ACES Lisboa Ocidental e Oeiras Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
			•Criar uma linha de atendimento telefónico/endereço de correio electrónico única para sinalizações de idosos vulneráveis;	SCML CML

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar e reforçar respostas facilitadoras da mobilidade e deslocação da pessoa idosa;</li> <li>• Reforçar a organização do voluntariado de apoio a idosos isolados.</li> </ul>	<p>Faculdade de Motricidade Humana</p> <p>Federação das Instituições de Terceira Idade (FITI)</p>
	Valorizar as competências das pessoas idosas	Potenciar a longevidade das pessoas idosas com competências sociais reforçadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar idosos activos nas Comissões Sociais de Freguesia para a participação dos idosos na vida comunitária (mentores e líderes comunitários);</li> <li>• Divulgar as oportunidades ocupacionais e de desenvolvimento pessoal dos seniores;</li> </ul>	CSF
		Fomentar o envelhecimento activo e a participação cívica dos idosos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver projectos locais, envolvendo os idosos como produtores de conhecimento e mais-valias nas artes e na cultura;</li> <li>• Reforçar o papel dos equipamentos culturais da cidade como locais facilitadores do processo de integração e valorização das pessoas idosas;</li> </ul>	<p>Associação de Aposentados Pensionistas e Reformados (APRe!);</p> <p>EGEAC</p>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar, divulgar e replicar práticas inovadoras de envelhecimento activo e saudável</li> </ul>	SCML Associação Fermenta: A Avó Veio Trabalhar
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver projectos locais de lazer, de cariz cultural e intergeracional (formação, artes e ofícios) para reforço da cidadania e da participação cívica</li> </ul>	Comissão Social de Freguesia da Penha de França
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar o voluntariado, o movimento associativo e a participação cívica das pessoas idosas;</li> </ul>	Associação de Defesa do Consumidor
		Requalificar, inovar e diversificar as respostas e serviços para a população idosa	Adequar e redimensionar as respostas para idosos	Promover respostas adequadas aos interesses e necessidades dos idosos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar o “Balcão Sénior” em Lisboa como pólo agregador de serviços públicos e informações dirigidas aos idosos (reforma, tempos livres, saúde transportes, apoio social, tecnologia da informação, entre outros);</li> </ul>	SCML CML ISS			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rentabilizar os bancos de ajudas técnicas já existentes para apoios temporários com o envolvimento de todos os parceiros</li> </ul>	SCML Centros Sociais e Paroquiais ISS			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articular e diversificar as respostas do tipo UTI (Universidades para a Terceira Idade);</li> </ul>	RUTIS			
Promover Respostas Locais Integradas de Apoio à Pessoa Idosa	Reforçar as competências técnicas para a intervenção		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver ações de formação e qualificação de profissionais na área da gerontologia (em particular na área da demência)</li> </ul>	SCML ARSLVT Associação Portuguesa de Psicogerontologia
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar/Reforçar um programa de formação de ajudantes familiares e cuidadores informais domiciliários</li> </ul>	SCML CML ADVITA/ Luz Saúde; Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a qualificação/formação de voluntários para apoio e acompanhamento de pessoas idosas</li> </ul>	SCML Cruz Vermelha Portuguesa Associação Coração Amarelo; Fundação Cardeal Cerejeira
Apoiar o desenvolvimento de Redes Locais e de respostas de proximidade para a pessoa idosa		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar respostas integradas de apoio e acompanhamento da população idosa com todos os agentes de intervenção;</li> </ul>	SCML Fundação INATEL - Divisão de Intervenção Social	
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar/reforçar a criação de respostas de pequenos arranjos e reparações domésticas para melhoria das condições de habitabilidade dos idosos – “Oficina Domiciliária”.</li> </ul>	JF Santónio CSF Ajuda CSF Arroios Fundação São João de Deus	

### 5.3.Eixo 3 - Intervenção em Domínios/Grupos de Maior Vulnerabilidade *Violência Doméstica | Deficiência | Saúde Mental | Comportamentos Aditivos | Sem Abrigo*

Como foi já referido anteriormente foram identificados os seguintes Domínios/Grupos de Maior Vulnerabilidade, os quais são consensuais entre os parceiros: Violência Doméstica; Deficiência; Saúde Mental; Comportamentos Aditivos e Sem Abrigo.

#### 5.3.1. Violência Doméstica

A Rede Social de Lisboa, no seu primeiro Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015, identificou como acção prioritária, a construção dum modelo de intervenção/resposta integrado e abrangente, na área da violência na Cidade tendo sido criado, posteriormente, um Grupo de Missão especificamente para a área da Violência Doméstica.

A coordenação desta acção foi assumida pelo Comando Metropolitano da Polícia de Segurança Pública de Lisboa (COMETLIS), que convidou um conjunto de parceiros a integrar este Grupo de Missão: Câmara Municipal de Lisboa – CML; Associação de Mulheres contra a Violência – AMCV; Ministério Público – DIAP; Ministério Público – Tribunal de Família e Menores de Lisboa; Comissão Nacional de Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças e Jovens – CNPPDCJ; Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo – ARSLVT; Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares- DGESTE; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – SCML; Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV; União das Mulheres Alternativa e Resposta-UMAR; Segurança Social- Linha de Emergência social- LNES; Protecção civil (CML); Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses I.P.- INMLCF, Maternidade Alfredo da Costa - MAC.

Tendo em conta a vigência do I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género no Município de Lisboa (2014/2017), que entretanto foi aprovado, e considerando que os parceiros e os objectivos são coincidentes, consensualizou-se que o Grupo de Missão assumiria a coordenação das medidas 8 e 9 daquele Plano Municipal – *“Estabelecer uma Rede de Intervenção Especializada na área da Violência Doméstica e de Género que envolva as entidades públicas das diferente áreas (nomeadamente saúde, educação, justiça, segurança, acção social, emprego e formação profissional) e entidades privadas que operam no Município de Lisboa e trabalham a violência doméstica e de género, assegurando-se uma protecção estruturada a todas as vítimas e promovendo-se a sua efectiva integração social e profissional”* (Medida 8) e *“Diagnosticar e otimizar, quer os sistemas de referência de vítimas, quer as respostas de emergência existentes no Município”* (Medida 9).

Em Dezembro de 2015, este Grupo de Missão apresentou um documento, resultante do trabalho efectuado de Novembro de 2014 a Dezembro de 2015, do qual consta o diagnóstico quantitativo e qualitativo, bem como um conjunto de propostas que visam melhorar a intervenção.

No 25.º Plenário do CLAS-Lx, realizado a 9 de Março de 2016, foi apresentado um conjunto de recomendações e propostas, consideradas essenciais para a cidade de Lisboa, propondo-se a sua continuidade/implementação no Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020.

Através do Diagnóstico qualitativo, confirmou-se a insuficiente capacidade de resposta dos atuais serviços de atendimento especializado, a ineficiente articulação e comunicação entre as várias entidades e em alguns casos a inexistência de procedimentos internos protocolados.

Por outro lado, constata-se alguma desadequação de funcionamento das respostas existentes, tais como, horários de funcionamento face às necessidades das vítimas, ou disponibilização de alternativas de acolhimento para além da resposta Casa Abrigo.

Assim, tornou-se evidente a necessidade de melhorar a intervenção pela reformulação e/ou criação de respostas para as lacunas identificadas, de forma a permitir estruturar no terreno uma rede de respostas e serviços com uma estratégia coerente e concertada, tendo nomeadamente como referência o documento programático – *“Combating violence against women: Minimum Standards for Support Services (2008)”* do Conselho da Europa, no qual se preconiza relativamente aos Serviços Especializados na área da violência contra as mulheres e violência doméstica: um Centro de Atendimento por cada 50.000 Mulheres; um lugar para agregado familiar por cada 10.000 Mulheres; um Centro de Crise (Violência Sexual) por cada 200.000 Mulheres.

Foram ainda identificadas duas outras áreas a melhorar: a qualificação dos profissionais e a intervenção com os agressores. No entanto, uma vez que estas duas áreas constam do I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género no Município de Lisboa (2014/2017): Área Estratégica 4 “Qualificação de profissionais” e Área Estratégica 3 “Prevenir a reincidência: intervenção com agressores de forma a desenvolver respostas institucionais para acompanhamento especializado dos agressores” considerou-se que as mesmas não deveriam constar do PDS, ficando assegurada a sua realização através da implementação do Plano Municipal.

Finalmente foi constatada a inexistência de um Centro de Crise para vítimas de violência sexual, que já se encontra, desde de Dezembro de 2016, em fase de implementação, através de Protocolo assinado pela Associação de Mulheres Contra a Violência (que assumirá a sua gestão) e Ministérios da Justiça e Adjunto, com a pasta da Igualdade (que assegurarão os recursos necessários ao seu funcionamento), considerou-se que esta acção já não deveria constar deste PDS.

No decorrer do processo metodológico de elaboração deste Plano de Desenvolvimento Social, referido no Capítulo 4, também se teve em conta as propostas elaboradas pelos diferentes parceiros, nomeadamente através dos inquéritos realizados aos parceiros do CLAS-Lx e da caracterização de objectivos e acções dos Grupos de Trabalho das Comissões Sociais de Freguesia.

De forma a *Promover a prevenção, protecção e (re)inserção das vítimas de violência doméstica*, Finalidade identificada para este Eixo 3 - Intervenção em Domínios/Grupos de Maior Vulnerabilidade-Violência Doméstica, foram definidas duas grandes áreas:

- A **criação e implementação da Rede Especializada**, entendida como um conjunto de entidades públicas e privadas que trabalham com base em procedimentos protocolados que clarificam as funções, deveres e responsabilidades de cada ator-chave.
- A **adequação e criação de respostas** face às lacunas identificadas, de forma a permitir estruturar no terreno uma rede de respostas e serviços com uma estratégia coerente e concertada.

Para a sua execução, propõe-se a manutenção da estrutura de parceria criada no anterior PDS (2º parágrafo deste Capítulo), em estreita articulação com o I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género no Município de Lisboa (2014/2017), que coordenará a implementação das acções desta área (sub-Eixo), convidando outros parceiros a participar: CDistLisboa (que entretanto já integrou o Grupo); Comissão para a Igualdade de Género (CIG), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e Ordem dos Advogados. Esta estrutura também assegurará o funcionamento dos subgrupos de trabalho, criados e a criar, e acompanhará a sua concretização junto das instituições de primeira linha (IPSS, Centros de Saúde, Escolas), nos territórios das Comissões Sociais de Freguesia.

Abaixo, apresentam-se as Medidas deste PDS para este Eixo 3 - Intervenção em Domínios de maior Vulnerabilidade – Violência Doméstica

<b>EIXO 3- INTERVENÇÃO EM DOMÍNIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA</b>				
<b>Finalidade</b>	<b>Objectivo Geral</b>	<b>Objectivo Especifico</b>	<b>Medidas</b>	<b>Parceiros Identificados</b>
<b>Promover a prevenção, protecção e (re)inserção das vítimas de violência doméstica</b>	Diversificar as respostas e promover políticas articuladas de intervenção	Criar uma Rede especializada de intervenção na área da violência doméstica	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Constituir e implementar uma Rede Especializada - Protocolo de cooperação entre as diferentes instituições que intervêm, direta e indirectamente, na área da violência doméstica (VD);</li> <li>•Elaborar um Guião de Suporte à Intervenção e Apoio as Vítimas de VD na cidade: instrumentos e procedimentos, sistema de referênciação, canais de comunicação, funcionamento e interlocutores;</li> </ul>	COMETLIS, CML; AMCV; Ministério Público – DIAP; Ministério Público – Tribunal de Família e Menores de Lisboa; CNPPDCJ; ARSLVT; DGESTE; SCML; APAV; UMAR; ISS-LNES e CDistLisboa; Protecção civil (CML); I.P.- INMLCF, MAC., CIG, IEFP, SEF, Ordem dos advogados, Organizações de 1ª linha (IPSS, Centros de Saúde, Escolas), CSFs Alcântara, Marvila, St. Clara, Junta de freguesia de St. António
		Criar novas respostas de intervenção e potenciar as respostas existentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Promover o desenvolvimento de respostas de Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (de acordo com as recomendações de capacitação do Conselho da Europa);</li> <li>•Criar uma “Equipa de Intervenção Especializada”, incluindo intervenção em crise (em funcionamento 24h/dia todos os dias do ano) dotada de viatura</li> <li>•Criar um “Centro de Alojamento de Emergência” com equipa de diagnóstico integrado, para mulheres e homem, com ou sem crianças, em espaços físicos distintos;</li> <li>•Criar “Apartamentos Transitórios e Apoiados” para vítimas que não tenham necessidade ou características para Alojamento de Emergência ou de Casa Abrigo</li> <li>•Elaboração e apresentação publica de um Relatório Anual de boas práticas de intervenção (judicial, social, policial,...) que consubstencie medidas eficazes de afastamento de agressores.</li> </ul>	



### 5.3.2. Deficiência

O Conselho de Europa, considerando que cabe aos Estados adoptar medidas necessárias ao exercício dos direitos das pessoas com deficiência, com o *Plano de Acção a favor das Pessoas com Deficiência 2006-2015* instiga os Estados Membros a promover políticas fomentadoras dos direitos humanos e do exercício da cidadania da pessoa com deficiência.

Como Instrumento Europeu Orientador, em vigor, temos a considerar a Estratégia Europeia para a Deficiência (2010-2020), a qual coloca a ênfase na eliminação das barreiras que se colocam às pessoas com deficiência, prosseguindo o objectivo de capacitar as pessoas com deficiência para que possam usufruir de todos os seus direitos e beneficiar plenamente da sua participação na sociedade e na economia. São identificadas oito grandes áreas de actuação:

1. Acessibilidade;
2. Participação;
3. Igualdade;
4. Emprego;
5. Educação e formação;
6. Protecção social;
7. Saúde.
8. Acção Externa (Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Quadro da Acção Externa da União Europeia).

Portugal ratifica, em 2009, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência comprometendo-se com a efectivação e promoção dos direitos destes cidadãos, nomeadamente no garante do Princípio Constitucional da “igualdade de oportunidades”.

A conceptualização da funcionalidade e incapacidade, não mais como uma característica do individuo, mas antes como uma relação entre aspectos pessoais e factores contextuais (ambientais), implica que para a concretização de objectivos como os de cidadania plena e vivência autónoma e independente, tenha que ser perspectivada uma abordagem holística e conducente à eliminação de barreiras à integração, seja qual for a sua natureza.



Neste contexto, deverá ser adoptada consagrada na Convenção Internacional para os Direitos das Pessoas com Deficiência, defendida pela União Europeia e prevista na Estratégia Nacional para a Deficiência, o que se traduz pela criação de um Centro de Vida Independente (CVI), ou seja uma organização sem fins lucrativos, constituída e dirigida por pessoas com deficiência, que terá por finalidade específica a gestão de sistemas de Vida Independente, cujas acções estão descritas no documento “Bases para um Projecto Piloto de Vida Independente” produzido pela Câmara Municipal de Lisboa.

A perspectiva sistémica invoca vários, sectores de actividade, serviços e agentes, pelo que a Rede Social enquanto instrumento potenciador de sinergias e promotor de uma acção coerente e concertada entre múltiplos atores para o planeamento do desenvolvimento social local, se considera o órgão adequado para o desenvolvimento de políticas através de acções de proximidade promotoras da qualidade de vida e integração da pessoa com deficiência.

Dos parceiros que integram a Rede Social de Lisboa, 37 (8,9%) têm como área de intervenção a problemática da deficiência (capítulo II). No 20º Plenário do CLAS realizado no dia 9 de Abril de 2015 foi salientada a importância da temática da deficiência e da existência de um diagnóstico que pudesse vir a balizar a intervenção.

Ponderou-se assim que a problemática da pessoa com deficiência fosse incorporada no presente Plano de Desenvolvimento Social, proposta essa que foi aprovada no 25º plenário do CLAS.

No decorrer do processo metodológico de elaboração deste Plano de Desenvolvimento Social, referido no Capítulo II, também se teve em conta as propostas elaboradas pelos diferentes parceiros, nomeadamente através dos inquéritos realizados aos parceiros do CLAS-Lx.

Destaca-se que nas respostas aos inquéritos *on-line* sob o tema **Problemáticas e Prioridades Sociais** dirigidos a parceiros do CLAS, Comissões Sociais de Freguesia e Juntas de Freguesia identificaram a problemática da deficiência nos respectivos territórios, indicando como prioridades a necessidade de mais e melhores respostas, formais e informais. Foi também identificada a necessidade de melhoria das condições de acessibilidade e de promoção da intervenção de proximidade. De realçar que freguesias de Campolide, Lumiar, Olivais e Parque das Nações referiram a importância desta problemática nos respectivos territórios.

A Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA), a 6 de Janeiro, deu a conhecer a sua disponibilidade para participar na implementação dos Eixos Estratégicos 2 e 3 do PDS 2017-2020, tendo apresentado algumas sugestões, nomeadamente no que respeita à problemática da deficiência associada ao envelhecimento.

Abaixo, apresentam-se as Medidas deste PDS para este Eixo 3 - Intervenção em Domínios de maior Vulnerabilidade – Deficiência

### EIXO 3- INTERVENÇÃO EM DOMÍNIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE – DEFICIÊNCIA

Finalidade	Objectivo Geral	Objectivo Específico	Medidas	Parceiros Identificados
Promover a qualidade de vida e integração da pessoa com deficiência	Promover a autonomia e a vida independente	Contribuir para a inclusão social activa, promovendo a vida independente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar acções de sensibilização a população e agentes económicos para a participação, autonomia e vida activa da pessoa com deficiência;</li> </ul>	Associações; IEFP; SCML; CML – Operação Emprego para Pessoas com Deficiência OED; JF; CSF; Tecido Empresarial; ADFA – Associação de Deficientes das Forças Armadas
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a criação de redes de apoio ao cidadão com deficiência que contribuam para a Vida Independente;</li> </ul>	JF; CSF; SCML; Banco de Voluntariado; CML; Associações
	Promover a autonomia e a vida independente	Promover a participação no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a divulgação junto das empresas, por parte dos Gabinetes de Inserção Profissional e Redes de Empregabilidade, de medidas de apoio ao emprego; (Eixo 4</li> </ul>	CML/Gabip; IEFP; Rede Emprega; ADFA – Associação de Deficientes das Forças Armadas
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Articular com empresas/instituições /associações para a criação de postos de trabalho, identificando pessoas deficientes com perfil adequado e libertando vagas em Centro de Actividades Ocupacionais - CAO</li> </ul>	Empresas; instituições; associações; CSF; JF; ACES
	Promover a autonomia e a vida independente	Desenvolver projectos de melhoria da acessibilidade e mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar projectos de melhoria da acessibilidade aos equipamentos sociais;</li> </ul>	CML
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Alargar a oferta de resposta de transporte adaptado, através de:               <ul style="list-style-type: none"> <li>Reforço da articulação com a Carris por forma a aumentar essa oferta;</li> <li>Dotar o transporte solidário assegurado pelas Juntas de Freguesia de acompanhamento e equipamento adequado às necessidades;</li> </ul> </li> </ul>	CML; JF
	Promover a autonomia e a vida independente	Promover o acesso à Educação Inclusiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informar e formar técnicos e pais sobre estratégias de intervenção dirigidas a crianças e jovens com necessidades educativas especiais;</li> </ul>	DGesT; CML; SCML; Associações
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Alargar a oferta de projetos/acções de educação não formal que incluam crianças e jovens com necessidades educativas especiais</li> </ul>	DGesT; CML; SCML; Associações
	Diversificar as respostas e promover a articulação da intervenção	Inovar e reforçar as respostas existentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alargar o número de vagas em Centros de Actividades Ocupacionais (CAO) e Lares Residenciais</li> </ul>	ISS; SCML
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Qualificar os Lares residenciais de modo promoverem acções de estimulação para deficientes profundos que não possam frequentar a resposta CAO</li> </ul>	ISS; SCML
<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilizar respostas de integração em apartamentos com apoio técnico adequado ao tipo e nível de deficiência.</li> </ul>			SCML; CML; ADFA – Associação de Deficientes das Forças Armadas	
Diversificar as respostas e promover a articulação da intervenção	Promover dinâmicas de proximidade de apoio às famílias	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar e diversificar projectos de Ocupação de Tempos Livres e Programas de Férias Escolares;</li> </ul>	CML; JF; CSF; SCML; Liga Portuguesa de Deficientes Motores	
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar um projecto de descanso do cuidador</li> </ul>	SCML; JF; Associações	



### 5.3.3. Saúde Mental

Um dos Desafios Estratégicos do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2013-2015 “Lisboa, Cidade Saudável” tinha em agenda, entre outras acções, a “Definição do modelo de atendimento, acompanhamento e encaminhamento das situações de saúde mental”. Esta teve por objecto, promover a concertação e convergência das entidades de referência na área da saúde mental na definição de estratégias partilhadas de intervenção através da concertação de procedimentos de relação inter-institucional, tendente à implementação do modelo.

Para o desenvolvimento desta acção foi criado um Grupo de Missão, coordenado pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP e foram convidados a integrá-lo as três entidades representadas na Comissão Tripartida da Rede Social: Câmara Municipal de Lisboa (CML), Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e Centro Distrital da Segurança Social de Lisboa (CDistLisboa). Posteriormente, este grupo efectuou articulação com os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) e Unidades de Saúde Pública, os Serviços de Psiquiatria dos Centros Hospitalares de referência e Instituições do sector social que desenvolvem respostas na área da saúde mental.

Tendo como objectivo definir as futuras linhas de intervenção da Rede Social na área da Saúde Mental, foi efectuado levantamento e análise de informação actualizada, no que respeita a enquadramento legislativo da Saúde Mental em Portugal e rede de serviços e respostas de Saúde Mental do Concelho de Lisboa. Com a colaboração das entidades convidadas, efectuou-se um levantamento da situação da saúde mental no concelho e problemáticas associadas, nomeadamente levantamento e análise de dados de Saúde Mental dos ACES e Centros Hospitalares, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSSs), Associações e Serviços da SCML.

Em Dezembro de 2015, este Grupo de Missão elaborou um documento, do qual consta o diagnóstico quantitativo e qualitativo, assim como a identificação de constrangimentos e propostas que visam melhorar a intervenção de forma a permitir estruturar no terreno uma rede articulada de respostas e serviços de atendimento, encaminhamento e acompanhamento das situações de saúde mental. Este foi apresentado ao Concelho Local de Acção Social em Março de 2016.

No que diz respeito ao diagnóstico, destaca-se:

1. Identificação por parte dos três Agrupamentos de Centros de Saúde do registo de 64.217 casos em acompanhamento no ano de 2014, com problemática de saúde mental (sendo que os

dados referentes ao ACES Lisboa Ocidental são referentes apenas ao período de Janeiro a Maio de 2014);

2. As perturbações depressivas e o distúrbio ansioso representam cerca de 2/3 das patologias de saúde mental acompanhadas nos Cuidados de Saúde Primários de Lisboa;
3. A demência é a terceira causa de patologia acompanhada pelos ACES. São cerca de 5% os casos de demência no ACES Lisboa Norte e 6,50% no ACES Lisboa Central;
4. Nos três Centros Hospitalares de Lisboa no que respeita a população residente com problemática de saúde mental assistida nos Serviços de Especialidade, independentemente de haver carência de registo sistemático de consultas, internamentos e internamentos compulsivos/mandatos de condução à urgência, que nos permitam ter um retracto global de situação, registaram-se, em 2014:
  - 1 206 Internamentos em Serviços de Psiquiatria
  - 279 Mandatos de condução à urgência com internamento consumado

O diagnóstico qualitativo, identifica vários constrangimentos à intervenção articulada e em rede, nomeadamente:

- a) A nível legislativo a carência de regulamentação da lei de cuidados continuados da saúde mental; dificuldades de aplicação lei de saúde mental e consequentes medidas de encaminhamento e referenciação;
- b) Plataformas de sistemas de informação de saúde sem compatibilidade, dificultando não só a partilha de informação entre serviços como também a obtenção de dados de actividade, de caracterização de utentes/problemáticas e de encaminhamentos efectuados;
- c) Dificuldades na partilha de informação entre cuidados de saúde primários e de especialidade, nomeadamente devolução por parte dos serviços de especialidade aos ACES de nota de alta se for o caso e/ou plano terapêutico; dificuldades na articulação com a Justiça e Medicina Legal na aplicação da Lei de Saúde Mental;
- d) Necessidade de melhor identificação do objecto de avaliação nos exames pedidos e melhor comunicação com os serviços de saúde mental;
- e) *Deficit* de articulação entre as instituições sociais e os serviços de saúde; respostas sociais insuficientes, com listas de espera consideráveis;
- f) Necessidade de adaptação das tipologias de respostas sociais com monitorização adequada;

- g) Falta de dados estatísticos mais aprofundados relativos à Cidade/Freguesia, impossibilitando um diagnóstico tão completo quanto necessário e desejável e deficit de respostas para as situações de demência, associadas ao envelhecimento.

Cientes de que os constrangimentos identificados implicam a adoção de medidas estruturantes, intra e inter sectoriais, em multiníveis, foi proposta pelo grupo, a ser promovido no futuro Plano de Desenvolvimento Social, a constituição de uma plataforma para a saúde mental, que integre as entidades públicas e de direito privado relevantes, nomeadamente:

- Administração Regional de Saúde - Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), Unidades de Saúde Pública, Departamentos de Psiquiatria dos Centros Hospitalares, Divisão de Intervenção para os Comportamentos Aditivos (DICAD)
- Ministério público
- Ministério da Educação - DGEstE
- Instituto de Segurança Social – Centro Distrital Lisboa
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Saúde e Acção Social)
- Autarquias
- Representantes Instituições particulares de solidariedade social e associações da sociedade civil que desenvolvem respostas sociais na área da saúde mental.

No decorrer do processo metodológico de elaboração deste Plano de Desenvolvimento Social, referido no Capítulo II, também se teve em conta as propostas elaboradas pelos diferentes parceiros, nomeadamente através dos inquéritos realizados aos parceiros do CLAS-Lx (em anexo).

Destaca-se que nas respostas aos inquéritos *on-line* sob o tema Problemáticas e Prioridades Sociais dirigidos às Comissões Sociais de Freguesia e Juntas de Freguesia, 13 identificaram a problemática da saúde mental nos respectivos territórios, indicando como prioridades a necessidade de mais e melhores respostas, a formação de técnicos e a promoção da intervenção de proximidade.

A identificação de linhas de intervenção prioritárias similares, se bem que dirigidas para grupos etários específicos, surgiu como prioridades nos *Workshops* temáticos *Infância, Juventude e Família e Envelhecimento*.

Abaixo, apresentam-se as Medidas deste PDS para este Eixo 3 - Intervenção em Domínios de maior Vulnerabilidade – Saúde Mental.

<b>EIXO 3- INTERVENÇÃO EM DOMÍNIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE - SAÚDE MENTAL</b>				
<b>Finalidade</b>	<b>Objectivo Geral</b>	<b>Objectivo Especifico</b>	<b>Medidas</b>	<b>Parceiros Identificados</b>
<b>Promover a qualidade de vida e integração da pessoa com problemáticas de saúde mental</b>	Diversificar respostas e promover políticas articuladas de intervenção	Promover a articulação entre Serviços Sociais/Comunitários, Serviços de saúde e Serviços de Justiça	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituir uma plataforma com as entidades públicas e as do sector social relevantes, com vista à celebração de um protocolo para uma efectiva articulação no atendimento, acompanhamento e encaminhamento das situações de saúde mental;</li> </ul>	ARS ✓ Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) ✓ Unidades de Saúde Pública ✓ Departamentos de Psiquiatria dos Centros Hospitalares ✓ Divisão de Intervenção para os Comportamentos Aditivos (DICAD) Ministério público; Ministério da Educação - DGEstE ; Instituto de Segurança Social – Centro Distrital Lisboa; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Saúde e Acção Social); Autarquia-CSF; Representantes Instituições particulares de solidariedade social e associações da sociedade civil que desenvolvem respostas sociais na área da saúde mental
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar mecanismos de articulação entre os Serviços de Saúde (primários e de especialidade) e os Serviços Sociais / Comunitários</li> </ul>	
		Qualificar a intervenção e replicar boas práticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar programas de formação/qualificação de profissionais que trabalham com crianças e jovens em situação de risco e pessoas com problemáticas de saúde mental.</li> </ul>	ARSLVT; ISS, I.P.; SCML
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar e replicar boas práticas</li> </ul>	JF; CSF
		Reforçar as estruturas comunitárias de apoio aos doentes, famílias, e cuidadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituir e formar redes de voluntários;</li> </ul>	SCML; CML; ARSLVT
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dotar algumas respostas de apoio domiciliário com cuidados de saúde mental;</li> </ul>	SCML; ARSLVT
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar respostas a criar, em função de lacunas existentes para grupos/problemáticas específicas</li> </ul>	CSF; JF; SCML; CML; CDistLisboa; Associação Alzheimer Portugal
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incrementar projetos e ações de cariz ocupacional e de promoção da empregabilidade</li> </ul>	IEFP; CML; Associações CEDEMA – Associação de Pais e Amigos Deficientes Mentais
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar e reactivar projectos BIP/ZIP com identificação de atores capacitados</li> </ul>	CML; Associações

### 5.3.4. Comportamentos Aditivos

Durante a vigência do anterior Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2013-2015, associada ao Desafio “Lisboa Cidade Saudável”, foi constituído um Grupo de Missão com a responsabilidade pela acção “Plano de Acção articulado para os comportamentos aditivos”.

A coordenação desta acção foi assumida pela Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD), da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP (ARSLVT), que é um serviço central da ARSLVT, com a missão de promover a redução do consumo de substâncias psicoactivas, promover a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências, na área da Região de LVT. Para além do DICAD, integraram o Grupo de Missão, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), com representantes da acção social e saúde e a Câmara Municipal de Lisboa (CML).

O trabalho produzido pelo Grupo de Missão, entre Junho de 2014 e Dezembro de 2015, permitiu: (1) identificar grande parte das intervenções na cidade; (2) identificar problemas e áreas lacunares e (3) propor respostas que contribuem para minimizar/ultrapassar os problemas e colmatar as lacunas identificadas.

De forma a identificar as respostas, nas diferentes áreas de intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD) – Tratamento, Prevenção, Reinserção e Redução de Riscos e Minimização de Danos- o grupo caracterizou as acções/projectos: realizadas pelos parceiros (DICAD, CML e SCML; as financiadas pelo SICAD que estão sob a supervisão técnica do DICAD; as apoiadas financeiramente pela CML; as desenvolvidas por outros parceiros do CLAS (através de inquérito online), identificando 28 organizações que afirmam desenvolver projectos/ acções na cidade, das quais 9 são da responsabilidade das seguintes Juntas de Freguesia: Santa Clara, Misericórdia, Sta. Maria Maior, Olivais, Areeiro, Arroios, Campolide, Marvila e Benfica.

Para permitir o aprofundamento do conhecimento, para além da caracterização das respostas existentes, foram realizadas reuniões de trabalho com 4 grupos de atores sociais, de auscultação dos principais parceiros que intervêm neste âmbito, bem como de decisores e outras figuras chave, que permitiu identificar os problemas, as respostas e boas práticas e as propostas para a cidade, nesta área.

Numa das reuniões de trabalho (de dia inteiro), participaram 23 técnicos com intervenção directa ou indirecta nos CAD, das seguintes 22 organizações: Associação Piaget para o desenvolvimento (APDES) –





Projeto Check!n; Associação Albergues Nocturnos; Associação Ares do Pinhal; Associação Crescer na Maior; Associação Novos Rostos Novos Desafios; Associação Vitae; BIP-ZIP Altamente; Casa Pia – Equipa do Projecto de Prevenção; CASO – Consumidores Associados Sobrevivem Organizados; Centro Social da Musgueira; Centro de Saúde do Lumiar; Centro de Saúde de Sete Rios; Comunidade Vida e Paz; DICAD - Responsáveis pela Prevenção, Redução de Riscos e Reinserção; DGESTE- Ministério da Educação; Fundação Aga Kahn- K´CIDADE Vale de Alcântara; GAT – Grupo de Activistas para o Tratamento; Instituto Português do Desporto e da Juventude- Programa Cuida-te, SCML – Acolhimento Social; SCML – Emergência Social; SCML- Unidade W+ (Saúde).

Noutro momento, realizou-se uma reunião com a duração de meio-dia com representantes das Juntas de Freguesia (JF), que contou com a participação de 16 Juntas de Freguesia, designadamente: JF Alvalade; JF Areeiro; JF Avenidas Novas; JF Beato; JF Belém; JF Campo Ourique; JF Estrela; JF Lumiar; JF Misericórdia; JF Olivais; JF Parque das Nações; JF S. Domingos de Benfica; JF Santa Clara; JF Santo António, JF São Vicente; JF Sta. Maria Maior.

Foram realizadas 3 reuniões com profissionais de reconhecida competência nestas matérias, quer ao nível do pensamento, quer ao nível da intervenção no terreno e/ou da investigação, cujos contributos se consideram muito relevantes para o trabalho desenvolvido, e nas quais participaram os seguintes peritos: Ana Margarida Macedo; Alfredo Frade; Carlos Ribeiro; Isabel Diniz da Gama; João Goulão, Margarida Gaspar de Matos; Padre José Manuel de Almeida; Paula Marques; Pedro Cunha; Pedro Calado; Pedro Hubert; Ricardo Fuertes e Rodrigo Coutinho. Nestas reuniões, procurou-se que todos os participantes identificassem prioridades (“Se tivessem que tomar decisões na cidade de Lisboa, o que fariam?”) bem como se procurou obter respostas para alguns dos temas que emergiram nas reuniões anteriores.

Finalmente, o último momento de trabalho, foi com os directores das Unidades de Desenvolvimento e Intervenção de Proximidade (UDIPs) da SCML que permitiu identificar contextos territoriais mais problemáticos.

Em Dezembro de 2015, o Grupo de Missão elaborou documento (relatório final do PDS) que organiza e sintetiza os resultados dos diferentes momentos de trabalho, explicitando os principais problemas e propostas para a Prevenção, Reinserção e Redução de Riscos e Minimização de Danos. Este documento foi enviado aos parceiros e as propostas apresentadas na 25ª sessão Plenária do CLAS-Lx.

No decorrer do processo metodológico de elaboração deste Plano de Desenvolvimento Social, referido no Capítulo II, também se teve em conta as propostas elaboradas pelos diferentes parceiros, nomeadamente através dos inquéritos *on line*- Problemáticas e Prioridades Sociais- realizados aos parceiros do CLAS-Lx e a caracterização dos objectivos e acções dos Grupos de trabalho das Comissões Sociais de Freguesia.

Abaixo, apresentam-se as Medidas deste PDS para este Eixo 3- Intervenção em Domínios de maior Vulnerabilidade – Comportamentos Aditivos.

### EIXO 3- INTERVENÇÃO EM DOMÍNIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE - COMPORTAMENTOS ADITIVOS (CAD)

Finalidade	Objetivo Geral	Objetivo Especifico	Medidas	Parceiros Identificados
Prevenir, reduzir riscos/minimizar danos e reinserir pessoas com comportamentos aditivos	Diversificar respostas e promover a articulação das políticas	Reforçar a intervenção preventiva em comportamentos aditivos no contexto escolar e comunitário	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a articulação com o Eixo 2 – Público-Alvo Crianças e Jovens nas seguintes áreas:               <ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver intervenções multicomponentes (informativa, desenvolvimento de competências pessoais e sociais e ambiental/reguladora);</li> <li>Capacitar um maior nº técnicos de agrupamentos de escolas, para a sinalização, abordagem e eventual encaminhamento de alunos para Projectos de Prevenção Indicada;</li> <li>Incremento da intervenção em contexto de rua, nos espaços e contextos de convívio de jovens (ex: bairros, portas das escolas)</li> </ul> </li> </ul>	ARSLvt-DICAD; DGESTE/Escolas; ARS Lvt- Centros de Saúde (projectos de educação para a saúde); SCML; IPDJ; Faculdade de Motricidade Humana- Universidade de Lisboa; Associação Piaget para o desenvolvimento (APDES; Casa Pia; CSFs
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar uma rede de Respostas de Gabinetes de Atendimento a Jovens com problemáticas associadas aos CAD</li> </ul>	ARS Lvt-DICAD; ACES/Centros de Saúde (Gabinetes de atendimento a Jovens)-, IPDJ; SCML/ W+; CML; DGESTE/ Escolas
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver intervenções ao nível das dependências sem substância (ex. jogo online/ offline- Gaming e Gambling)</li> </ul>	ARSLvt-DICAD; DGESTE/Escolas; CSFs
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Disseminar metodologias de trabalho de/entre pares: técnicos e mediadores comunitários/peritos de experiência</li> </ul>	CML; SCML; Projectos Escolhas, Projectos BiP-ZIP; CSF
		Consolidar e alargar a intervenção na redução de riscos e minimização de danos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alargar a informação sobre práticas de consumos menos danosos, recorrendo a diferentes estratégias e para diferentes contextos;</li> </ul>	ARS Lvt-DICAD; CML; CSF
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Alargar e intensificar a intervenção nos contextos recreativos (ex. Check!n);</li> </ul>	Associação Piaget para o desenvolvimento (APDES); Juntas e Comissões Sociais de Freguesia
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar e replicar a integração de mediadores pares (utilizadores de drogas) nas equipas de RRMD (ex. In Mouraria e Check!n);</li> </ul>	Associação Piaget para o desenvolvimento (APDES); Associação Albergues Nocturnos; Associação Ares do Pinhal; Associação Crescer na Maior; Associação Novos Rostos Novos Desafios;
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Alargar as respostas de RRMD em centros de redução de riscos na cidade;</li> </ul>	Associação Vitae; Consumidores Associados Sobrevivem Organizados (CASO); Centro Social da Musgueira; Grupo de Activistas para o Tratamento (GAT);
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Incluir intervenções de RRMD nas práticas de desenvolvimento comunitário</li> </ul>	Associação Vitae; Consumidores Associados Sobrevivem Organizados (CASO); Centro Social da Musgueira; Grupo de Activistas para o Tratamento (GAT);
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar e articular o trabalho realizado pelos projectos de RRMD existentes na cidade (Centro de Acolhimento, PSOBLE-LX, Equipas de Rua, e PSOBLE no Centro de Abrigo)</li> </ul>	Associação Vitae; Consumidores Associados Sobrevivem Organizados (CASO); Centro Social da Musgueira; Grupo de Activistas para o Tratamento (GAT);
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar a articulação entre os projectos de RRMD e outras estruturas de parceria da Cidade;</li> </ul>	Associação Vitae; Consumidores Associados Sobrevivem Organizados (CASO); Centro Social da Musgueira; Grupo de Activistas para o Tratamento (GAT);
			<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar a articulação entre os projectos de RRMD e outras estruturas de parceria da Cidade;</li> </ul>	Associação Vitae; Consumidores Associados Sobrevivem Organizados (CASO); Centro Social da Musgueira; Grupo de Activistas para o Tratamento (GAT);

				Freguesia (Santa Maria Maior, Lumiar e outras a identificar)
		Promover a reinserção de pessoas com comportamentos aditivos e dependências	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidar a articulação interinstitucional ao nível do acompanhamento de consumidores, priorizando o acompanhamento após a saída de internamentos de longa duração ou de períodos de reclusão</li> </ul>	ARS LVT-DICAD; SCML; CML; Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Comunidades Terapêuticas; IEFP; CSF
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a articulação com o “Eixo 3 - Pessoas Sem Abrigo” em matéria, respectivamente de: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Alternativas residenciais em período de transição sem suporte familiar (ex: Housing First)</li> <li>✓ Espaços ocupacionais, abertos e de ocupação diurna para toxicodependentes sem-abrigo, como alternativa a estar na rua</li> </ul> </li> </ul>	CML; SCML; CDistLisboa; parceiros do NPISA
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a articulação com o “Eixo 4 – Empregabilidade”, respectivamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Respostas de formação e/ou de emprego para cidadãos em fase activa de consumos</li> <li>✓ Relações institucionais com entidades na área do emprego/formação</li> </ul> </li> </ul>		CML; SCML; IEFP; Centos de Formação	
	Avaliar e qualificar a intervenção	Qualificar e promover a avaliação do impacte das intervenções	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer protocolos com universidade/centros de investigação para avaliação do impacte das intervenções;</li> <li>• Alargar a oferta formativa sobre CADs para diferentes grupos profissionais</li> </ul>	ARS-Lvt- DICAD; Universidades e Centros de Investigação
		Replicar boas práticas de abordagem integrada nas CSF	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adoptar abordagens integradas, replicando boas práticas existentes</li> </ul>	ARS-Lvt- DICAD; CML; SCML; Comissões Socias de Freguesia (Lumiar e outras a identificar)

### 5.3.5. Sem Abrigo

A Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015 (ENIPSA) colocou como prioridade a intervenção com as Pessoas Sem-Abrigo e identificou a Rede Social como a estrutura que, no território local, deve articular a intervenção dos diferentes agentes para a implementação de Núcleos de Planeamento e Intervenção com a Pessoa Sem-Abrigo – NPISA.

O Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015 integrou uma acção denominada *Desenvolvimento do modelo de intervenção integrado para a PSA (Pessoa Sem-Abrigo)* da qual resultou, em Janeiro de 2015, a concretização do primeiro produto da Rede Social Lisboa: - a criação do Núcleo de Intervenção e Planeamento para a Pessoa Sem Abrigo (NPISA) na cidade de Lisboa que se materializou na:

- a. Construção conjunta de um Modelo Organizativo de funcionamento e articulação;
- b. Contratualização através da assinatura de Protocolo de Adesão e de Protocolos Específicos, através dos quais as diversas entidades identificaram os recursos a afectar ao NPISA;
- c. Integração num mesmo espaço (Cais do Sodré) e utilizando um mesmo Sistema de Informação/Base de dados Informática, dos diversos actores que intervêm com a população sem-abrigo;
- d. Na atribuição de Gestor de Caso;
- e. Na possibilidade do Gestor de Caso efectuar propostas de Apoios Sociais/Prestações;
- f. Na reorganização/gestão das equipas de rua e de distribuição alimentar;
- g. Na optimização da gestão de vagas de alojamento.

Importa agora no PDS 2017-2020 integrar e concertar as linhas de actuação que emergiram do Diagnóstico Social, com a planificação estratégica de intervenção deste Núcleo<sup>17</sup> e outros instrumentos de planeamento existentes na Cidade, nomeadamente o Programa Municipal para a Pessoa Sem Abrigo 2016-2018.

---

<sup>17</sup> Foi considerado o Plano de Actividades do NPISA aprovado em reunião de Conselho de Parceiros de 05.02.16. Na sequência da alternância da coordenação do NPISA, que passou a ser assumida pela CML, aguarda-se validação por parte do Concelho de Parceiros, de novo Plano de Acção.

No decorrer do processo metodológico de elaboração deste Plano de Desenvolvimento Social, referido no Capítulo II, também se teve em conta as propostas elaboradas pelos diferentes parceiros do CLAS-Lx, nomeadamente através das respostas aos inquéritos on-line sob o tema Problemáticas e Prioridades Sociais dirigidos a parceiros, juntas de freguesia e comissões sociais de freguesia. Destaca-se que nas respostas aos inquéritos das 14 Juntas de freguesia que deram contributos, 4 (Beato, Belém, Santo António e São Domingos de Benfica) identificaram a problemática da Pessoa Sem Abrigo nos respectivos territórios.

No primeiro quadrimestre de 2016 foram promovidos um conjunto de Encontros com Públicos-alvo, tendo, do Encontro decorrido em Abril com pessoas sem-abrigo, sido identificadas pelos mesmos, como prioridades, o apoio no acesso à habitação e ao emprego.

Já no que respeita às grandes linhas estruturantes do Programa Municipal para a Pessoa Sem Abrigo 2016-2018, destacam-se as medidas conducentes à reestruturação das respostas de alojamento existentes e criação de novas soluções; as respostas de inserção que se pretendem promotoras da capacitação social e profissional; a organização e cobertura territorial das equipas de rua; a disseminação de espaços condignos e informais onde prover refeições – Núcleos de Apoio Local (NAL) e a intervenção na promoção da saúde e em particular da saúde mental.

Abaixo, apresentam-se as Medidas deste PDS para este Eixo 3- Intervenção em Domínios de maior Vulnerabilidade – Sem Abrigo.

<b>EIXO 3- INTERVENÇÃO EM DOMÍNIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE - SEM-ABRIGO</b>				
<b>Finalidade</b>	<b>Objetivo Geral</b>	<b>Objectivo Específico</b>	<b>Medidas</b>	<b>Parceiros NPISA</b>
<b>Promover a inserção social das pessoas sem -abrigo</b>	Monitorizar a população sem abrigo e os recursos e respostas sociais	Garantir a permanente monitorização do fenómeno, com vista à adequação das respostas às necessidades reais	•Criar uma plataforma de informação georreferenciada como instrumento de monitorização da população sem-abrigo;	Câmara Municipal de Lisboa Santa Casa da Misericórdia de Lisboa Centro Distrital de Lisboa da Segurança Social Instituto do Emprego e Formação Profissional
			•Definir indicadores relativos ao fenómeno sem-abrigo a disponibilizar para os Diagnósticos Sociais e Planos de Acção das Comissões Sociais de Freguesia	
			•Identificar as problemáticas de saúde da população sem-abrigo, com especial incidência na saúde mental	
	Monitorizar a população sem abrigo e os recursos e respostas sociais	Assegurar a permanente actualização de informação sobre recursos e respostas para as Pessoas Sem Abrigo (PSA)	•Editar o “Guia de Recursos Técnicos da Cidade de Lisboa”	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do tejo ACES Lisboa (Norte; Central e Ocidental); Associação Crescer na Maior
			•Editar um “Guia Técnico de Respostas de Alojamento e Inserção” para divulgar entre os técnicos das instituições parceiras;	
			•Publicar um documento que sintetize o trabalho que é efectuado no NPISA pelo conjunto dos parceiros, a sua identidade e a sua acção enquanto instituição;	
	Melhorar e otimizar a intervenção a nível local	Reforçar as respostas de inserção e de empregabilidade	•Criar um Centro de Inovação para o Emprego	Associação de Assistência de São Paulo Associação dos
			•Ampliar as respostas de inserção diurnas orientadas para a qualificação e capacitação pessoal para a empregabilidade	

	da PSA	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Possibilitar o acesso das pessoas sem -abrigo a actividades culturais e recreativas e da vida sociocultural da cidade, nomeadamente através da angariação e distribuição de ingressos para diferentes espectáculos eventos culturais e artísticos;</li> </ul>	<p>Albergues Nocturnos de Lisboa</p> <p>Associação Conversa Amiga - ACA</p> <p>Associação para o Estudo e Integração Psicossocial</p> <p>Associação de Recuperação de Toxicodependentes Ares do Pinhal</p> <p>CAIS – Associação de Solidariedade Social</p> <p>Centro de Apoio ao Sem Abrigo</p> <p>Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa</p> <p>SICAD – Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência</p> <p>Centro Social do Exército de Salvação</p> <p>Centro Social Paroquial de São Jorge de Arroios</p> <p>Comunidade Vida e Paz</p> <p>Fundação AMI – Assistência Médica Internacional</p> <p>Centro Distrital de Lisboa</p> <p>Médicos do Mundo</p> <p>Movimento Serviço da Vida</p> <p>Novos Rostos Novos Desafios</p> <p>ORIENTAR – Associação de Intervenção para a Mudança</p> <p>VITAE – Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional</p> <p>Vox Lisboa</p> <p>Plataforma Supra Concelhia da Rede Social de Lisboa</p>
	Redimensionar e diversificar as respostas existentes (em estreita articulação com as metas do "Programa Municipal para a Pessoa Sem Abrigo 2016-2018"	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar 4 novos Núcleos de Apoio Local no Cais do Sodré / Santos; Restauradores; Santa Apolónia e Parque das Nações;</li> <li>•Criar novas respostas de alojamento para as PSA ,através da implementação de um programa de alojamentos partilhados</li> <li>•Ampliar o número de respostas de alojamento de inserção, através do "housing first"</li> <li>•Adequar o modelo e número das respostas de emergência ao perfil do público</li> </ul>	
Optimizar a dinâmica de funcionamento interno do NPISA	Articular o NPISA com os outros parceiros e/ou redes locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Reforçar a articulação entre o NPISA e as Direcções Executivas dos ACES de Lisboa, e respectivos Centros de Saúde, para facilitar o acesso aos cuidados primários de saúde das PSA;</li> <li>•Consolidar a articulação com os cuidados de saúde especializados, na área da saúde mental e dos comportamentos aditivos (Em articulação com Eixo 3 - saúde Mental e Aditivos);</li> <li>•Integrar o IEFP no Conselho de Parceiros do NPISA de forma a melhorar as respostas de inserção ao nível das qualificações e da empregabilidade (<i>Em articulação com o Eixo 4 - Empregabilidade</i>)</li> <li>•Estabelecer metodologias de intervenção e articulação com outras estruturas concelhias da área Metropolitana de Lisboa de apoio às pessoas sem-abrigo</li> </ul>	
	Conceber e implementar um Plano de Comunicação para o NPISA	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Criar uma plataforma de comunicação sobre as actividades dos parceiros do Núcleo de Planeamento e Intervenção para a Pessoa Sem Abrigo</li> <li>•Editar uma Newsletter do Núcleo de Planeamento e Intervenção para a Pessoa Sem Abrigo, com versão online e em suporte papel, para distribuição junto das pessoas sem abrigo;</li> <li>•Realizar uma Campanha de Sensibilização e Informação sobre a realidade dos Sem-Abrigo;</li> </ul>	

## 5.4.Eixo 4 - Promoção da Empregabilidade (Redes Locais)

O conceito de Empregabilidade define a adequação das características dos profissionais às necessidades e dinâmicas do mercado de trabalho.

A importância da promoção da empregabilidade reforça-se, ainda mais, quando reconhecemos as rápidas mudanças do mercado de trabalho actual, resultantes de alterações sociais, económicas e institucionais.

Como referido no II Diagnóstico Social 2015-2016, houve um forte agravamento entre Dezembro de 2008 e Março de 2014 no número de desempregados inscritos nos centros de emprego no concelho de Lisboa, passando respectivamente de 16 850 para 33 950 desempregados inscritos, sendo a taxa de desemprego, no final de 2014 de 14,0%.

Verifica-se que esta taxa é muito variável entre as freguesias do concelho – as que apresentam maior taxa de desemprego são as freguesias de Santa Clara (17,6%), Marvila (16,7%) e Beato (16,6%) e as freguesias com menor taxa de desemprego são o Lumiar (8,0%), o Parque das Nações (8,3%) e Belém (8,4%).

Na conjuntura actual, decorrente da recente crise económica do País, está dificultado o acesso ao mercado de trabalho e especialmente para grupos de maior fragilidade, nomeadamente os que apresentam níveis de escolaridade muito baixos, idades superiores a 45 anos ou que apresentam algum tipo de vulnerabilidade ou incapacidade.

A elaboração das propostas para este Eixo Estratégico “Promoção da Empregabilidade”, resultou do processo de realização do II Diagnóstico Social de Lisboa 2015-2016, do processo de consulta alargado aos parceiros do CLAS-Lx e ainda da articulação e concertação de acções com o Programa Municipal para a Economia Social e Promoção da Empregabilidade em Lisboa 2016-2018.

No que diz respeito ao inquérito às Juntas de Freguesia / Comissões Sociais de Freguesia sobre problemáticas e Prioridades Sociais<sup>18</sup>, do total das respostas sobre a problemática social mais representativa nas freguesias, o Desemprego é a segunda classificada como extremamente importante e muito importante. Quanto à insuficiência de respostas, o Desemprego também está em segundo lugar nas

---

<sup>18</sup> Ver relatório em anexo



mais apontadas como insuficientes e muito insuficientes. No que se refere às Prioridades, 16 Juntas de Freguesia/Comissões Sociais consideram a Promoção da Empregabilidade uma prioridade sendo propostas várias pistas de acção.

Para além das propostas recolhidas nos inquéritos, no *Workshop* “Desemprego, Qualificação e Empregabilidade Local” e no Encontro com os Desempregados, foram ainda tidas em conta as propostas resultantes do Encontro entre os Grupos de Trabalho das Comissões Sociais de Freguesia, na área da Empregabilidade, realizado a 26 de Julho de 2015 e do Encontro das Redes para a Empregabilidade «*Território em rede, melhor empregabilidade em Lisboa*», que ocorreu a 29 de Setembro de 2015.

Desse conjunto de problemáticas identificadas, constata-se um desajustamento entre as características dos desempregados e as necessidades do mercado de trabalho, no que diz respeito às competências profissionais, mas também no que se refere às competências pessoais e sociais (as designadas *soft skills*) para ocupar um determinado posto de trabalho.

Na actualidade, o mundo laboral e os empregadores valorizam cada vez mais as competências pessoais e sociais e não exclusivamente as competências técnicas dos profissionais, ou seja, atribuem cada vez maior importância às atitudes e comportamentos que facilitam a relação com os outros, melhoram o desempenho profissional e aumentam as perspectivas de carreira.

Promover a Empregabilidade implica potenciar as competências necessárias para estar empregado, mas também abrange aquelas características que tornam as pessoas “empregáveis”, de uma forma transversal.

O sistema português de reconhecimento, validação e certificação de competências, distingue dois grandes conjuntos de competências: (1) as de ordem profissional e (2) as de ordem escolar, e embora reconheça as aprendizagens adquiridas ao longo da vida, em contextos não formais e informais, não contempla mecanismos de reconhecimento ou validação de competências pessoais e sociais.

Desta forma, o Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020 dá um especial enfoque ao reforço e desenvolvimento das competências pessoais e sociais das pessoas, procurando mobilizar o conjunto de actores para implementar acções e projectos determinantes para esse propósito.



Por outro lado, dada a fragilidade de alguns grupos, há que criar respostas e projectos que permitam um acompanhamento próximo dessas pessoas, adoptando metodologias como a do Emprego Apoiado, bem como promover apoios locais ao empreendedorismo inclusivo e criação do auto-emprego, para que esses públicos possam ter acesso, com dignidade, a um rendimento de trabalho.

Outros aspectos determinantes para o sucesso e concretização dos objectivos propostos são a melhoria da comunicação e os mecanismos de articulação e trabalho conjunto entre as organizações sociais, educativas e formativas e o sector empresarial, à semelhança do que já é realizado pelas Redes para a Empregabilidade, que reforçam o papel das redes locais, como são as Comissões Sociais de Freguesia, trazendo outros actores para o(s) território(s).

Abaixo, apresentam-se as Medidas deste PDS para este Eixo 4 - Promoção da Empregabilidade.

<b>EIXO 4- PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE</b>				
<b>Finalidade</b>	<b>Objetivo Geral</b>	<b>Objetivo Especifico</b>	<b>Medidas</b>	<b>Parceiros Identificados</b>
<b>Reforçar e ajustar competências das pessoas ao mercado de trabalho</b>	Reforçar as competências pessoais e sociais facilitadoras da inserção no mercado de trabalho	Valorizar as competências pessoais, centradas nos indivíduos e nas experiências de vida, estruturando-as, antes de qualquer intervenção qualificante ou de inserção direta no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o desenvolvimento de acções conducentes à valorização das competências pessoais e sociais junto dos indivíduos e das instituições</li> <li>Criar um instrumento de validação da aquisição de competências pessoais e sociais com vista ao seu reconhecimento por parte das entidades empregadoras</li> </ul>	SCML, IEFP, IPSS; Gabinetes de Inserção Profissional (GIP); Grupos de Entajuda para o emprego (GEPE); Organizações empresarias; Dress for Success; Fundação Montepio; Comissões Sociais de Freguesia
		Valorizar a adaptação ao indivíduo e ao meio profissional dos referenciais de formação de competências pessoais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Articular, com as entidades competentes, a flexibilização / adaptação dos referenciais de formação dos módulos comportamentais, no quadro dos grupos profissionais.</li> <li>Estabelecer uma plataforma de entidades formativas na vertente de desenvolvimento de competências pessoais e sociais</li> </ul>	IEFP, SCML, CML, Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar (CFPSA); Obra Social das Irmãs Oblatas; Escola de Tecnologias Inovação e Criação (ETIC); Escola Profissional Gustave Eiffel (EPGE); Comissão Social de Freguesia de Benfica; Centro de Formação e de Inovação Tecnológica (INOVINTER); MODATEX
	Potenciar e valorizar o perfil de competências profissionais	Promover projetos locais de capitalização de competências	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dinamizar os mercados municipais com a participação de artesãos desempregados;</li> <li>Articular os projetos de empreendedorismo inclusivo (Economia Criativa e a Incubadora Social de Lisboa) com o ecossistema empreendedor de Lisboa</li> </ul>	CML; associações de artesãos; projectos Bip-Zip; CML (DDS e DMEI/EMPREENDE LX); SCML; Agência de Empreendedores

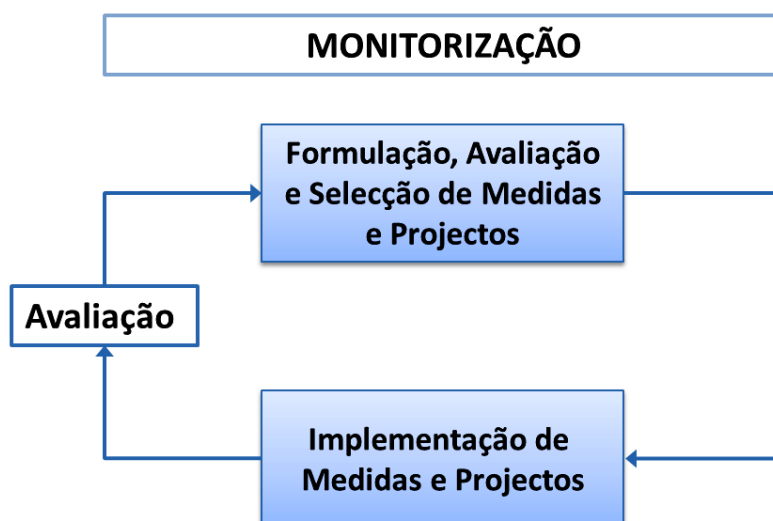
		não formais	(	Sociais (SEA); Cooperativa António Sérgio (CASES); Projectos Escolhas, Projectos BIZ-ZIP; Fundação Aga Khan; Comissões Socias de Freguesia
		Dotar os Gabinetes de Apoio à Empregabilidade e da figura do Tutor para o acompanhamento dos processos de requalificação e da inserção no mercado de trabalho	• Capacitar os profissionais dos gabinetes de apoio à empregabilidade, de competências de tutoria em articulação com o IEFP	GRACE, IEFP, Gabinetes de Inserção Profissional (GIP); Grupos de Entajuda para o emprego (GEPE); ACM; Comissões Socias de Freguesia (CSF)
			• Promover um Programa de Voluntariado para complementar a intervenção dos profissionais dos Gabinetes de Apoio à Empregabilidade	
Alargar medidas de apoio para públicos específicos (ex: medida Emprego apoiado, Vida emprego, ...)		• Identificar e promover projetos-piloto da área de empregabilidade com públicos específicos;	• Promover a partilha de experiência e replicar boas práticas.	IEFP; SCML Associação de Emprego Apoiado; DICAD-ARS Lvt; NPISA; Associações na área da Deficiência; Associações da área da Saúde Mental; CSF
Incrementar a capacidade de resposta local	Aumentar a proximidade entre a população em idade ativa e os agentes empregadores	Capacitar as Comissões Sociais de Freguesia (CSF)/Juntas de Freguesias com ferramentas para a elaboração de diagnósticos locais do tecido empresarial e social da área geográfica	• Dotar as instituições de informação sobre o tecido empresarial e o perfil social da área de intervenção;	CML-DMEI, Fundação Montepio; Fundação Aga Khan; GRACE, Outras associações empresarias,; CSF/Redes para a Empregabilidade
		Promover a realização de ações locais de divulgação de ofertas de emprego	• Sensibilizar e dinamizar as instituições para o desenvolvimento de projectos com o tecido empresarial	
	Fortalecer e replicar as redes para a empregabilidade		Reforçar o papel da comunidade local	• Apoiar a divulgação das redes locais/grupos de empregabilidade junto do tecido empresarial e sensibilizar estes para a divulgação dos perfis e ofertas de trabalho
• Apoiar a realização de feiras e outras plataformas de emprego em articulação com a Rede Emprega Lisboa e o Programa Municipal para a Economia Social e Promoção da Empregabilidade em Lisboa (PMESPEL)		• Identificar e criar front-offices da área do emprego, em áreas geográficas a descoberto.		
			• Participar no Conselho Consultivo para a Empregabilidade (CML) como forma de facilitar a coordenação entre as Redes de Empregabilidade	

## Implementação do PDS

O PDS 2017-2020, ao promover o reforço da actuação em rede no Município de Lisboa, articuladamente com as várias instituições nacionais e locais, visa melhorar a qualidade das respostas sociais nos territórios, promover a efectiva cidadania e concretizar as políticas sectoriais, gerando eficácia e eficiência na intervenção e a promoção dos direitos sociais.

Para o efeito, pretende-se dinamizar e reforçar a participação colaborativa e interactiva dos membros do CLAS na concretização das medidas agora propostas.

Para tanto, há que efectuar Planos de Acção – de geometria e horizonte temporal variáveis, contratualizados com as Comissões Sociais de Freguesia e respectivos parceiros, consoante os objectivos específicos/medidas que se considerem mais relevantes nos respectivos territórios, garantindo a sua monitorização constante, e a eventual reformulação de algumas medidas e projectos.



Adaptado de COSTA LOBO (1999)

Neste sentido, recomenda-se uma Gestão Estratégica/Monitorização que tenha em conta as “ferramentas” abaixo discriminadas:

- 
- *Reflexões em equipa, no sentido de assegurar a viabilidade da monitorização;*
  - *Aplicação e actualização dos indicadores do Referencial Estratégico ao PDS 2017-2020;*
  - *Definição de novos Indicadores de Monitorização;*
  - *Definição de Metas;*
  - *Implementação de um Sistema de Informação – constituição da Plataforma Interinstitucional;*
  - *Identificação de Estudos de Caso e projectos de Boas Práticas;*
  - *Relatórios de avaliação periódica;*
  - *Criação e manutenção de um Portal Interactivo da Rede Social de Lisboa;*
  - *Avaliação in continuum;*
  - *Feed-back para o processo;*
  - *Reflexão em grupos de peritos;*
  - *Discussão pública/reuniões/entrevistas/ grupos focais*
- 

O Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020 é de geometria variável nos seus diversos Eixos Estratégicos, em função de diferentes componentes da coesão social e graus de aprofundamento dos diversos “produtos temáticos” já trabalhados no PDS 2013-2015, dos contributos resultantes dos diferentes momentos e processos participativos, e também do que está já a ser operacionalizado no território da cidade de Lisboa, pelas Juntas de Freguesia e respectivas Comissões Sociais.

Será tanto ou mais concretizado quanto mais se der a sua apropriação por parte dos actores que actuam na cidade, exigindo um amadurecimento de uma cidadania activa das organizações e dos cidadãos, promotora dos direitos sociais e de uma democracia participativa que se interligue com a democracia representativa.

O presente PDS, ao não definir prioridades nas Medidas e Projectos a desenvolver, convida a que a sua implementação seja decidida pelos parceiros em linha com as suas grandes finalidade e objectivos, mediante a adopção de metodologias participativas e interactivas geradoras de sinergias entre si.



## ANEXOS

## 1. EIXO 1 - REFORÇO E TERRITORIALIZAÇÃO DA REDE SOCIAL DE LISBOA

Objectivo Geral	Objectivo Especifico	> Medidas
<b>FINALIDADE: Dinamizar e potenciar o funcionamento da Rede Social</b>		
Qualificar a Rede Social	Capacitar nas áreas de metodologia de projecto, gestão e dinamização de parcerias	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Formar técnicos nas áreas de Planeamento, Gestão e Dinamização de Parcerias</li> <li>&gt; Realizar acções de formação/qualificação de acordo com as áreas de intervenção do PDS</li> </ul>
Monitorizar a Coesão Social	Promover a monitorização e avaliação transversal a todos os eixos do PDS 2016-19	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Constituir Plataforma Interinstitucional para a manutenção de informação actualizada sobre a realidade social, na cidade de Lisboa</li> <li>&gt; Adoptar o Referencial Estratégico como instrumento de monitorização da coesão social da cidade</li> <li>&gt; Implementar sistema de monitorização e avaliação da execução de medidas, acções e projectos do PDS</li> </ul>
Valorizar e replicar as boas práticas de funcionamento da Rede Social	Promover a inovação nas respostas sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Criar um "Selo Boa Prática Rede Social" e divulgação no CLAS, por forma a favorecer a replicação dessas práticas;</li> <li>&gt; Implementar a Carta Social Georreferenciada enquanto instrumento de apoio à gestão</li> </ul>
<b>FINALIDADE: Dinamizar e potenciar o funcionamento do CLAS</b>		
Qualificar o CLAS	Actualizar e disponibilizar informação sobre os parceiros do CLAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Criar uma ficha on line de actualização de dados</li> <li>&gt; Criar uma base de dados de atualização permanente</li> </ul>
	Promover a colaboração institucional dos parceiros do CLAS de Lisboa	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Criar o Portal da Rede Social</li> <li>&gt; Desenvolver projectos com parceiros do CLAS por áreas temáticas, em articulação com as Comissões Sociais de Freguesia,</li> </ul>
<b>FINALIDADE: Dinamizar e potenciar o funcionamento das CSF</b>		
Territorializar a Intervenção	Criar e Implementar Programas de Acção Concertados com as CSF	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Seleccionar os territórios com públicos/ problemáticas de intervenção prioritária</li> <li>&gt; Concertar com as CSF os Planos de Acção que respondam às problemáticas identificadas,</li> </ul>
Qualificar as CSF	Reforçar o papel das CSF na concretização do PDS e Planos de Acção	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Mobilizar os técnicos dos Núcleos Executivos das CSF para a implementação do PDS;</li> <li>&gt; Criar Programas de Acção para implementação do PDS nas CSF</li> </ul>

## 2. EIXO 2 - INTERVENÇÃO EM PÚBLICOS-ALVO — CRIANÇAS E JOVENS

Objectivo Geral	Objectivo Especifico	> Medidas
<b>FINALIDADE: Carta Estratégica para as crianças da cidade de Lisboa, através da articulação das políticas direccionadas para infância e juventude</b>		
Consolidar uma intervenção integrada	Promover a implementação local de sistemas de intervenção com famílias que garantam uma maior protecção das crianças/jovens em cada território	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Adoptar procedimentos comuns de referenciação e acompanhamento de crianças e jovens em risco;</li> <li>&gt; Realizar acções de qualificação dos agentes/respostas / serviços de primeira linha do Sistema Promoção e Protecção</li> <li>&gt; Potenciar e replicar Grupos de Trabalho técnicos interinstitucionais de acompanhamento de famílias com crianças e jovens (CSF e escolas).</li> </ul>
	Melhorar e alargar a intervenção na área das competências parentais	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Concluir e manter actualizado o guia de recursos na área das competências parentais;</li> <li>&gt; Implementar um programa integrado de desenvolvimento de competências parentais;</li> <li>&gt; Optimizar/reforçar as respostas já existentes, identificadas como de boas práticas.</li> </ul>
	Reforçar e ampliar programas e projectos de desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e jovens	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Mapear as Entidades/Projectos, existentes na cidade e localmente, com acções de prevenção dirigidas a crianças e jovens</li> <li>&gt; Implementar localmente Planos interinstitucionais de prevenção de comportamentos de risco junto de crianças e jovens</li> <li>&gt; Desenvolver Projectos de prevenção da violência e combate ao bullying;</li> </ul>
Promover a salvaguarda dos Direitos das Crianças	Promover a adopção, pelas organizações da cidade, de práticas promotoras da efectivação dos direitos das crianças	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Realizar cursos de formação certificados pelas Escolas Superiores de Educação, para professores e assistentes operacionais, nas áreas de gestão de conflitos, actuação nas situações de indisciplina e sistema de promoção e protecção de crianças e jovens.</li> <li>&gt; Articular com o “Plano Lisboa Cidade Amiga das Crianças”, no âmbito da candidatura municipal ao Programa “Cidades Amigas das Crianças” apresentada à UNICEF;</li> </ul>
	Melhorar as condições de segurança para as crianças, nos territórios envolventes às escolas e nos bairros	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Realizar acções que reforcem a participação das autoridades (agentes da PSP e Municipais) na efectivação dos direitos da criança e do jovem</li> <li>&gt; Desenvolver projectos locais e interinstitucionais de melhoria das condições de segurança, nos bairros.</li> </ul>
Incrementar e valorizar as respostas em contextos não formais e de lazer	Aprofundar o conhecimento sobre as intervenções desenvolvidas em contextos não formais e de lazer	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Criar uma Carta de Espaços, formais e não formais, para crianças e jovens;</li> <li>&gt; Dinamizar uma rede de partilha de experiências/ facilitação de contactos.</li> </ul>
	Diversificar abordagens e metodologias, através da participação de crianças, jovens e famílias	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Identificar e divulgar boas práticas</li> <li>&gt; Realizar projectos locais no terreno que privilegiem: <ul style="list-style-type: none"> <li>- A participação de dinamizadores comunitários no terreno</li> <li>- Abordagens intergeracionais;</li> <li>- Desenvolvimento de projectos e acções de voluntariado com a participação de jovens</li> </ul> </li> </ul>

### 3. EIXO 2 - INTERVENÇÃO EM PÚBLICOS-ALVO — PESSOAS IDOSAS

Objectivo Geral	Objectivo Especifico	> Medidas
<b>FINALIDADE: Promover a qualidade de vida e a autonomia das pessoas idosas</b>		
Prevenir e combater o isolamento social	Promover a autonomia e a inclusão social das pessoas idosas nas comunidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Reforçar e alargar os mecanismos de sinalização, avaliação, encaminhamento e acompanhamento de idosos em situação de vulnerabilidade e isolamento;</li> <li>&gt; Criar procedimentos de sinalização de situações dos idosos desconhecidos dos serviços, em locais de atendimento público frequentadas por idosos (Farmácias, Centros de Saúde, JF);</li> <li>&gt; Criar uma linha de atendimento telefónico/endereço de correio electrónico única para sinalizações de idosos vulneráveis;</li> <li>&gt; Identificar e reforçar respostas facilitadoras da mobilidade e deslocação da pessoa idosa;</li> <li>&gt; Reforçar a organização do voluntariado de apoio a idosos isolados.</li> </ul>
	Potenciar a longevidade das pessoas idosas com competências sociais reforçadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Identificar idosos activos nas Comissões Sociais de Freguesia para a participação dos idosos na vida comunitária (mentores e líderes comunitários);</li> <li>&gt; Divulgar as oportunidades ocupacionais e de desenvolvimento pessoal dos seniores;</li> </ul>
Valorizar as competências das pessoas idosas	Fomentar o envelhecimento activo e a participação cívica dos idosos	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Desenvolver projectos locais, envolvendo os idosos como produtores de conhecimento e mais-valias nas artes e na cultura;</li> <li>&gt; Reforçar o papel dos equipamentos culturais da cidade como locais facilitadores do processo de integração e valorização das pessoas idosas;</li> <li>&gt; Identificar, divulgar e replicar práticas inovadoras de envelhecimento activo e saudável</li> <li>&gt; Desenvolver projectos locais de lazer, de cariz cultural e intergeracional (formação, artes e ofícios) para reforço da cidadania e da participação cívica</li> <li>&gt; Incentivar o voluntariado, o movimento associativo e a participação cívica das pessoas idosas;</li> </ul>
<b>FINALIDADE: Requalificar, inovar e diversificar as respostas e serviços para a população idosa</b>		
Adequar e redimensionar as respostas para idosos	Promover respostas adequadas aos interesses e necessidades dos idosos	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Promover a reconversão progressiva de algumas respostas, em espaços de carácter comunitário, destinado a diferentes grupos etários;</li> <li>&gt; Criar o “Balcão Sénior” em Lisboa como pólo agregador de serviços públicos e informações dirigidas aos idosos (reforma, tempos livres, saúde transportes, apoio social, tecnologia da informação, entre outros);</li> <li>&gt; Rentabilizar os bancos de ajudas técnicos já existentes para apoios temporários com o envolvimento de todos os parceiros</li> <li>&gt; Articular e diversificar as respostas do tipo UTI (Universidades para a Terceira Idade);</li> </ul>
	Reforçar as competências técnicas para a intervenção	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Desenvolver ações de formação e qualificação de profissionais na área da gerontologia (em particular na área da demência)</li> <li>&gt; Criar/Reforçar um programa de formação de ajudantes familiares e cuidadores informais domiciliários</li> <li>&gt; Promover a qualificação/formação de voluntários para apoio e acompanhamento de pessoas idosas</li> </ul>
Promover Respostas Locais Integradas de Apoio à Pessoa Idosa	Apoiar o desenvolvimento de Redes Locais e de respostas de proximidade para a pessoa idosa	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Implementar respostas integradas de apoio e acompanhamento da população idosa com todos os agentes de intervenção;</li> <li>&gt; Apoiar/reforçar a criação de respostas de pequenos arranjos e reparações domésticas para melhoria das condições de habitabilidade dos idosos – “Oficina Domiciliária”.</li> </ul>



## 4. EIXO 3 - INTERVENÇÃO EM DOMÍNIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE — VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Objectivo Geral	Objectivo Especifico	> Medidas
<b>FINALIDADE: Promover a prevenção, protecção e (re)inserção das vítimas de violência doméstica</b>		
Diversificar as respostas e promover políticas articuladas de intervenção	<p>Criar uma Rede especializada de intervenção na área da violência doméstica</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Constituir e implementar uma Rede Especializada - Protocolo de cooperação entre as diferentes instituições que intervêm, direta e indirectamente, na área da violência doméstica (VD);</li> <li>&gt; Elaborar um Guião de Suporte à Intervenção e Apoio as Vítimas de VD na cidade: instrumentos e procedimentos, sistema de referenciação, canais de comunicação, funcionamento e interlocutores;</li> </ul>
	<p>Criar novas respostas de intervenção e potenciar as respostas existentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Promover o desenvolvimento de respostas de Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica (de acordo com as recomendações de capitação do Conselho da Europa);</li> <li>&gt; Criar uma “Equipa de Intervenção Especializada”, incluindo intervenção em crise (em funcionamento 24h/dia todos os dias do ano) dotada de viatura</li> <li>&gt; Criar um “Centro de Alojamento de Emergência” com equipa de diagnóstico integrado, para mulheres e homem, com ou sem crianças, em espaços físicos distintos;</li> <li>&gt; Criar “Apartamentos Transitórios e Apoiados” para vítimas que não tenham necessidade ou características para Alojamento de Emergência ou de Casa Abrigo</li> <li>&gt; Elaboração e apresentação publica de um Relatório Anual de boas práticas de intervenção (judicial, social, policial,...) que consubstancie medidas eficazes de afastamento de agressores.</li> </ul>

## 5. EIXO 3 - INTERVENÇÃO EM DOMÍNIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE — DEFICIÊNCIA

Objectivo Geral	Objectivo Especifico	> Medidas
<b>FINALIDADE: Promover a qualidade de vida e integração da pessoa com deficiência</b>		
Promover a autonomia e a vida independente	Contribuir para a inclusão social activa, promovendo a vida independente	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Realizar acções de sensibilização a população e agentes económicos para a participação, autonomia e vida activa da pessoa com deficiência;</li> <li>&gt; Promover a criação de redes de apoio ao cidadão com deficiência que contribuam para a Vida Independente;</li> </ul>
	Promover a participação no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Promover a divulgação junto das empresas, por parte dos Gabinetes de Inserção Profissional e Redes de Empregabilidade, de medidas de apoio ao emprego; (Eixo 4)</li> <li>&gt; Articular com empresas/instituições /associações para a criação de postos de trabalho, identificando pessoas deficientes com perfil adequado e libertando vagas em Centro de Actividades Ocupacionais - CAO</li> </ul>
	Desenvolver projectos de melhoria da acessibilidade e mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Realizar projectos de melhoria da acessibilidade aos equipamentos sociais;</li> <li>&gt; Alargar a oferta de resposta de transporte adaptado, através de:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforço da articulação com a Carris por forma a aumentar essa oferta;</li> <li>- Dotar o transporte solidário assegurado pelas Juntas de Freguesia de acompanhamento e equipamento adequado às necessidades;</li> </ul> </li> </ul>
	Promover o acesso à Educação Inclusiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Informar e formar técnicos e pais sobre estratégias de intervenção dirigidas a crianças e jovens com necessidades educativas especiais;</li> <li>&gt; Alargar a oferta de projetos/acções de educação não formal que incluam crianças e jovens com necessidades educativas especiais</li> </ul>
Diversificar as respostas e promover a articulação da intervenção	Inovar e reforçar as respostas existentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Alargar o número de vagas em Centros de Actividades Ocupacionais (CAO) e Lares Residenciais</li> <li>&gt; Qualificar os Lares residenciais de modo promoverem acções de estimulação para deficientes profundos que não possam frequentar a resposta CAO</li> <li>&gt; Disponibilizar respostas de integração em apartamentos com apoio técnico adequado ao tipo e nível de deficiência.</li> </ul>
	Promover dinâmicas de proximidade de apoio às famílias	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Aumentar e diversificar projectos de Ocupação de Tempos Livres e Programas de Férias Escolares;</li> <li>&gt; Criar um projecto de descanso do cuidador</li> </ul>

## 6. EIXO 3 - INTERVENÇÃO EM DOMÍNIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE — SAÚDE MENTAL

Objectivo Geral	Objectivo Especifico	> Medidas
<b>FINALIDADE: Promover a qualidade de vida e integração da pessoa com problemáticas de saúde mental</b>		
Diversificar respostas e promover políticas articuladas de intervenção	Promover a articulação entre Serviços Sociais/ Comunitários, Serviços de saúde e Serviços de Justiça	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Constituir uma plataforma com as entidades públicas e as do sector social relevantes, com vista à celebração de um protocolo para uma efectiva articulação no atendimento, acompanhamento e encaminhamento das situações de saúde mental;</li> <li>&gt; Criar mecanismos de articulação entre os Serviços de Saúde (primários e de especialidade) e os Serviços Sociais / Comunitários</li> </ul>
	Qualificar a intervenção e replicar boas práticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Criar programas de formação/qualificação de profissionais que trabalham com crianças e jovens em situação de risco e pessoas com problemáticas de saúde mental.</li> <li>&gt; Identificar e replicar boas práticas</li> </ul>
	Reforçar as estruturas comunitárias de apoio aos doentes, famílias, e cuidadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Constituir e formar redes de voluntários;</li> <li>&gt; Dotar algumas respostas de apoio domiciliário com cuidados de saúde mental;</li> <li>&gt; Identificar respostas a criar, em função de lacunas existentes para grupos/problemáticas específicas</li> <li>&gt; Incrementar projetos e ações de cariz ocupacional e de promoção da empregabilidade</li> <li>&gt; Avaliar e reactivar projectos BIP/ZIP com identificação de atores capacitados</li> </ul>

## 7. EIXO 3 - INTERVENÇÃO EM DOMÍNIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE — COMPORTAMENTOS ADITIVOS (CAD)

Objectivo Geral	Objectivo Especifico	> Medidas
<b>FINALIDADE: Prevenir, reduzir riscos, minimizar danos e reinserir pessoas com comportamentos aditivos</b>		
	Reforçar a intervenção preventiva em comportamentos aditivos no contexto escolar e comunitário	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Promover a articulação com o Eixo 2 – Público-Alvo Crianças e Jovens nas seguintes áreas:</li> <li>&gt; Desenvolver intervenções multicomponentes (informativa, desenvolvimento de competências pessoais e sociais e ambiental/reguladora);</li> <li>&gt; Capacitar um maior nº técnicos de agrupamentos de escolas, para a sinalização, abordagem e eventual encaminhamento de alunos para Projectos de Prevenção Indicada;</li> <li>&gt; Incremento da intervenção em contexto de rua, nos espaços e contextos de convívio de jovens (ex: bairros, portas das escolas)</li> <li>&gt; Criar uma rede de Respostas de Gabinetes de Atendimento a Jovens com problemáticas associadas aos CAD</li> <li>&gt; Desenvolver intervenções ao nível das dependências sem substância (ex. jogo online/ offline- Gaming e Gambling)</li> <li>&gt; Disseminar metodologias de trabalho de/entre pares: técnicos e mediadores comunitários/peritos de experiência</li> </ul>
Diversificar respostas e promover a articulação das políticas	Consolidar e alargar a intervenção na redução de riscos e minimização de danos	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Alargar a informação sobre práticas de consumos menos danosos, recorrendo a diferentes estratégias e para diferentes contextos;</li> <li>&gt; Alargar e intensificar a intervenção nos contextos recreativos (ex. CheckIn);</li> <li>&gt; Reforçar e replicar a integração de mediadores pares (utilizadores de drogas) nas equipas de RRMD (ex. In Mouraria e CheckIn);</li> <li>&gt; Alargar as respostas de RRMD em centros de redução de riscos na cidade;</li> <li>&gt; Incluir intervenções de RRMD nas práticas de desenvolvimento comunitário</li> <li>&gt; Reforçar e articular o trabalho realizado pelos projectos de RRMD existentes na cidade (Centro de Acolhimento, PSOBLE-LX, Equipas de Rua, e PSOBLE no Centro de Abrigo)</li> <li>&gt; Reforçar a articulação entre os projectos de RRMD e outras estruturas de parceria da Cidade;</li> </ul>
	Promover a reinserção de pessoas com comportamentos aditivos e dependências	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Consolidar a articulação interinstitucional ao nível do acompanhamento de consumidores, priorizando o acompanhamento após a saída de internamentos de longa duração ou de períodos de reclusão</li> <li>&gt; Promover a articulação com o “Eixo 3 - Pessoas Sem Abrigo” em matéria, respectivamente de: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alternativas residenciais em período de transição sem suporte familiar (ex: Housing First)</li> <li>- Espaços ocupacionais, abertos e de ocupação diurna para toxicodependentes sem-abrigo, como alternativa a estar na rua</li> </ul> </li> <li>&gt; Promover a articulação com o “Eixo 4 – Empregabilidade”, respectivamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Respostas de formação e/ou de emprego para cidadãos em fase activa de consumos</li> <li>- Relações institucionais com entidades na área do emprego/formação</li> </ul> </li> </ul>
Avaliar e qualificar a intervenção	Qualificar e promover a avaliação do impacte das intervenções	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Estabelecer protocolos com universidade/centros de investigação para avaliação do impacte das intervenções;</li> <li>&gt; Alargar a oferta formativa sobre CAD's para diferentes grupos profissionais</li> </ul>
	Replicar boas práticas de abordagem integrada nas CSF	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Adoptar abordagens integradas, replicando boas práticas existentes</li> </ul>

## 8. EIXO 3 - INTERVENÇÃO EM DOMÍNIOS DE MAIOR VULNERABILIDADE — SEM ABRIGO

Objectivo Geral	Objectivo Especifico	> Medidas
<b>FINALIDADE: Promover a inserção social das pessoas em situação de sem-abrigo</b>		
Monitorizar a população sem abrigo e os recursos e respostas sociais	Garantir a permanente monitorização do fenómeno, com vista à adequação das respostas às necessidades reais	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Criar uma plataforma de informação georreferenciada como instrumento de monitorização da população sem-abrigo;</li> <li>&gt; Definir indicadores relativos ao fenómeno sem-abrigo a disponibilizar para os Diagnósticos Sociais e Planos de Acção das Comissões Sociais de Freguesia</li> <li>&gt; Identificar as problemáticas de saúde da população sem-abrigo, com especial incidência na saúde mental</li> </ul>
Monitorizar a população sem abrigo e os recursos e respostas sociais	Assegurar a permanente actualização de informação sobre recursos e respostas para as Pessoas Sem Abrigo (PSA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Editar o “Guia de Recursos Técnicos da Cidade de Lisboa”</li> <li>&gt; Editar um “Guia Técnico de Respostas de Alojamento e Inserção” para divulgar entre os técnicos das instituições parceiras;</li> <li>&gt; Publicar um documento que sintetize o trabalho que é efectuado no NPISA pelo conjunto dos parceiros, a sua identidade e a sua acção enquanto instituição;</li> </ul>
Melhorar e otimizar a intervenção a nível local	Reforçar as respostas de inserção e de empregabilidade da PSA	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Criar um Centro de Inovação para o Emprego</li> <li>&gt; Ampliar as respostas de inserção diurnas orientadas para a qualificação e capacitação pessoal para a empregabilidade</li> <li>&gt; Possibilitar o acesso das pessoas sem -abrigo a actividades culturais e recreativas e da vida sociocultural da cidade, nomeadamente através da angariação e distribuição de ingressos para diferentes espectáculos eventos culturais e artísticos;</li> </ul>
Melhorar e otimizar a intervenção a nível local	Redimensionar e diversificar as respostas existentes (em estreita articulação com as metas do “Programa Municipal para a Pessoa Sem Abrigo 2016-2018”	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Criar 4 novos Núcleos de Apoio Local no Cais do Sodré / Santos; Restauradores; Santa Apolónia e Parque das Nações;</li> <li>&gt; Criar novas respostas de alojamento para as PSA, através da implementação de um programa de alojamentos partilhados</li> <li>&gt; Ampliar o número de respostas de alojamento de inserção, através do “housing first”</li> <li>&gt; Diminuir o número de vagas em respostas de alojamento de emergência</li> </ul>
Optimizar a dinâmica de funcionamento interno do NPISA	Articular o NPISA com os outros parceiros e/ou redes locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Reforçar a articulação entre o NPISA e as Direcções Executivas dos ACES de Lisboa, e respectivos Centros de Saúde, para facilitar o acesso aos cuidados primários de saúde das PSA;</li> <li>&gt; Consolidar a articulação com os cuidados de saúde especializados, na área da saúde mental e dos comportamentos aditivos (Em articulação com Eixo 3 - saúde Mental e Aditivos);</li> <li>&gt; Integrar o IEPF no Conselho de Parceiros do NPISA de forma a melhorar as respostas de inserção ao nível das qualificações e da empregabilidade (Em articulação com o Eixo 4 - Empregabilidade)</li> <li>&gt; Estabelecer metodologias de intervenção e articulação com outras estruturas concelhias da área Metropolitana de Lisboa de apoio às pessoas sem-abrigo</li> </ul>
Optimizar a dinâmica de funcionamento interno do NPISA	Conceber e implementar um Plano de Comunicação para o NPISA	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Criar uma plataforma de comunicação sobre as actividades dos parceiros do Núcleo de Planeamento e Intervenção para a Pessoa Sem Abrigo</li> <li>&gt; Editar uma Newsletter do Núcleo de Planeamento e Intervenção para a Pessoa Sem Abrigo, com versão online e em suporte papel, para distribuição junto das pessoas sem abrigo;</li> <li>&gt; Realizar uma Campanha de Sensibilização e Informação sobre a realidade dos Sem-Abrigo;</li> </ul>

## 9. EIXO 4 - PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

Objectivo Geral	Objectivo Especifico	> Medidas
<b>FINALIDADE: Reforçar e ajustar competências das pessoas ao mercado de trabalho</b>		
Reforçar as competências pessoais e sociais facilitadoras da inserção no mercado de trabalho	Valorizar as competências pessoais, centradas nos indivíduos e nas experiências de vida, estruturando-as, antes de qualquer intervenção qualificante ou de inserção direta no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Promover o desenvolvimento de acções conducentes à valorização das competências pessoais e sociais junto dos indivíduos e das instituições</li> <li>&gt; Criar um instrumento de validação da aquisição de competências pessoais e sociais com vista ao seu reconhecimento por parte das entidades empregadoras</li> </ul>
	Valorizar a adaptação ao indivíduo e ao meio profissional dos referenciais de formação de competências pessoais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Articular, com as entidades competentes, a flexibilização / adaptação dos referenciais de formação dos módulos comportamentais, no quadro dos grupos profissionais.</li> <li>&gt; Estabelecer uma plataforma de entidades formativas na vertente de desenvolvimento de competências pessoais e sociais</li> </ul>
Potenciar e valorizar o perfil de competências profissionais	Promover projetos locais de capitalização de competências não formais	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Dinamizar os mercados municipais com a participação de artesãos desempregados.;</li> <li>&gt; Articular os projetos de empreendedorismo inclusivo (Economia Criativa e a Incubadora Social de Lisboa) com o ecossistema empreendedor de Lisboa</li> </ul>
	Dotar os Gabinetes de Apoio à Empregabilidade da figura do Tutor para o acompanhamento dos processos de requalificação e da inserção no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Capacitar os profissionais dos gabinetes de apoio à empregabilidade, de competências de tutoria em articulação com o IEFP</li> <li>&gt; Promover um Programa de Voluntariado para complementar a intervenção dos profissionais dos Gabinetes de Apoio à Empregabilidade</li> </ul>
	Alargar medidas de apoio para públicos específicos (ex: medida Emprego apoiado, Vida emprego, ...)	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Identificar e promover projetos-piloto da área de empregabilidade com públicos específicos;</li> <li>&gt; Promover a partilha de experiência e replicar boas práticas.</li> </ul>
<b>FINALIDADE: Incrementar a capacidade de resposta local</b>		
Aumentar a proximidade entre a população em idade ativa e os agentes empregadores	Capacitar as Comissões Sociais de Freguesia (CSF)/ Juntas de Freguesias com ferramentas para a elaboração de diagnósticos locais do tecido empresarial e social da área geográfica	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Dotar as instituições de informação sobre o tecido empresarial e o perfil social da área de intervenção;</li> <li>&gt; Sensibilizar e dinamizar as instituições para o desenvolvimento de projectos com o tecido empresarial</li> </ul>
	Promover a realização de acções locais de divulgação de ofertas de emprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Apoiar a divulgação das redes locais/grupos de empregabilidade junto do tecido empresarial e sensibilizar estes para a divulgação dos perfis e ofertas de trabalho</li> <li>&gt; Apoiar a realização de feiras e outras plataformas de emprego em articulação com a Rede Emprega Lisboa e o Programa Municipal para a Economia Social e Promoção da Empregabilidade em Lisboa (PMESPEL)</li> </ul>
Fortalecer e replicar as redes para a empregabilidade	Reforçar o papel da comunidade local	<ul style="list-style-type: none"> <li>&gt; Identificar e criar front-offices da área do emprego, em áreas geográficas a descoberto.</li> <li>&gt; Participar no Conselho Consultivo para a Empregabilidade (CML) como forma de facilitar a coordenação entre as Redes de Empregabilidade</li> </ul>